

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
1 de Outubro de 1992
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 980
Director:
Carlos Brito

Eleições nos Açores e Madeira

Dossier

dos enviados especiais do «Avante!»

Carlos Nabais e Domingos Mealha

Em Coimbra

Unanimidade

estudantes, professores e empregados

contra aumento de propinas

Abertura do ano lectivo

Os grandes problemas mantêm-se

Noticiário • Resolução do
Encontro Nacional de Quadros
Professores do PCP • Artigos
Págs. 12, 13, 14 e 15

Nota da Comissão Política

Págs. 3 e 4

Portugal

de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.

SIM

Maastricht Não!

Partido Comunista Português

Inicia-se hoje, prolongando-se até ao próximo domingo, uma Acção Nacional de Esclarecimento promovida pelo PCP tendo como palavra de ordem central o «Não a Maastricht». No decorrer desta jornada, que contará com a participação de dirigentes do Partido, deputados, autarcas e outras figuras ligadas à vida política, sindical e associativa, será distribuído um folheto editado pela DEP do Partido contendo informação variada sobre o Tratado de Maastricht.

Não ao aumento das propinas — uma luta que continua

— artigo de Francisco Lopes

Pág. 16

O humanismo revolucionário do socialismo cubano no discurso de Cienfuegos

— artigo de Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 18 e 19

Militarizados: evolução e direitos

Pág. 17

EDITORIAL

Privilégios, quais, de quem?



Maastricht, lei da greve e abertura do ano escolar foram temas em foco na reunião da Comissão Política do PCP

RESUMO

23

Quarta-feira

A Conferência de Líderes Parlamentares agenda para a reunião da Comissão Permanente de 1 de Outubro a apreciação de propostas para a discussão das consequências do referendo sobre Maastricht em França ■ Na Sala do Senado da Assembleia da República reúne-se a Comissão de Petições do Parlamento Europeu ■ Realiza-se no Hospital Curry Cabral, em Lisboa, o terceiro transplante de fígado em Portugal ■ A ONU acusa a Renamo de entravar a operação de assistência alimentar de emergência às vítimas da fome em Moçambique ■ Chuan Leekpai, líder do Partido Democrata, é oficialmente nomeado primeiro-ministro da Tailândia ■ Le Duc Anh é eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional vietnamita.

24

Quinta-feira

Mário Soares reaje, com indignação, ao conteúdo do programa «Repórteres» transmitido pela RTP ■ A CNA denuncia a existência de crise no sector vinícola ■ O Conselho de Ministros aprova as privatizações da participação do Estado nos cimentos e na União de Bancos Portugueses ■ O Senado da Universidade de Coimbra pede à Assembleia da República que reveja a lei das propinas ■ Em Bruxelas, Jacques Delors tece críticas a governos europeus acerca do «défice democrático» na discussão pública do Tratado de Maastricht ■ O primeiro-ministro britânico, John Major, impõe condições para a ratificação do mesmo Tratado ■ Demite-se Marçílio Moreira, ministro da Economia do Brasil, na sequência dos escândalos relacionados com Collor de Melo.

25

Sexta-feira

Durante a Presidência Aberta em Viana do Castelo, Mário Soares promulga a Lei da Greve ■ Um grupo de 19 personalidades, entre as quais Iva Delgado, filha do General Humberto Delgado, solicita à Comissão de Petições do Parlamento Europeu uma posição sobre o programa «Repórteres», da RTP ■ Em protesto contra o aumento das propinas, dezenas de estudantes interrompem pela segunda vez a reunião do Senado da Universidade Nova de Lisboa ■ No Parlamento de Bona, o chanceler alemão, Helmut Kohl, apela aos governos dos parceiros comunitários para que defendam o Tratado de Maastricht ■ O Los Angeles Times revela que Ross Perot vai regressar à campanha eleitoral nos EUA.

26

Sábado

Após o encontro na ONU dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, os dois países concordam em voltar a reunir-se em Dezembro ■ Em Faro, o Vice-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação, Barreiros

Moura, critica duramente o governo pela recente legislação sobre a concessão de subsídios aos jovens para arrendamento de casa ■ Após uma interrupção de cinco meses, Frederik De Klerk e Nelson Mandela reatam conversações sobre o futuro da África do Sul ■ Numa entrevista concedida a jornais franceses, Yasser Arafat manifesta receios de que Israel e a Síria venham a assinar uma «paz separada» ■ Extremistas neonazis atacam de novo centros de refugiados em Rostock (ex-RDA) e Darmstadt (ex-RFA).

27

Domingo

O Presidente da CML, Jorge Sampaio, inaugura formalmente a nova Feira do Relógio, em Lisboa ■ Numa entrevista concedida ao «Diário de Notícias», Braga de Macedo afirma que, face à incerteza do ambiente internacional, Portugal «é um oásis» ■ Termina em Guimarães o I Congresso do Vale do Ave ■ Em entrevista à rádio alemã, o porta-voz do chanceler alemão para a Política Externa, Karl Lamors, admite a perspectiva de uma «Europa a duas velocidades» ■ O Partido zulu Inkatha suspende o diálogo com o governo sul-africano.

28

Segunda-feira

Morre em Lisboa, com 78 anos, Fernando Piteira Santos, destacada personalidade antifascista ■ Termina a Presidência Aberta de Mário Soares em Viana do Castelo ■ A CGTP denuncia em conferência de imprensa a política social e de saúde e educação do governo PSD ■ Durante uma reunião partidária na Guarda, o ministro Marques Mendes considera que um referendo em Portugal sobre Maastricht «seria desastroso» ■ Karl Otto Pohl, ex-presidente do Bundesbank, defende que o Tratado de Maastricht, nos seus moldes actuais, deve ser «arquivado» ■ Uma sondagem publicada na Suécia revela que 45% dos suecos se mostram desfavoráveis à entrada do país na CE.

29

Terça-feira

Uma maioria de deputados superior aos dois terços exigidos pela Constituição autoriza o Senado a julgar o presidente do Brasil, Collor de Melo, por «crime político» e falta de decoro no exercício do cargo; Collor de Melo é afastado do poder durante seis meses e substituído pelo vice-presidente Itamar Franco ■ O Sindicato dos Professores da Região Centro acusa o ministro da Educação de «reprimir a liberdade de expressão» dos professores ■ Associações de estudantes provenientes de praticamente todo o País, em reunião com Couto dos Santos, reclamam a melhoria da qualidade do ensino superior ■ Na sequência de um mandato de captura internacional emitido contra Pedro Caldeira, uma conta na Suíça em nome do ex-corrector foi congelada ■ A Renamo anuncia a suspensão da assinatura do acordo de paz para Moçambique.

Com uma hipocrisia que não tem limites, Cavaco Silva insiste no tema dos «privilégios» para justificar a sua política contra os trabalhadores e todo o povo português.

Desta vez, teve mesmo a desfaçatez de proclamar: «A minha luta é contra os defensores dos privilégios instalados».

Mas que «privilégios instalados» e de quem? Os privilégios dos grandes senhores da ditadura fascista - as famílias Mellos, Espírito Santo, Champalimaud - que estão a ser reinstalados, pela acção do Governo, à testa dos seus antigos impérios económicos e que já recuperaram grande parte dos poderes de que desfrutavam antes do 25 de Abril? Os privilégios dos governantes, dos gestores e do alto funcionalismo laranja que tudo domina e tudo manda, incorrendo permanentemente no abuso do poder, na ilegalidade, nas irregularidades, nas negociatas e até na corrupção? Os privilégios da protecção do poder a ministros que se envolveram em situações irregulares como aconteceu no passado com Cadilhe e Leonor Beza e acontece actualmente a Braga de Macedo? Os privilégios dos Pedros Caldeiras, dos Josés Bezas e de tantos outros que medram à sombra do cavaquismo? Os privilégios do luxo, da ostentação e do esbanjamento de que fazem gala as clientelas do Governo como exibem nas revistas da especialidade?

Nada disto preocupa o Primeiro-Ministro. O que o preocupa não são os privilégios dos ricos, são como se fosse um mal os direitos dos pobres. O que o preocupa são os direitos que o nosso povo conseguiu alcançar com a revolução de Abril.

Aquilo a que Cavaco Silva chama «privilégios» são, entre outros, o direito à greve, o direito ao emprego estável e condignamente remunerado, a segurança na carreira profissional, a garantia contra os despedimentos abusivos e discriminatórios, a concretização dos preceitos constitucionais que prevêm a gratuidade da saúde e a crescente gratuidade do ensino. E por isso a sua alegada luta contra «os privilégios» está na lei antigreve, na lei dos disponíveis, no condicionamento salarial, no «pacote laboral», nas chamadas taxas moderadoras da saúde, no aumento brutal das propinas do ensino superior.

O que legitimamente se pergunta é: aonde vai um país onde o Primeiro-Ministro propagandeia uma tão grosseira confusão entre direitos sociais constitucionais-

mente consagrados e privilégios instalados?

O loquaz ministro Braga de Macedo também ilustrou por estes dias o decantado combate aos «privilégios».

Mais uma vez os «privilegiados» são os trabalhadores - os da função pública e os outros.

Em relação aos primeiros, o ministro não esconde que é à custa deles que o Governo se propõe poupar nas despesas públicas. Havia que optar, explicou, ou os investimentos ou os trabalhadores, é claro

Ao contrário do que diz Cavaco Silva, há em Portugal o problema da liberdade que é antes de tudo constituído pela governação do PSD, pela governamentalização PSD do poder político e pelos projectos deste partido para se «eternizar» no poder.

que nestas coisas o Governo não hesita.

Ridículos aumentos salariais e reestruturação é o que o Governo promete à administração pública.

Quanto à reestruturação, o ministro também não esconde o seu alcance: «No fundo, é uma perestroika». Explica melhor, dizendo «o que nos interessa agora é promover a mobilidade», isto é, a desestabilização.

A ameaça da «mobilidade», isto é, mais precarização e mais desemprego, pesa sobre todos os trabalhadores, pois o ministro acha «que há hiperpleno emprego em certos sectores e regiões e um desemprego oculto noutros sectores e noutras regiões».

Além disso, com o confirmado corte das despesas em todos os ministérios com excepção dos da Administração Interna e da Justiça, a perspectiva social que se apresenta para o próximo ano não é nada risonha.

Seria, no entanto, uma grande imprudência esperar que produzam efeito a legislação e as medidas anti-sociais que o Governo está a preparar, para lutar contra elas. É agora, antes da discussão do orçamento e da concretização de outras medidas, que os propósitos anti-sociais do Governo podem ser contrariados e devem ser combatidos. E não há outra maneira de o fazer senão passar rapidamente à luta de massas e de forma enérgica.

Es particularmente inquietante que o Primeiro-Ministro ao «denunciar» o medonho «privilégio» dos democratas portugueses de comemorarem o 25 de Abril, não a 24 (como ele gostava) mas no próprio dia 25 desse mês promissor, tenha argumentado que «Portugal não é o problema da liberdade, mas o problema do desenvolvimento».

Cavaco Silva talvez não se dê conta de todo o significado político desta contraposição da liberdade e do desenvolvimento. Mas a nós cabe-nos esclarecer que foi em nome do desenvolvimento que o fascismo suprimiu a liberdade no nosso país e que ao cabo de quase 50 anos de ditadura Portugal tinha sido conduzido para a cauda da Europa em todos os indicadores económicos fundamentais.

A liberdade e o desenvolvimento não se contrapõem, como advoga o cavaquismo, mas interligam-se na concepção da democracia, como democracia política, económica, social e cultural, como defende o PCP.

A forma de argumentar do Primeiro-Ministro traduz desde logo menos apreço pelo 25 de Abril e uma manifesta subestimação do valor da liberdade.

Ao contrário do que diz Cavaco Silva, há em Portugal o problema da liberdade que é antes de tudo constituído pela governação do PSD, pela governamentalização PSD do poder político e pelos projectos deste partido para se «eternizar» no poder.

A absolutização do poder pelo PSD, a liquidação de mecanismos de fiscalização da acção governativa, as sucessivas tentativas de impor a revisão de todas as leis eleitorais para facilitar a obtenção de maiorias pelo partido do poder, a secundarização e redução do papel que cumpre às oposições, a limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e em especial dos trabalhadores, o controlo dos principais meios de comunicação social pelo Governo e os grupos económicos, o reforço do aparelho especial de repressão - tudo isto ameaça o regime de liberdade que é o regime democrático consagrado na Constituição e revela o projecto de o substituir por um regime crescentemente autoritário.

Os recentes comentários do Primeiro-Ministro a propósito do 25 de Abril e da liberdade emprestam ainda mais significado a este quadro de ameaças e dão mais força à necessidade de lutar por uma alternativa democrática.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Gullões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

A Comissão Política do PCP procedeu à análise da situação política prestando particular atenção às recentes declarações do Primeiro-Ministro, às questões relativas a Maastricht, à situação resultante da promulgação das alterações à Lei da Greve, à situação no ensino, na saúde e ao andamento dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso.

1.

O Primeiro-Ministro e os privilégios

A Comissão Política do CC considera que a referência do Primeiro-Ministro no discurso de Gaia do passado fim-de-semana ao facto de a sua luta ser "contra os defensores de privilégios instalados" que estariam nos "vários centros do poder, na oposição, nos corporativismos, em alguns autarcas e também em alguns inscritos no PSD" é pura e despropositada demagogia, que é quotidianamente desmentida pela política do Governo, que não cessa de agravar as injustiças sociais, de criar privilégios novos e ampliar antigos, de restaurar o poder dos monopólios e contemporizar com a corrupção e estimular as actividades especulativas, ao mesmo tempo que penaliza o trabalho, a produção e os mais carenciados.

Aquilo a que Cavaco Silva chama "a minha luta contra os defensores de privilégios instalados" não é mais do que um pretexto para atentar contra conquistas adquiridas pelos trabalhadores e as populações, degradar serviços públicos, reduzir ou suprimir prestações sociais do Estado, atentar contra a estabilidade de emprego na Função Pública através da "lei dos disponíveis" e contra a autonomia das autarquias e o seu nível de receitas, cortando verbas e impondo pesados encargos.

O PCP, que sempre lutou contra os privilégios e pela justiça e igualdade, prosseguirá e reforçará a sua luta contra a política do Governo e do PSD e pelo desmascaramento da demagogia com que Cavaco Silva o pretende encobrir.

2.

Maastricht

— uma luta que continua

A Comissão Política do PCP renova a sua prevenção em relação aos verdadeiros objectivos que se escondem por detrás das consideráveis mudanças de linguagem assumidas pelos defensores de Maastricht, após a elevada votação pelo "Não" no referendo em França.

Com efeito, de um dia para o outro, os que durante meses praticaram uma desmedida arrogância surgem agora ensopados em humildade e os que durante meses se mostraram rígidos, inflexíveis e surdos a todas as críticas multiplicam-se agora em infundáveis promessas de mais "transparência" de "mais democracia", de mais atenção às inquietações dos cidadãos e mesmo de mistificações e aplicações mais suaves do Tratado.

O PCP chama, entretanto, a atenção da opinião pública para que a Comissão da CEE e os governantes que defendem Maastricht, se mudaram de palavras e de tom, não mudaram nem de intenções nem de projectos.

Apenas estão prometendo tudo quanto julgam necessário para tentar amortecer a vastíssima oposição que Maastricht suscita e para conseguirem salvar e fazer entrar em vigor um Tratado que é comprovadamente um mau caminho para Portugal e para a Europa.

A Comissão Política do PCP considera necessário advertir desde já para os indícios de que o PS, em torno da consagração em sede de revisão constitucional do direito de intervenção da A.R. nas questões comunitárias, se prepara para encenar a aparência de uma séria disputa e conflito com o PSD, com vista a escamotear ou obscurecer a sua aliança com o PSD na defesa e aprovação do Tratado de Maastricht e a sua comum recusa da realização de um referendo em Portugal.

O PCP considera que, no quadro da transferência de competências do Estado para a União Europeia prevista no Tratado de Maastricht, a perda de competências da Assembleia da República é um problema real e seria uma das facetas da degradação da democraticidade das instituições que resultaria da aplicação do Tratado.

O direito de intervenção da Assembleia da República nas decisões da Comunidade Europeia é, de resto, um problema que tem preocupado o PCP e que o levou mesmo a, já na presente legislatura, apresentar um projecto de lei com vista a assegurar-lo.

Esse direito, que só concederá à Assembleia da República poderes consultivos e de emitir recomendações não só não constituirá nunca uma compensação para a real perda de poderes da A.R., como, por maioria de razão, seria uma insignificante contrapartida em relação às graves, gerais e profundas mutilações da soberania nacional provocadas pela ratificação e aplicação do Tratado de Maastricht.

O PCP sublinha que, ao contrário do que procuram inculcar os defensores de Maastricht, a vitória tangencial do "sim", em França não arrumou a questão do Tratado.

O PCP salienta que esta é a hora de, no interesse de Portugal e de uma Europa de democracia, justiça social, pro-



As conclusões da reunião da Comissão Política foram apresentadas à Comunicação Social na passada terça-feira pelo camarada José Soeiro

gresso, paz e cooperação, dar nova expressão ao "Não" português e intensificar a reclamação da realização de um referendo que permita que seja o povo português a decidir qual a posição de Portugal face ao Tratado de Maastricht.

A Comissão Política sublinha o ridículo e a falsidade das recentes declarações (transmitidas no "Jornal de Domingo" da RTP), quer do Presidente da Assembleia da República alegando que o referendo não se fazia porque a classe política não se entendia sobre a pergunta a fazer ao eleitorado, quer do Primeiro-Ministro alegando que "a primeira razão pela qual o referendo não se pode realizar é porque a Constituição não o permite" e que o Governo não propõe uma alteração da Constituição que viabilize o referendo sobre Maastricht porque "é preciso uma maioria de 4/5, muito difícil de conseguir".

Não sendo crível que o Primeiro-Ministro não saiba que também a Constituição não permite a ratificação de Maastricht e que isso não impediu o seu partido de abrir um processo de revisão da Constituição para o que conseguiu 4/5 dos votos, impõe-se tirar a devastadora conclusão de que, embaraçado, o Primeiro-Ministro, pura e simplesmente, optou por mentir perante milhões de portugueses.

Em coerência com o papel de primeiro plano que desde a primeira hora tem desempenhado na luta contra o Tratado de Maastricht e por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação, o PCP realizará, a nível nacional, de 1 a 5 de Outubro, um novo conjunto de acções públicas de esclarecimento e de recolha de assinaturas contra a ratificação do Tratado.

3.

Lei da greve

— por uma firme resposta dos trabalhadores

A Comissão Política, ainda que compreendendo a atitude do Presidente da República ao decidir-se pela promulgação das alterações à Lei da Greve, considera que face às graves limitações e condicionalismos que as mesmas visam impor aos trabalhadores se justificaria o recurso ao seu veto político.

A Comissão Política considera, entretanto, que estão seriamente iludidos Cavaco Silva, o seu Governo e a sua maioria, todos os que vivem da exploração dos trabalhadores, se pensam ser possível com medidas de carácter administrativo e repressivo, impedir o protesto e a justa luta dos trabalhadores contra a sua política anti-social cujo agravamento se adivinha já nos discursos governamentais.

Os trabalhadores sabem que está nas suas mãos, na sua capacidade de protesto e de luta, a defesa dos seus interesses e direitos. Os trabalhadores e as suas organizações de classe sabem como e quando terão que recorrer à greve, para fazer valer os seus direitos e defender os seus interesses.

Como no passado os trabalhadores portugueses, em unidade e na acção, recorrendo às mais diversas formas de luta saberão dar a devida resposta aos que atacam os seus legítimos interesses e ferem os seus mais elementares direitos e liberdades.

Tendo em conta que o Tribunal Constitucional não pôde pronunciar-se sobre irregularidades verificadas na votação da lei de alterações da Lei da Greve (por o Presidente da Assembleia da República se ter recusado a fornecer-lhe a acta da respectiva reunião), a Comissão Política resolveu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de realizar desde já contactos com outros grupos parlamentares com o objectivo de

requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação da inconstitucionalidade decorrente da não aprovação, na especialidade, de algumas normas contidas na lei de alterações agora promulgada.

4.

Problemas da abertura do ano escolar

A Comissão Política chama vivamente a atenção para alguns dos problemas que estão a afectar o sistema educativo onde, apesar do tradicional discurso cor-de-rosa do Governo, a realidade é que muitas escolas abriram as suas portas sem um mínimo de condições para iniciarem o ano lectivo.

É o problema da degradação das instalações, da falta de salas e de outros espaços, da sobrelotação de escolas e de turmas, dos atrasos na colocação de muitos professores, do improvisado e da completa ausência de condições para a generalização da reforma curricular nos 2.º, 5.º e 7.º anos de escolaridade e para a aplicação do novo sistema de avaliação dos alunos, dos cortes no quadro mínimo de pessoal auxiliar, e da falta de verbas para o funcionamento das escolas.

Muitos e muitos milhares de alunos, por todo o país, estão a ir às escolas mas de facto não encontram ainda aulas ou confrontam-se com horários esburacados, e muito menos encontram condições mínimas para um ensino de qualidade e para o sucesso escolar.

Esta situação é tanto mais inadmissível e responsabilizante do Governo, quanto a instabilidade de emprego está a atingir cada vez mais a classe docente, com todas as suas nefastas consequências, e são muitos milhares os professores que o Ministério da Educação está a lançar este ano no desemprego, incluindo profissionais devidamente habilitados, com largos anos de serviço e a quem não é sequer garantido o subsídio de desemprego.

Um outro problema que ameaça perturbar fortemente a abertura do ano escolar no ensino superior diz respeito ao prosseguimento da política do Governo de estrangulamento financeiro das Universidades e de imposição de um substancial e inconstitucional aumento das propinas contra o qual os estudantes (com o significativo apoio de muitos professores e de responsáveis académicos) continuam justamente a lutar.

O facto de no presente ano lectivo, para um total de 60 mil alunos, apenas existirem 26 mil vagas nos estabelecimentos públicos de ensino superior, vem mais uma vez chamar a atenção para o inadmissível e injusto sistema de "numerus clausus" que o Governo persiste em manter no ensino público. E desmonta uma vez mais a falsidade e a demagogia da campanha do ministro da Educação de "moralização" do ensino privado, quando é afinal o Governo o responsável pela proliferação de escolas e de cursos sem qualquer qualidade e pelo sacrifício de muitos milhares de alunos (e suas famílias) no altar dos lucros chorudos produzidos por um negócio duvidoso.

5.

Uma gravíssima situação nos serviços de saúde

A Comissão Política chama igualmente a atenção para a gravíssima situação, que está criada na generalidade dos ser-



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nota da Comissão Política

viços de saúde, resultante da crise financeira provocada pelas insuficientes verbas inscritas no Orçamento do Estado para a saúde e da gestão governamentalizada, centralista e incompetente que o PSD tem vindo a impor na maioria dos hospitais e Administrações Regionais de Saúde que, lembra-se, 15 anos depois, continuam escandalosamente em regime de instalação.

A paralisia de importantes equipamentos e serviços em hospitais, as carências crescentes de material, os conflitos constantes com fornecedores que conduzem, não raras vezes, ao corte de financiamentos e serviços, com as inevitáveis e negativas consequências para os doentes, são situações cada vez mais frequentes que exigem medidas radicalmente diferentes das que vem tomando o Governo.

Tal como o PCP tem denunciado não é com a imposição de taxas moderadoras aos doentes nem com o agravamento dos preços dos medicamentos e reduções nas comparticipações que se garantem melhores serviços e se podem tapar os buracos orçamentais na saúde que a política de Cavaco Silva/PSD tem vindo a agravar de ano para ano.

Não é com a coação inaceitável sobre os médicos no sentido de limitar as prescrições nos medicamentos e nos meios complementares de diagnóstico (análises, radiografias, electrocardiogramas, etc.), que se cobrem as reais carências e as não menos reais incompetências e erros da gestão-laranja.

A situação de penúria existente nos serviços de saúde exige o reforço das verbas para a saúde no O. Estado e uma gestão democrática e participada dos serviços. Se tal não se verificar poderemos assistir a uma verdadeira catástrofe na saúde com o encerramento puro e simples de serviços essenciais e a inviabilização do funcionamento de muitos hospitais do país.

6.

Por uma resposta nacional ao problema da droga

A Comissão Política apreciou também o significado da nova reformulação do *Projecto Vida* e da criação do cargo de Alto-Comissariado para o combate à droga. A propósito desta reformulação o PCP recorda que não se trata da primeira medida do género. Efectivamente, após a criação do *Projecto Vida* pelo Conselho de Ministros em Março de 1987, o Governo já procedeu, em Abril de 1990, à sua reformulação, com o proclamado objectivo de impor uma eficaz coordenação das acções a desenvolver no âmbito do referido Projecto.

O fracasso que o Governo agora reconhece que tem sido a sua acção no domínio do combate à droga, não pode deixar de lançar as mais fundadas dúvidas sobre a credibilidade da remodelação agora anunciada.

A desilusão em que, segundo se reconhece, redundou o *Projecto Vida*, não se deve a falta de empenho ou a incompetência dos técnicos que nele trabalham. Deve-se sobretudo à incapacidade ou falta de vontade reveladas pelo Governo para dotar as instituições envolvidas no combate à droga com os meios minimamente necessários para fazer face com eficácia a um flagelo social de dimensões impressionantes.

Se não for alterada a política que o Governo tem seguido neste domínio, de substituir as acções concretas por meras acções publicitárias sem tradução real, as medidas agora anunciadas não passarão, tal como as anteriores, de meras operações cosméticas.

Importa ainda recordar, a propósito da assumida desilusão sobre o *Projecto Vida*, que em Julho último, a maioria PSD na Assembleia da República, recusou a aprovação de um Projecto de Lei apresentado pelo PCP sobre a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento de reinserção social de toxicodependentes, precisamente com o argumento de que a eficácia das medidas tomadas no âmbito do *Projecto Vida* tornavam a sua aprovação desnecessária. Dois meses passados, é o Governo que se desmente a si próprio.

Pela sua parte o PCP continuará a intervir no sentido da definição e implementação duma verdadeira resposta nacional a este flagelo.

7.

XIV Congresso

A Comissão Política informa que nos próximos dias 8 e 9 de Outubro irá reunir o Comité Central do PCP para discussão e aprovação das Teses a apresentar ao Partido no âmbito de preparação do seu XIV Congresso.

Com a aprovação das Teses, e dispondo já dos Projectos de alterações ao Programa e aos Estatutos, abre-se uma nova e muito importante fase no processo de preparação do XIV Congresso. A de, no quadro da mais ampla e participada democracia interna, que caracteriza o funcionamento do PCP, proceder à apreciação e debate nas organizações dos documentos em discussão, contribuindo com as propostas e sugestões daí resultantes, para o seu enriquecimento.

Lioba, 18 de Setembro de 1992

A Comissão Política do CC do PCP

Tratado de Maastricht

PSD e PS não querem apreciar propostas sobre o referendo

PSD e PS rejeitaram no decorrer da última reunião da Comissão de Revisão Constitucional uma proposta do Grupo Parlamentar do PCP que preconizava a apreciação de imediato e em exclusivo, por aquela Comissão, das propostas destinadas a permitir a

realização de um Referendo.

Estava neste caso uma proposta subscrita pelo PCP, a qual tinha em consideração o facto de, a decidir-se a realização do Referendo, não serem admissíveis quaisquer alterações à Constituição com a invocação do Tratado de

Maastricht antes de os eleitores de pronunciarem sobre a sua aceitação ou não.

Apesar desta recusa do PSD e PS relativamente à proposta comunista, cujo conteúdo era essencialmente metodológico, o Grupo Parlamentar do PCP não

baixou os braços e desde logo fez saber que formalizará em Plenário uma proposta de alcance semelhante, destinada a dar prioridade à matéria do Referendo.

Posteriormente, em nota dirigida à comunicação social, a formação comunista afirma que "sem prejuízo do significado político que seja atribuído às posições do PSD e do PS" ao rejeitarem a prioridade proposta pelo PCP, o facto é que as "propostas de normas constitucionais que visem possibilitar a realização do Refendo continuam pendentes no processo de revisão constitucional".

Realçada pela bancada comunista, no comunicado assinado por João Amaral, é ainda a sua determinação de prosseguir a batalha pela realização de "um grande debate nacional" sobre o Tratado de Maastricht que culmine com a realização de um Referendo "que permita ao povo português exprimir a sua vontade sobre o Tratado".

Uma proposta plena de sentido

Na sua proposta de deliberação sobre a sequência dos trabalhos da Comissão de Revisão Constitucional, o Grupo Parlamentar do PCP assinala que a adopção de "uma norma que permita o referendo sobre a matéria contida no Tratado de Maastricht deve, numa perspectiva lógica, ser debatida e votada previamente a qualquer outra alteração constitucional".

Com a realização do referendo, lembram os deputados comunistas, os cidadãos serão chamados a decidir com o seu voto sobre a aceitação ou não por Portugal das alterações aos Tratados das Comunidades constantes do Tratado de Maastricht, pelo que, do seu ponto de vista, "só depois dessa decisão popular é que o processo deverá poder prosseguir

(incluindo na componente de revisão constitucional)".

Nessa medida, ainda de acordo com a perspectiva da formação comunista - e esta é de facto uma questão capital - "não faria efectivamente qualquer sentido estar a introduzir alterações à Constituição por causa de um Tratado quando os cidadãos, a realizar-se o referendo, ainda não se tenham pronunciado sobre a aceitação ou não desse Tratado".

Dá que faça pleno sentido a proposta comunista apontando para que a decisão sobre a questão do referendo seja tomada neste primeiro momento dos trabalhos da Comissão de Revisão, por forma a permitir que o Plenário possa deliberar antes do prosseguimento do processo.

Anunciado em conferência de imprensa

Defesa de Évora e do Alentejo na agenda da bancada comunista

Um projecto de alteração à Lei da Caça constituirá uma das primeiras iniciativas legislativas a apresentar pela bancada comunista; o Orçamento do Estado para 1993 e a Reforma da PAC estarão também entre as suas preocupações neste início dos trabalhos parlamentares

Uma atenção particular ao Orçamento do Estado para 1993 em ordem a que Évora e o Alentejo não continuem a ser marginalizados - conferindo especial relevo à questão da lei das Finanças Locais, à finalização das obras do Hospital do Patrocínio e à conclusão da malha de pequenas e médias barragens previstas no Plano de Rega do

Alentejo -, constituiu um dos eixos centrais que nortearam a acção de Lino de Carvalho, deputado comunista eleito pelo círculo eleitoral de Évora, no decorrer da próxima sessão legislativa, a iniciar no próximo dia 15.

O anúncio foi feito pelo próprio em conferência de imprensa promovida pela DOREV, que contou também com a presença de Diamantino Dias e Alexandre Rodrigues, oportunidade aproveitada para proceder igualmente a um balanço do trabalho realizado na anterior sessão legislativa.

A este respeito, entre

outras acções, Lino de Carvalho recordou as várias iniciativas legislativas por si rubricadas (com destaque para a defesa e valorização dos tapetes de Arraiolos), as intervenções no Orçamento do Estado do ano corrente e em várias matérias relacionadas com os interesses do distrito, o trabalho na Comissão de Agricultura, e a realização de um colóquio parlamentar sobre Alqueva, em suma, um trabalho intenso e produtivo nos mais variados domínios que o levou a

expressar a sua satisfação pelo "dever cumprido enquanto deputado eleito pelo PCP no distrito".

Realçando a sua disponibilidade para prosseguir o que tem sido um contacto permanente com a população do distrito, Lino de Carvalho adiantou ainda, no que ao futuro imediato se refere, ser seu propósito prestar especial atenção ao novo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) de forma a que nele sejam inscritos projectos que concorram para o desenvolvimento sustentado do Alentejo, como é o caso do financiamento e construção de Alqueva.

Para além da já referida batalha pela inscrição de verbas no Orçamento do Estado que respondam às necessida-

des do distrito e da "magna questão dos recursos hídricos" - "uma questão na primeira linha das nossas preocupações", segundo as suas palavras -, Lino de Carvalho desvendou ainda alguma coisa sobre o que será a sua acção no plano das iniciativas legislativas, anunciando desde já a apresentação para breve de um projecto de alteração à Lei da Caça.

Adiantando as razões que estão na base deste diploma, o deputado comunista justificou-o "face à inadequação da actual Lei da Caça", pretendendo-se deste modo contemplar "os direitos de todos os caçadores ao usufruto da caça, independentemente da sua condição económica e social".

A Reforma da Política Agrícola Comum e as suas consequências no Alentejo, ainda no dizer de Lino de Carvalho, vai ser outra das matérias sobre a qual incidirá de forma muito particular a atenção da bancada comunista, de quem aliás partiu já a iniciativa de requerer a ida à Assembleia da República do ministro da Agricultura para se debaterem as condições concretas de aplicação da referida reforma, o fim antecipado do período de transição e as perspectivas futuras da agricultura alentejana.



TRABALHADORES

Perante a anunciada promulgação

CGTP-IN repudia alterações à lei da greve

«A promulgação pelo Presidente da República das alterações à lei da greve, aprovadas pelo PSD e CDS na Assembleia da República, representa um injustificado retrocesso legal num direito fundamental dos trabalhadores e valor essencial da democracia», comenta a CGTP-IN em comunicado, que sublinha:

«Em qualquer caso, não se encontra esclarecida a questão da elaboração do diploma, em sede da AR, ficando assim por comprovar a validade legal de algumas alterações introduzidas na lei».

A CGTP-IN entende que não há qualquer fundamento válido de ordem social, económico ou jurídico para introduzir alterações à lei da greve e reafirma que «a iniciativa do governo de rever a lei da greve ao arrepio de compromissos assumidos anteriormente com os parceiros sociais, só tem uma explicação: o governo tem consciência das consequências negativas da sua política económica e social, dos erros cometidos dos sectores produtivos e pretende agora compensar essa situação à custa dos direitos dos trabalhadores e da diminuição do nível de vida destes e das suas famílias».

«Por todas estas razões, o governo tem cada vez menos autoridade e credibilidade políticas para falar em diálogo e concertação social», acentua a CGTP-IN, que acrescenta:

«A luta que os trabalhadores e os seus sindicatos desenvolveram contra a alteração da lei da greve, obrigou o governo a importantes recuos no processo legislativo. O prosseguimento da luta há-de conduzir a que os objectivos do governo e do patronato não sejam alcançados e que as limitações aprovadas pelo PSD e CDS não cheguem sequer a ter eficácia».

Considerando que o futuro irá demonstrar a desadequação destas normas legais em relação à vida social e aos legítimos anseios de maior democracia, progresso e justiça social, de que o direito à greve é instrumento fundamental, e que a história do movimento operário e sindical demonstra que a melhor forma de defender o direito à greve é exercê-lo, a CGTP-IN adverte:

«Articulando todas as frentes de luta, da defesa das suas reivindicações, lutando pelos seus direitos e interesses, os trabalhadores vão recorrer a todas as formas de luta, exercendo, em pleno, o direito à greve».

Metalúrgicos do Sul tomam decisões

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, reunida na sua sede, no Barreiro, analisou a situação social, discutiu as formas de levar à prática as orientações para a acção reivindicativa, aprovadas no Conselho Nacional da Federa-

ção, como continuar a luta em defesa dos direitos sociais, contratuais e sindicais, como levar as comemorações do 22.º Aniversário da CGTP-IN aos trabalhadores e analisou a situação internacional e as repercussões profundamente lesivas que o Tratado de Maastricht traria para os traba-

lhadores e para o País. Fez ainda o balanço do trabalho desenvolvido e a desenvolver para o reforço da organização e da sindicalização.

A Direcção responsabiliza o Patronato e o Governo pelas dificuldades que algumas empresas atravessa, «porquanto a Direcção e os ORT's das

empresas há anos que vêm a reclamar a implementação de medidas conducentes à sua viabilização e modernização e que, simultaneamente, recuperassem do atraso, melhorassem as condições de trabalho, salvaguardassem e promovessem o emprego».

Quanto à acção reivindicativa, a Direcção decidiu levar a discussão a todos os órgãos do Sindicato, Secretariados Distritais e Locais e Plenário de Delegados Sindicais e «levar o fruto dessa ampla discussão para o seio dos trabalhadores, dando-lhes a conhecer os pressupostos e o conteúdo a reivindicar empresa a empresa, completando estes com as matérias julgadas necessárias e possíveis pelos trabalhadores e seus Órgãos».

Foram também definidos alguns pressupostos para a elaboração dos cadernos reivindicativos: inflação verificada durante a vigência dos salários a rever; a produtividade; a carga fiscal; a aproximação aos salários dos demais países Europeus.

O debate das estratégias

Federações e União sindicais, reunidas na CGTP-IN, procederam à análise da acção reivindicativa e às perspectivas para 1993, reafirmando a sua «total oposição à política de contenção salarial que o Governo e o patronato pretendem impor aos trabalhadores». Uma tal política «constituiria um meio de degradação das condições de vida e afastaria ainda mais os salários portugueses dos praticados nos

restantes países comunitários».

As Federações e União analisaram também os conteúdos reivindicativos para o desenvolvimento da negociação colectiva em 1993, e aplicação dos critérios de crescimento dos salários definidos pelo Plenário de Sindicatos realizado em 16 do mês passado, sendo os principais a consideração do custo de vida, a participação

nos ganhos de produtividade, a aproximação dos salários à média comunitária, a consideração do agravamento fiscal verificado este ano penalizando os rendimentos do trabalho e a melhoria da distribuição do rendimento. Neste quadro, as Federações estão a preparar e a discutir com os trabalhadores propostas salariais, que variam, nos diversos sectores e empresas, em regra entre 13% e 23%.

• Mais um desastre deste Governo

Complexo do Cachão fecha

Sob o beneplácito do Governo, mais de 300 trabalhadores foram lançados no desemprego, após liminar encerramento do Complexo Agro-Industrial do Cachão. O caso é relatado pormenorizadamente pela União dos Sindicatos de Bragança, que «repudia veementemente tais medidas e a política prosseguida pelo Governo».

No passado dia 15, o IPE (Investimentos e Participações do Estado), dando cumprimento à política económica, social e laboral do Governo, encerrou o CAICA (Complexo Agro-Industrial do Cachão). Os trabalhadores da empresa foram indemnizados mediante a assinatura da rescisão individual do contrato de trabalho.

Coagidos pelos atrasos sucessivos no pagamento de salários, com a falta de pagamento de subsídio de férias e dos retroactivos salariais de 1992, desde há largos meses em situação de inactividade por falta de matéria-prima, confrontados recentemente

com a supressão dos transportes da empresa e com o encerramento da cantina, perante a incerteza quanto ao futuro da empresa, decorrente do Processo de Recuperação da Empresa e Protecção de Credores (submetido à decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Mirandela), por não terem sido cumpridas as promessas feitas, por terem sido intimidados indirectamente pela Administração de serem atirados para o desemprego (sem qualquer contrapartida), os trabalhadores do CAICA foram forçados a aceitar as indemnizações propostas», sublinha a União dos Sindicatos.

«O Governo fez ouvidos surdos às propostas dos Sindicatos e ignorou os direitos dos mais de 300 trabalhadores, aos quais foi retirado o posto de trabalho e criado um conjunto de problemas sociais, que vai afectar inúmeras famílias», além de agravar as dificuldades em que se encontra a lavoura da região, deixando os agricultores ainda mais à mercê da lei da oferta e procura (forma única existente para escoamento e transformação dos seus produtos).

«Aos trabalhadores, depois de esgotado o período de subsídio de desemprego a que têm direito, outra alternativa não lhes é dada a não ser a de procurar trabalho noutras regiões ou países», adverte a União dos Sindicatos de Bragança, que entretanto recorda que «no decurso da luta dos trabalhadores pela viabilização da

empresa e manutenção dos postos de trabalho, os deputados da Assembleia da República eleitos no distrito de Bragança (3 do PSD e 1 do PS) nada disseram ou fizeram em defesa do CAICA, procedendo de igual forma os executivos das Autarquias da região, nomeadamente a Câmara Municipal de Mirandela». E conclui:

«O encerramento do CAICA deixou a região mais pobre e produz efeitos nefastos. É mais um exemplo e confirmação da política do actual Governo, que tem sido direccionada no sentido de aumentar a instabilidade no emprego, reduzir os postos de trabalho efectivo, eliminar serviços públicos de interesse fundamental para as populações, eliminar conquistas e direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações.»

ASPP critica o MAI

A Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP) emitiu um comunicado em que critica a reestruturação das forças de segurança anunciada pelo Ministério da Administração Interna (MAI) nomeadamente na PSP.

«A anunciada intenção de encerrar e concentrar efectivos em grandes unidades policiais, para além de ir contra o sentimento da generalidade dos profissionais da PSP, contraria também as aspirações das populações», refere a nota do conselho de delegados da ASPP de Lisboa. Os dirigentes associativos consideram de «duvidosa eficácia» o combate à criminalidade na estratégia governamental que, no entender da ASPP, «pretende fazer crer que os cidadãos vão passar a ter mais polícias nas ruas».

Admitindo a necessidade de uma «profunda reestruturação» nas forças de segurança, a ASPP critica o «secretismo» com que o processo tem vindo a ser conduzido pelo MAI e propõe-se promover um debate sobre o assunto.

Três anos negros nos têxteis do Porto

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto (STTDP) considerou, em conferência de imprensa, que os três últimos anos foram «negros» para os trabalhadores do sector no Distrito.

«Em todo o Distrito do Porto, embora variando a situação de concelho para concelho, o pão nosso de cada dia nos três últimos anos para os trabalhadores foi o desemprego e os salários em atraso» ù afirmou Palmira Peixoto, dirigente sindical.

Segundo aquela dirigente, «só nos últimos três meses, 24 empresas do Distrito, que empregam um total de 7240 trabalhadores, faliram, deixaram de pagar salários ou reduziram o seu nível de emprego».

«A direcção do STTDP defende, por isso, uma operação integrada de desenvolvimento (OID) para o Concelho de Vila do Conde idêntica à que foi criada em Santo Tirso, beneficiando das medidas de protecção económica e social em vigor nos concelhos do Vale do Ave.»

O Sindicato dos Têxteis do Distrito do Porto afirma, ainda, que é «urgente e necessário que o Governo aprove um plano global de reestruturação e modernização do sector, pois não é com medidas avulsas que as reais dificuldades serão ultrapassadas».

Trabalhadores rejeitam despedimentos na EFACEC

O sindicato e as organizações representativas dos trabalhadores do Grupo Efacec decidiram, em reunião, desencadear uma série de acções contra a pretensão da respectiva administração de despedir injusta e desnecessariamente cem trabalhadores. A pedra de toque dessa série de acções consubstancia-se fundamentalmente em denunciar perante a opinião pública e perante os órgãos de soberania a prepotência de semelhante decisão, que «não é mais do que mero balão de ensaio para fazer alastrar a intenção do despedimento às várias empresas do Grupo Efacec sob o falso pretexto da redução dos custos de produção».

Sindicato contesta «recolha» de impostos

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (STFC-ZC) criticou o Governo por remeter o pagamento dos impostos para a Banca, CTT e outras instituições, situação que, na sua perspectiva, dificulta o controlo das verbas públicas.

«Com as suas propostas, o Governo, que tanto fala de contenção de despesas e de rigor orçamental, está a permitir que milhões de contos escapem ao controlo da própria administração», sublinha a estrutura sindical num comunicado emitido em Coimbra, acrescentando:

«Ao remeter o pagamento dos impostos para outras instituições, o Governo entrega a gestão de milhões de contos a esses organismos, que os utilizarão em benefício próprio, com prejuízo para o Estado».

Na mesma nota, o Sindicato contraria uma notícia publicada na última edição do semanário «Expresso», segundo a qual o Governo gasta 67 milhões de contos com a cobrança dos impostos, pelo que está a considerar a hipótese de encerrar várias tesourarias da Fazenda Pública como medida de contenção de despesas.

«Dados oficiais apontam para gastos com o funcionamento das tesourarias na ordem dos nove milhões de contos», refere o STFC-ZC.

Para o sindicato, estas notícias «são parte de uma estratégia sabiamente montada pelo Governo, tendente a alimentar a ideia de que o Estado gasta muito com a Administração».

Ao negar a existência de pessoal a mais na Direcção-Geral do Tesouro (DGT), a estrutura refere que o quadro de pessoal está desfalcado em 1000 trabalhadores, cerca de metade do total.

Organizações Regionais analisam momento

BRAGA

Preparar a resposta dos trabalhadores

«Passado o período de Verão é necessário e imperioso preparar uma forte resposta dos trabalhadores, das massas populares e dos democratas em geral em defesa dos interesses imediatos e concretos e contra a política do Governo PSD», pode ler-se na nota da DORBraga, divulgada após a reunião do passado dia 19 do corrente, na qual aquela Direcção Regional do PCP procedeu à «análise dos aspectos mais salientes da situação política e social, dos caminhos da luta política e da resposta dos trabalhadores e das massas populares, e das linhas de acção do Partido no momento presente».

A luta na ordem do dia

A nota da DOR Braga sublinha:

«Na ordem do dia está a luta pela contratação colectiva, pela defesa dos direitos ameaçados, contra os despedimentos e o encerramento dos postos de trabalho, contra a repressão patronal.

«Ao mesmo tempo, há que retomar a luta contra as alterações à Lei da Greve, aprovadas antes das férias, impedir que o Governo volte à carga com o Projecto de Lei

dos Disponíveis para, no fundamental, concretizar o despedimento de dezenas ou centenas de milhar de trabalhadores da Função Pública, e preparar a denúncia e luta contra os principais objectivos do Orçamento de Estado 93, já publicamente divulgados — impor um tecto salarial na ordem dos 5%, reduzir as verbas com a Educação, Saúde, Habitação, Segurança Social e as transferências financeiras para as Autarquias.

«O prosseguimento de tal política só virá acentuar os enormes problemas económicos e sociais que flagelam o Distrito — rotura do tecido económico, o crescimento do desemprego e das situações do trabalho precário, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a perda do seu poder de compra e degradação das condições de vida, entre outros. A evolução da situação, de acordo com os dados publicados pelo movimento sindical quanto aos últimos meses, é preocupante:

«Milhares de trabalhadores lançados no desemprego ou atingidos por outras situações inaceitáveis, como o não recebimento dos salários e/ou subsídio de férias; aumento do número de empresas, sobretudo na têxtil

e metalúrgica, que não cumprem os compromissos com os seus trabalhadores ou encerram mesmo; o crescimento dos casos de repressão patronal e violação dos direitos dos trabalhadores, sendo de registar e repudiar, pela sua particular gravidade, o exemplo da Grundig onde a Administração consumou o despedimento colectivo na empresa.

«Neste panorama de verdadeira aflição para os trabalhadores, as grandes vítimas da situação, tem que lamentar-se, por ser injusto, que vezes responsáveis imputem aos trabalhadores, às baixas médicas ou às greves as culpas de uma crise que são todas e por inteiro do patronato e do Governo.

Da parte da DORBraga do PCP podem os trabalhadores continuar a contar com todo o apoio e solidariedade.

«Aproximando-se o ano de 1993, é dever da DORBraga alertar os trabalhadores, as suas organizações e as autoridades do Distrito para a emergência de novos motivos de preocupação, pela entrada em vigor do mercado interno, primeira fase da União Económica e Monetária, que consagra a liberdade de circulação de mercadorias, capitais e serviços. O choque que se avizina,

na ausência de programas eficazes de reconversão industrial e de apoio social, terá ainda mais graves consequências no Distrito».

Iniciativas

«No quadro das tarefas dos comunistas a DORBraga do PCP analisou um plano geral de iniciativas para promover e alargar no Distrito o debate e conhecimento do Tratado de Maastricht, a União Económica e Monetária e as suas consequências para Portugal, de modo a reforçar o movimento pela realização de um referendo em Portugal e ampliar o número de portugueses que dizem NÃO a Maastricht.

«Com este duplo objectivo, está já em circulação uma campanha de recolha de assinaturas, integrada na Campanha Nacional pelo NÃO a Maastricht, promovida por destacadas personalidades de diversos quadrantes políticos.

«A DORB Braga apela aos comunistas, aos simpatizantes e muitos outros democratas a empenhar-se e apoiar esta campanha e mais uma vez sublinha que, dada a importância da questão, a grande divisão de opiniões existente e a profundidade e gravidade das consequências



PORTALEGRE

Não ao Tratado de Maastricht!

Na sua última reunião, realizada no passado dia 21, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Portalegre analisou as tarefas imediatas que se colocam aos comunistas do distrito, em resposta aos problemas com que se defronta a região e o País, tendo concluído que o «não ao Tratado de Maastricht é o que melhor serve os interesses de Portugal».

Fundamentando a sua posição, a DORPOR recorda que o tratado «impõe decisivas transferências de poderes, em áreas fundamentais, para instâncias supranacionais subordinadas aos interesses dos países mais poderosos e de grupos económicos transnacionais. O Tratado de Maastricht pretende construir um superestado europeu dominado pelas grandes potências. A aprovação do Tratado corresponderia à perda da soberania de Portugal».

Nesta medida, na perspectiva dos comunistas de Portalegre, importa realizar um grande debate nacional sobre Maastricht, informar os portugueses das consequências para Portugal e realizar um referendo onde o povo português, em consciência, possa decidir. É bem elucidativa a tentativa do PSD e do PS de omitir informação do povo português, evitar o debate e o sufrágio, sendo verdadeiro o ditado popular «quem não deve não teme». Neste sentido, o PCP está empenhado num amplo esclarecimento, vindo a desenvolver um conjunto de acções de informação e de protesto, nomeadamente a jornada nacional de esclarecimento a levar a efeito nos dias 1, 2 e 3 de Outubro.

Ainda sobre esta matéria, o comunicado lança um apelo à «mais ampla participação no abaixo-assinado lançado por um conjunto de personalidades que apelam à não aprovação do Tratado pela Assembleia da República pronunciando-se firmemente pela salvaguarda e renovada afirmação dos interesses, da identidade e da soberania nacionais, num quadro de abertura à Europa e ao Mundo e de activo empenho de Portugal no progresso de uma Europa de povos livres e de nações iguais e soberanas, de uma Europa de intercâmbio, de cooperação, de paz, liberdade, democracia e justiça social.»

Um alerta «para a grande operação» do Governo PSD visando alterar e destruir direitos sociais e políticos conquistados pelos trabalhadores é ainda deixado no comunicado da

DORPOR que, a este respeito, sublinha que a Lei da Greve «exige da parte dos trabalhadores uma luta persistente em defesa dos seus direitos, garantias e liberdades».

«Denunciamos a retirada de regalias sociais, na área da segurança social, adquiridas pelos trabalhadores, particularmente do sector dos lanifícios que, no caso do distrito de Portalegre, atinge cerca de um milhar de trabalhadores e suas famílias. É necessária legislação complementar ao Dec.-Lei 118/92, nomeadamente uma Portaria em que sejam salvaguardados os direitos adquiridos e os acordos firmados e restituídas as importâncias indevidamente cobradas», lê-se no comunicado.

Quanto ao Orçamento do Estado para 1993, a DORPOR manifesta o seu desejo de que este possa contribuir de facto «para a correcção das assimetrias regionais existentes, para que as populações vivam melhor e os jovens encarem o futuro do distrito com confiança. Neste OE deve ser cumprida a Lei das Finanças Locais e que ao «alargamento das competências» seja dada a respectiva contrapartida financeira. Que o novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) contemple verdadeiras medidas integradas, com o reforço de verbas contribuindo para a fixação da sua população e de aproximação às regiões mais desenvolvidas.»

Comentada pelos comunistas de Portalegre foi ainda a visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva aos concelhos de Elvas e Sousel, a qual se traduziu, em sua opinião, em manifesto apoio à campanha eleitoral autárquica do PSD. «Esperamos que o Primeiro-Ministro responda efectivamente às preocupações e solicitações colocadas pelos municípios e que se traduza na prática que, finalmente, se concretize o IP2, o IC13, a ligação Elvas/Portalegre e outras vias de comunicação; no reforço de verbas e na participação interveniente no novo Quadro Comunitário de Apoio para que o distrito saia da estagnação em que se encontra.»

Por último, a DORPOR realça a importância que o XIV Congresso do PCP tem para os comunistas e todos aqueles que acompanham com interesse a actividade do PCP, deixando um apelo à participação activa de todos os militantes nesta fase preparatória.

para o país a economia e soberania nacionais, os trabalhadores e o próprio Distrito, outras forças, organizações e os órgãos de comunicação social regional deviam igualmente dar um contributo positivo para que a discussão fundamentada tomasse o lugar da manipulação de consciências, argumentação falaciosa, deturpações e silenciamentos, que são a tônica dominante em Portugal.

«O PCP, ao propor medidas para o mais amplo debate, a consulta esclarecida aos portugueses e ao defender o NÃO ao Tratado, assume as suas responsabilidades, considerando os interesses do país.

«Relativamente à preparação do XIV Congresso, a DORB do PCP discutiu e aprovou as orientações gerais para a discussão dos projectos de alterações aos Estatutos e Programa, já aprovados na reunião do C. C. de 11 e 12 p. p. e publicados no jornal «Avante!».

«O Calendário das reuniões, debates e Assembleias a elaborar pelos organismos de direcção das organizações do Partido serão, logo que possível divulgadas e desde já se apela a todos os militantes para que intervenham activamente nesta fase de discussão de documentos fundamentais do PCP e participem nas Assembleias que posteriormente elegerão os delegados de todo o Distrito ao

XIV Congresso, em 4, 5 e 6 de Dezembro, em Almada».

Por fim, a DORBraga, depois de criticar a «pouca fidelidade e rigor de várias notícias e comentários da RTP e outros órgãos de comunicação» sobre os textos tornados públicos pelo Partido, faz uma revelação importante. O facto de, «nos últimos 2 meses, ter sido concluída a compra de 2 novas sedes — em Vila Nova de Famalicão e Guimarães — que não só enriquecem o património próprio do PCP no Distrito, como asseguram melhores condições de trabalho dos comunistas nos respectivos concelhos».

«Este facto, que não deixará de constituir surpresa para aqueles que supunham o Partido em quebra imparável e desaparecimento irreversível, encherá por certo de alegria os comunistas, os trabalhadores e muitos outros democratas que reconhecem no PCP uma força necessária e imprescindível no presente e para o futuro.

«A DORBraga do PCP dirige-se à compreensão de todos estes, militantes e amigos em geral, para que contribuam na campanha de recolha de fundos que as respectivas Comissões Concelhias e também esta Direcção Regional decidiram promover a fim de fazer face aos encargos financeiros resultantes destas aquisições».

político e social

CASTELO BRANCO

Aprofunda-se ofensiva do Governo contra trabalhadores e seus direitos

«Aprofunda-se a ofensiva do Governo Cavaco Silva contra os trabalhadores e os seus direitos», afirma a nota publicada pela Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, após a sua reunião de 19 do corrente. A DORCB do PCP tratou de alguns aspectos da situação política e social do distrito e das tarefas ligadas com a preparação do XIV Congresso do Partido. Como exemplos da ofensiva cavacista, a DORCB adianta:

«As alterações à Lei da Greve; medidas repressivas contra os doentes com baixa; tentativa de imposição de um texto salarial, como os 4,5% para a Função Pública para 1993; despedimentos colectivos e encerramento de empresas; alteração ao regime jurídico dos feriados; estrangulamento do Poder Local com a transferência de novas competências sem as respectivas contrapartidas financeiras, etc., etc. Esta ofensiva de direita tem con-

seqüências muito negativas no nosso distrito.

«A DORCB exorta os trabalhadores e toda a população laboriosa a resistir e a lutar contra a ofensiva antidemocrática do Governo PSD.

«A DORCB solidariza-se com os protestos e luta dos trabalhadores do sector têxtil e dos reformados contra as medidas da ARS e do Governo que retira de forma injusta a participação nos medicamentos a que os trabalhadores têm direito. Oportunamente, a DORCB fará um comunicado sobre este grave problema.

«A SOTIMA (Proença-a-Nova), empresa que há poucos anos aparecia no distrito como uma empresa «moderna» e cheia de perspectivas, encerra as suas portas com a suspensão de centenas de trabalhadores!

«A DORCB manifesta igualmente preocupação com o facto de, em diversos concelhos do distrito, como

C. Branco, Idanha, Proença, entre outros, a Rodoviária da Beira Interior ter acabado com carreiras regulares (e propõe-se acabar com outras), deixando as populações cada dia mais isoladas.

«Em relação à Mina da Panasqueira, a DORCB salienta as suas preocupações com a falta de segurança existente na exploração do NÍVEL 2. Ainda há poucos dias deram-se abatimentos que, só por obra do acaso, não resultaram em desastres pessoais fatais! Os trabalhadores acusam a gerência da Mina pelo facto da ganância da exploração se sobrepor à segurança no trabalho, não ouvindo as recomendações dos trabalhadores e suas estruturas.

«No nosso distrito centenas de toneladas de pêsego e outra fruta têm sido enterradas, consequência da ruína política agrícola do Governo PSD, que penaliza a Agricultura Nacional e

todos os consumidores em geral.

«Quanto ao Tratado de Maastricht estão a ser recolhidas assinaturas no distrito para um abaixo-assinado Não a Maastricht! A DORCB promove dois debates públicos sobre o Tratado de Maastricht, com a participação de um dirigente do PCP conhecedor da matéria, dia 16/10 em C. Branco e dia 17/10 na Covilhã.

«A DORCB e comissões concelhias preparam os debates dos documentos do XIV Congresso do PCP. Estão a ser programadas dezenas de reuniões e assembleias de militantes para a discussão dos documentos e eleição dos delegados.

«Dentro desta perspectiva estão marcados três plênários de militantes com a participação de Aurélio Santos, membro da Comissão Executiva Nacional, dia 30/10, no Fundão e dia 31/10 em Castelo Branco e na Covilhã.»



ÉVORA

Governo marginaliza o Alentejo

Reunido em Évora no passado dia 21, o Executivo da DOREV procedeu à análise da situação política e social e apreciou os trabalhos preparatórios do próximo Congresso do Partido. Após algumas considerações gerais sobre a política do Governo e as suas consequências na região, o comunicado divulgado após a reunião daquele organismo detém-se particularmente sobre a situação social, constatando «a continuação de uma alta taxa de desemprego de 14% da população activa, da precarização do trabalho, do aparecimento de salários em atraso no sector dos mármore (S. P. de Almeida, M. G. Mármore, etc.), e Indústrias Alimentares (Panificadora de Estremoz), despedimentos colectivos na Perdal Monteiro em Viana do Alentejo, encerramento de empresas como a Fábrica dos Leões.

«Esta política confirma a marginalização por parte do Governo de esta vasta região — 1/3 do território nacional — que tem diminuído os investimentos públicos no distrito em comparação com outras regiões do país. Sendo de realçar o trabalho meritório das autarquias na apresentação e execução de projectos que possibilitam captar milhões de contos das verbas da comunidade.

«Verifica-se total incapacidade por parte do Governo na apresentação de projectos de grande importância para o distrito, aproveitando as verbas da comunidade — como exemplo a construção do Alqueva entre outros.

«O Executivo da DOREV do PCP analisou as deficientes condições da abertura do ano lectivo 92/93, além dos problemas com a reforma educativa, existem também em grande parte das escolas preparatórias e secundárias do distrito dificuldades nas instalações, assim como grandes dificuldades financeiras.

«Continua-se a verificar a falta de pessoal auxiliar em várias escolas, situação agravada com a recusa do visto pelo Tribunal de Contas, assim como o crescimento do número de alunos por turma que ronda a média de 30 alunos no Distrito de Évora.»

Não a Maastricht

«O Executivo da DOREV do PCP prosseguindo o trabalho já desenvolvido em Julho e Agosto sobre as consequências para Portugal do Tratado de Maastricht, decidiu dar o seu apoio ao abaixo-assinado pelo «NÃO» a Maastricht a dirigir à Assembleia da República, promovido por um conjunto de personalidades e apela a todas as organizações e aos militantes do Partido, a todos os democratas, para colaborarem activamente no prosseguimento da recolha de assinaturas.

«O Executivo da DOREV analisou também o trabalho do Deputado do PCP pelo Distrito com vista ao trabalho na reabertura da Assembleia da República. Confirmando-se o nível elevado de intervenção do Grupo Parlamentar do PCP em defesa dos interesses de Évora e do Alentejo a DOREV aprovou a necessidade de um forte empenhamento no debate do Orçamento do Estado para 1993 e designadamente no que se refere ao reforço de verbas para o Distrito e da transferência de verbas para as autarquias locais e na necessidade de apresentação a curto prazo de iniciativa legislativa visando a alteração da Lei da Caça.

«O Executivo da DOREV do PCP fez uma discussão sobre o XIV Congresso, tendo debatido numa primeira abordagem às alterações ao Programa e aos Estatutos, considerando que são dois importantes documentos aos quais os militantes devem dar o seu contributo. Decidiu convocar a DOREV para o dia 26 de Setembro para analisar as alterações aos estatutos e programa e a calendarização do debate nas organizações do Partido no distrito e com sectores da opinião democrática em torno das alterações do Programa.

«Apela-se aos militantes que participem activamente assegurando uma ampla participação nas reuniões, assembleias e iniciativas para debate e eleição dos delegados.»

Por fim, o comunicado saído da reunião do Executivo da DOREV sublinha o sucesso da XVI edição da Festa do «Avante!» e saúda a participação de centenas de militantes do distrito na construção da iniciativa.

LEIRIA

Crise alastra e cresce o desemprego

Reunida no passado dia 19 para analisar a situação política e social do distrito e o andamento do trabalho preparatório do XIV Congresso do PCP, a Direcção da Organização Regional de Leiria expressou a sua apreensão pelo que considerou ser o contínuo acentuar das «tendências recessivas na economia regional e a degradação das condições de vida dos trabalhadores».

Do seu ponto de vista, na base desta situação está a «persistência por parte do Governo Cavaco Silva numa política económica, financeira e cambial que afecta gravemente todo o sector produtivo, ao mesmo tempo que promove e desenvolve uma política laboral, de enfraquecimento dos mecanismos de defesa dos direitos dos trabalhadores, obrigados a suportar em última instância as consequências da crise que se vai instalando e que está a criar um clima de instabilidade a que urge pôr termo.

«O drama que nos últimos tempos tem atingido centenas de trabalhadores, empurrados para o desemprego, tende a alargar-se com o anúncio de novos despedimentos no sector dos plásticos, conservas, vidros e cerâmica.

No comunicado onde torna pública as conclusões da sua reunião, a DORLEI «denuncia com veemência o aproveitamento pelo patronato da legislação cavacista de liberalização dos despedimentos, para uma mais vasta ofensiva contra o movimento sindical e seus activistas, promovendo despedimentos políticos, como aconteceu na Crisal e agora recentemente com o Presidente do Sindicato Vidreiro na M. Pereira Roldão.

«A DORLEI do PCP analisou particularmente a situação de crise em que vive a pesca do cerco, nos Portos de Peniche e Nazaré, e que esteve na origem da paralisação da frota no passado dia 17. As dificuldades de escoamento das capturas, particularmente da sardinha que fez cair os preços médios no presente ano na ordem das 40%, e significou nos primeiros 8 meses, só no Porto de Peniche, uma quebra de rendimento global superior a meio milhão de contos, ao mesmo tempo que mais de 700 toneladas de sardinha eram destruídas, é o resultado de uma política de integração europeia que não teve em conta os interesses nacionais e se agravou recentemente com o Acordo CEE-Marrocos, mais uma vez em prejuízo dos pescadores portugueses. O envolvimento de cerca de mil postos de trabalho directos e a salvaguarda da frota regional exigem medidas imediatas de intervenção.

«Também especial atenção merece a gravíssima situação

da poluição das águas de Mira d'Aire, problema ciclicamente renovado com contornos cada vez mais nefastos para a saúde das populações. A DORLEI do PCP denuncia e responsabiliza o Governo Central pelo arrastamento de tão degradante situação».

Quanto ao Orçamento do Estado para 1993, a DORLEI informa ter já apresentado várias propostas relacionadas com o distrito, propostas estas que, sublinha, «implicam necessariamente o empenhamento financeiro do Governo, já que a construção da ETAR e seu funcionamento à rede de saneamento básico e a renovação da rede de água à exigem avultados investimentos que as autarquias, com os seus insuficientes meios, nem nos próximos 10 anos os concretizariam. A DORLEI do PCP, no âmbito da discussão do O. E. para 1993, assume desde já o compromisso de renovar as suas propostas, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República».

No que se refere às condições em que se inicia o ano escolar 92/93, uma das matérias tratadas no decorrer da reunião, o comunicado da DORLEI salienta que a pretensão do Governo de impor uma forte redução orçamental para a Educação, estimada em termos reais em cerca de 13%, perspectiva um quadro de grande preocupação, com graves implicações no já deficiente funcionamento do sistema escolar público regional, a braços com escolas superlotadas, falta de pessoal não docente, insuficiente acção social escolar. Não deixa também de ser significativo o aumento desmesurado dos manuais escolares nos anos de escolaridade obrigatória, cada vez menos gratuita e cada vez menos escola de igualdade de oportunidades.

A DORLEI, por fim, congratulou-se com o êxito que constituiu a Festa do Avante e analisou as tarefas imediatas da organização, com particular destaque para o andamento dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso, e definiu as linhas orientadoras para o debate da 3.ª Fase em todas as estruturas da organização regional. O calendário das reuniões e assembleias das organizações do Partido deverá estar elaborado até ao final do corrente mês, iniciando-se em Outubro a discussão dos Projectos de Estatutos, de alteração ao Programa do Partido e das Teses ao XIV Congresso. A DORLEI chama desde já a atenção dos militantes para o amplo debate que se torna imperioso fazer e apela à sua massiva participação com contributos e propostas aos documentos e submeter ao Congresso, bem como à eleição dos delegados.

Protesto nacional contra exclusão da CNA do Conselho Económico e Social

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - foi excluída a semana passada do Conselho Económico e Social (CES), entidade que substitui o antigo Conselho Permanente de Concertação Social, pelo que a Direcção da CNA decidiu convocar para 26 de Outubro um dia de protesto nacional com acções regionais contra o que considera ser «a discriminação antidemocrática de que a CNA é alvo por parte do sr. ministro da Agricultura e do Governo».

A direcção da CNA considerou em comunicado

Dinis assinala que esta crise pode conduzir a «fenómenos de explosão social» nas regiões produtoras, em particular no Douro.

Para a CNA, os preços à produção de vinho deveriam situar-se entre os 60 a 70 escudos, como forma de conseguir «uma certa rentabilidade à produção».

A produção nacional de vinho em 1991 foi de 9,6 hectolitros, segundo dados do INE, um aumento de 16 por cento face ao quinquénio de 1986/90.

A produção vinícola deste ano deve ser inferior

«estão sem receber o prémio respectivo».

Por outro lado, «as intervenções já efectuadas no sector da fruta e dos hortícolas não resolveram os problemas dos produtores, que têm enormes prejuízos, por serem insuficientes e a preços que não compensam sequer os custos da colheita».

Jovens dizem "Não a Maastricht!"

Reunidos segunda-feira em Peniche, jovens activistas da JCP do distrito de Leiria analisaram o conteúdo do Tratado de Maastricht e as consequências da sua aplicação no nosso país.

Contando com a presença de José Augusto Esteves, da Comissão Executiva Nacional do PCP, o encontro concluiu pela necessidade de «aumentar a informação» e «alargar o debate público» sobre o Tratado, uma vez que, como foi sublinhado, Maastricht «significa a perda dos nossos direitos consagrados na Constituição da República e da nossa soberania».

Na base desta conclusão, de acordo com um comunicado emitido no final da reu-

Resistentes antifascistas condenam RTP e programa sobre assassino de Delgado

A Comissão Nacional dos Resistentes Antifascistas condenou o conteúdo de um programa da RTP com declarações de um familiar de um dos assassinos do General Humberto Delgado, num comunicado de terça-feira passada, assinado pela Comissão Executiva daquela organização, que transcrevemos.

1. A recente divulgação pela RTP de declarações prestadas por um familiar de um dos agentes da PIDE que assassinou o General Humberto Delgado vem uma vez mais colocar à consciência dos democratas fundadas preocupações e legítimo sentimento de indignação e protesto.

2. Com efeito, trata-se de mais uma

peça, a par de outras, em que a RTP se insere numa orquestrada estratégia de branqueamento, prosseguida pela direita e pelo Governo, da actividade criminosa da polícia política fascista e do próprio regime que oprimiu os portugueses durante 48 anos.

3. A Comissão Executiva da Comissão Nacional dos Resistentes Antifascistas lavra o seu enérgico protesto solicitando aos Órgãos de Comunicação Social a sua divulgação.

A Comissão Executiva
da Comissão Nacional dos Resistentes
Antifascistas



que a decisão «consagra a "unicidade" no seio do CES em termos de representatividade do sector agrícola e é um sintoma claro do elevado grau de governamentalização deste órgão».

«Por outro lado, também impede que os agricultores, com empresas ou explorações de tipo familiar, em risco de serem eliminados pela política agrícola nacional e da Comunidade Europeia à três em cada quatro, prevê-se à tenham presença e voz no plenário do CES por intermédio da CNA», acrescenta o texto da CNA.

A organização de agricultores diz ainda esperar que o ministro da Agricultura «não se sirva deste novo pretexto para se "justificar", caso persista em não querer dialogar com a CNA».

Crise no vinho e na carne

Cerca de 70 por cento das adegas cooperativas encontram-se em situação de falência técnica, denunciou, entretanto, a Direcção da CNA.

João Dinis, assessor da Direcção da CNA, disse em conferência de imprensa que o sector vinícola vive numa «grande crise», em especial a produção de vinhos de mesa e licorosos.

à do ano passado, mas grande parte do vinho produzido no passado ainda se encontra armazenado nas adegas.

A CNA alertou também para as dificuldades de escoamento de carne de bovino, frutas e hortícolas, devido aos «preços em baixa» e à importação destes produtos.

Em comunicado, a CNA, reclama o «pagamento aos criadores de bovinos das dívidas em atraso, relativas a indemnizações por abate sanitário».

«As ajudas compensatórias continuam em atraso e em várias regiões só foram pagas a cerca de 25 por cento», refere a Direcção da confederação.

Considera que, «numa altura em que se agravam as dificuldades de escoamento, é urgente o Ministério da Agricultura e o Governo limitarem as importações de carne (da Comunidade Europeia e da Argentina) e promoverem uma intervenção à produção».

A CNA exige «o imediato aumento sazonal do preço do leite ao produtor, sem que haja novos aumentos ao consumidor», reclamando ainda o «pagamento das dívidas» aos produtores leiteiros que optaram, em Abril, pela cessação da produção e

nião, está a convicção dos seus participantes e intervenientes que a «Europa que Kolh, Major e Mitterrand querem é muito diferente da actual Comunidade Europeia», passando os países ricos a terem um «peso decisivo em assuntos de vital importância».

Detendo-se em alguns aspectos concretos relacionados com a juventude, a nota à imprensa assinala o «perigo da criação de um exército único europeu e as possibilidades reais de envolvimento dos jovens portugueses em diferentes conflitos regionais», lembrando por fim a «dura realidade» decorrente do «abandono escolar» e da elevada taxa de insucesso escolar.

JCP na Feira de Vila Franca Xira

Em nota dirigida à nossa Redacção, a JCP informa que vai estar presente com um stand na Feira de Outubro de Vila Franca de Xira, a decorrer entre os dias 2 e 11 do corrente.

Garantindo com o seu stand uma animação permanente nas tardes e noites da Feira, o colectivo da JCP de Vila Franca de Xira deixa um apelo à participação dos jovens, com a promessa, dizem, de que tudo «vai ser diferente».

Jovens trabalhadores e Lei da Greve

«A promulgação da Lei da Greve pelo Sr. Presidente da República é efectivamente muito inclinada e favorece claramente as intenções do PSD de Cavaco Silva», afirma em comunicado, onde toma posição sobre o assunto, a Comissão Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas.

Criticando a pretensão do Executivo de «reduzir a capacidade de negociação e reivindicação dos trabalhadores portugueses», os jovens comunistas recordam a propósito os resultados de uma recente campanha sobre os direitos dos jovens trabalhadores, por si promovida, no decorrer da qual mais de 600 jovens inquiridos demonstraram que lhes «são colocados crescentes obstáculos ao exercício do direito à greve no seu local de emprego».

Expressando o seu repúdio pelas alterações à Lei da Greve, os jovens trabalhadores comunistas manifestam entretanto a sua solidariedade aos trabalhadores em luta, deixando no final um apelo «à unidade na acção de todos os jovens» no sentido de fazer frente a um diploma «claramente antidemocrático».

MDM quer ser Parceiro Social

O reconhecimento do estatuto de Parceiro Social e do direito a tempo de antena às organizações femininas vai constituir a vertente central da actividade do Movimento Democrático de Mulheres nos próximos meses.

Esta é uma das conclusões da reunião de domingo da Direcção Nacional do MDM, durante a qual foi analisado o plano de actividades para os próximos meses.

De acordo com um comunicado, o MDM vai exigir a aprovação da lei de «reforço dos direitos das associações de mulheres» na próxima sessão legislativa.

A Direcção Nacional do MDM denuncia ainda a ausência da regulamentação e implementação da lei de protecção às mulheres vítimas de violência, aprovada na Assembleia da República em Junho de 1991.

CAMARADAS FALECIDOS

ALBERTO VALENTE

A população do concelho de Palmela foi surpreendida pela trágica notícia da morte do vereador da Câmara Municipal de Palmela, Alberto de Sousa Valente, no passado dia 20 de Setembro, quando participava numa prova de cicloturismo em Ponte de Sor.

O funeral realizou-se a 21 de Setembro em Pinhal Novo com uma massiva presença da população, amigos e familiares do nosso camarada.

Alberto Valente tinha 49 anos e era responsável no Município de Palmela pelos pelouros de Serviços Urbanos e Águas, depois de ter passado pelos pelouros da Administração Urbanística e Sociocultural, desde a sua entrada na Câmara em 1980.

A Comissão Concelhia de Palmela prestou a sua última homenagem ao nosso camarada Alberto Valente em comunicado onde salientou o seu contínuo trabalho no poder local em prol das populações do concelho e onde manifesta o seu pesar e a sua solidariedade à família.

CÂNDIDA BRANCO

Faleceu no passado dia 23, com 67 anos de idade, a camarada Cândida Castelo Branco. Natural de Peso, concelho da Covilhã, a camarada estava organizada no Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa, tendo feito parte do seu organismo de direcção.

Membro do Partido desde 1974, Cândida Branco disfrutava de grande estima entre camaradas e amigos, tendo desenvolvido ao longo dos anos uma intensa actividade política e sindical.

FRANKLIN DA SILVA

Com 48 anos, faleceu no passado dia 25 o camarada Franklin Marques da Silva. Natural e residente em Estarreja, o nosso camarada era delegado sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro na empresa PALBIT, Minas e Metalurgia do Palhal.

MATILDE MATIAS

Com 80 anos, faleceu na Parede, onde residia, a camarada Matilde Cândido Matias. A nossa camarada era militante do PCP há dezenas de anos.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Mais um milhão de desempregados na Comunidade

O número de desempregados na Comunidade Europeia aumentou, no último ano, cerca de um milhão, o que fez subir a taxa de desemprego para 9,5 por cento, em Julho último, revelou a semana passada o departamento estatístico da CEE (Eurostat).

Entre Julho de 1991 e Julho deste ano, o número de desempregados da CEE aumentou de 13 para 14 milhões. Este número é equivalente ao nível de desemprego registado em 1988, embora a repartição dos desempregados por países se tenha modificado.

De acordo com o Eurostat, em quatro anos, os níveis de desemprego aumentaram na Dinamarca (mais 50 por cento), no Reino Unido (mais 33 por cento), na Irlanda, Itália e França (mais 5 a 10 por cento). No mesmo período, o desemprego baixou na Holanda (menos 30 por cento), Espanha, Bélgica e Alemanha, sem contar com a ex-RDA (menos 15 a 20 por cento).

Em Portugal, a taxa de desemprego em Julho deste ano era de 4,5 por cento, o que representa um aumento de 0,4 por cento em relação ao mesmo mês do ano passado.

Ainda segundo o estudo agora divulgado, entre 1988 e 1992, o número de desempregados com menos de 25 anos sofreu uma quebra de 13 por cento, enquanto o número de desempregados maiores de 25 anos aumentou em 9 por cento.

Em quatro anos, a população activa europeia aumentou ligeiramente, o que representou um decréscimo da taxa de desemprego de 9,8 por cento, em 1988, para 9,5 por cento em meados deste ano.

Entre as mulheres, a baixa do desemprego, no mesmo período, e o aumento da população activa feminina traduziram-se numa baixa da taxa de desemprego de 12,6 por cento, em 1988, para 11,6 por cento em 1992. Entretanto, para os homens, o aumento do desemprego

(mais 3,6 por cento) é mais rápido comparativamente ao aumento da população activa.

Aumento de preços

O Eurostat informou, por outro lado, que a taxa média de inflação na Comunidade Europeia se situou, em Agosto, nos 4,1 por cento, o mesmo nível registado em Julho. Entretanto, o índice mensal de preços no consumidor registou uma ligeira subida, no mesmo período, na sequência dos aumentos verificados na maioria dos Estados-membros: Dinamarca, França, Itália, Luxemburgo e Reino Unido (0,1 por cento); e Alemanha (0,2 por cento).

Por seu turno, a taxa de inflação trimestral registou aumentos acentuados em Portugal (0,5 por cento), Holanda (0,8 por cento), Espanha (0,9 por cento) e Grécia (1,4 por cento).

Segundo o Eurostat, a subida da taxa de inflação entre Maio e Agosto últimos ficou a dever-se aos aumentos de preços nos sectores alimentar, transportes, vestuário e construção civil.

A taxa de inflação anual na CEE estabilizou entre 4 e 5 por cento desde Agosto de 1991.

São as seguintes as taxas anuais em cada um dos Estados-membros:

Agosto	1991/92
Bélgica.....	2,1 %
Dinamarca.....	2,1 »
França.....	2,7 »
Irlanda.....	2,8 »
Luxemburgo.....	3,1 »
Alemanha.....	3,5 »
Holanda.....	3,6 »
Reino Unido.....	3,6 »
Itália.....	4,9 »
Espanha.....	5,7 »
Portugal.....	9,2 »
Grécia.....	15,3 »

No mesmo período, as taxas correspondentes aos Estados Unidos e ao Japão eram, respectivamente, de 3,1 por cento e 1,7 por cento.

Romenos escolhem Iliescu

O actual presidente da Roménia, Ion Iliescu, é o virtual vencedor da primeira volta das eleições gerais realizadas no domingo na Roménia. De acordo com os primeiros resultados apurados, Iliescu, candidato da Frente Democrática de Salvação Nacional (FDSN) e ex-dirigente comunista, recolheu 42 por cento dos votos, contra 33 por cento do seu opositor, Emil Constantinescu, da Convenção Democrática da Roménia (CDR).

Dado nenhum dos candi-

datos presidenciais ter obtido, no entanto, os 50 por cento dos votos exigidos para a eleição, realizar-se-á uma segunda volta em 11 de Outubro.

Entretanto, de acordo com os resultados conhecidos, a FDSN garantiu 22,5 por cento dos votos na Câmara baixa do Parlamento e 23,9 para o Senado, o que lhe dará 104 deputados (num total de 328) e 46 senadores (em 143). A CDR recolheu, por seu turno, 19,4 e 18,7 por cento, respectivamente, o que representa 82 deputados

e 35 senadores.

À luz dos resultados conhecidos, o Partido da Unidade Nacional Romena (PUNR) ficará com 32 deputados e 14 senadores, a Frente de Salvação Nacional (FSN) com 40 deputados e 16 senadores, a União Democrática dos Magiares da Roménia com 30 deputados e 13 senadores, o Partido da Grande Roménia com 16 deputados e sete senadores, o Partido Democrático Agrário da Roménia com 12 deputados e seis senadores, e o Partido Socialista do Trabalho com 12 deputados e seis senadores.

Uma notável dispersão de votos que tornará difícil a formação do novo governo.

Com uma afluência às urnas de cerca de 74 por cento, estas segundas eleições pós-Ceausescu foram classificadas pelos observadores do Conselho Europeu que acompanharam o sufrágio como "livres e justas". Diferente é a opinião da FSN, para quem a derrota eleitoral da oposição só pode ser justificada por uma "fraude em grande escala". Reagindo à divulgação dos primeiros resultados, Petre Roman, líder da FSN, afirmava considerar "muito triste que o partido mais poderoso da Roménia seja ainda o comunista".

Também o candidato presidencial da CDR, Constantinescu, se afirmou surpreendido com os resultados, mas afirmou-se confiante na possibilidade de uma vitória na

segunda volta. A CDR não partilha a opinião da FSN e considera que as eleições se desenrolaram de forma globalmente "correcta". O que se verificou, segundo reconhece, é que a CDR continua a não conseguir "penetrar nas aldeias".

Tal como já havia sucedido nas eleições locais de Março último, o eleitorado votou de forma diferente nos grandes centros urbanos e no interior do país. No primeiro caso, as preferências foram para a CDR e no segundo para os ex-comunistas. Um reflexo das dificuldades crescentes que o país atravessa e do facto de as reformas económicas entretanto introduzidas, ao invés das prometidas melhorias, se saldarem por um aumento do desemprego e a descida do nível de vida.

De registar que Roberto Jacobo, porta-voz da delegação do Conselho da Europa que acompanhou as eleições, afirmou em conferência de imprensa que "as conclusões positivas do relatório (sobre o acto eleitoral) serão lançadas no 'dossier' do pedido de adesão da Roménia ao Conselho".

Mais de 500 observadores estrangeiros, representando numerosas organizações governamentais e não-governamentais, principalmente da Europa ocidental e dos Estados Unidos, responderam ao convite do governo romeno para controlar o desenrolar das eleições.

Geórgia acusa Rússia

O Conselho de Estado georgiano divulgou na segunda-feira um comunicado em que critica a posição "reaccionária" da Rússia sobre a Abkhazia, considerando-a uma ingerência nos assuntos internos da Geórgia. Recorda-se que o Parlamento Russo aprovou uma resolução apelando à evacuação das forças georgianas da Abkhazia e recomendando ao presidente russo, Boris Ieltsin, a suspensão da entrega de armamentos ex-soviéticos à Geórgia.

O conflito abkhaze ameaça estender-se ao sul do território russo, onde durante o passado fim-de-semana partidários da Confederação dos Povos Montanhese do Cáucaso do Norte, constituída por grupos muçulmanos, tentaram por duas vezes apoderar-se dos edifícios da televisão e do governo na cidade de Nalchik, exigindo a libertação de um seu dirigente. Entretanto, a Confederação mandou "voluntários" armados da Kabardino-Balkaria e da vizinha República da Tchetchenia para o oeste da Geórgia para apoiar os separatistas abkhazes.

Reforços para Tadjiquistão

A Rússia anunciou o envio de reforços militares para o Tadjiquistão para assegurar a protecção de militares e instalações russas no sul desta República em guerra. Segundo um comunicado do Ministério da Defesa russo, a decisão foi tomada depois de "um pedido das autoridades do Tadjiquistão ao governo russo" e da "brutal deterioração" da situação nessa República.

No domingo, um oficial e trinta soldados russos foram feitos reféns em Kurgan-Tiube, no sul do Tadjiquistão, e só foram libertados após a chegada de um grupo de soldados para reforçar a guarnição local. Outros quatro soldados russos foram presos em Dangara, na região de Badkhub, e ainda não foram libertados. Entretanto, armamentos pesados russos, tomados em Kurgan-Tiube pelas milícias que apoiam o antigo presidente Rakhmon Nabiev, estão a ser utilizados no conflito.

Desculpas...

O ministro malaio da Informação, Mohamed Rahmat, prometeu há dias à Indonésia que vai instaurar um inquérito contra os responsáveis da televisão da Malásia por terem emitido um programa sobre o massacre de civis no cemitério de Santa Cruz, em Timor-Leste.

"Tratou-se de um erro e eu expressei o nosso desagrado pelo facto de ter passado nos ecrãs televisivos da Malásia", disse o ministro, sublinhando ter garantido ao seu homólogo da Indonésia que tal "não voltaria a acontecer".

A Indonésia pedira "explicações" à Malásia, considerando o referido programa "embaraçoso para o governo de Jacarta".

Recorda-se que a comissão de inquérito do governo de Jacarta ao massacre de Santa Cruz, de 12 de Novembro passado, concluiu que 50 pessoas foram assassinadas e 90 dadas como desaparecidas quando os militares indonésios dispararam contra civis timorenses desarmados. As organizações de direitos humanos calculam que o número de mortos e desaparecidos seja muito superior.

... e apoios

O presidente indonésio, Suharto, defendeu no início da semana a reforma da ONU e a inclusão do Japão e da Alemanha como membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo um responsável no MNE nipónico, Suharto terá afirmado que "os actuais membros do Conselho de Segurança foram designados logo após a Segunda Guerra Mundial, o que já não condiz com a actual situação". Suharto pronunciou-se ainda a favor do reforço do papel da Assembleia Geral da ONU e do Secretário-geral. Tais declarações não modificaram a posição da Indonésia sobre Timor-Leste, invadida em 1975, e cuja anexação as Nações Unidas não reconheceram.

Admite-se que o apoio indonésio à entrada da Alemanha e do Japão para o Conselho de Segurança esteja a ser negociado como moeda de troca para o reconhecimento da anexação de Timor.

Anti-apartheid

O Movimento Português Contra o Apartheid participou no passado fim-de-semana, em Londres, na reunião do Grupo de Ligação dos Movimentos Anti-Apartheid dos países da Comunidade Europeia. Um dos pontos mais importantes dos trabalhos foi o levantamento da situação actual na África do Sul, onde se têm registado actos de grande violência contra a população, como o recente massacre do Ciskei em que foram assassinados dezenas de negros.

A sessão contou com intervenções, entre outras, do arcebispo Trevor Huddleston, presidente do Movimento Britânico, Normand Willis, presidente europeu da TUC (Trade Union), Mendi Msimang, dirigente do ANC e seu representante na Grã-Bretanha, Paul Renshaw, presidente da Coordenadora das Organizações Não Governamentais Anti-Apartheid, e Manuela Cunha, membro do secretariado do Grupo de Ligação e da direcção do Movimento Português.

Presença do PCP nas Festas do «L'Humanité» e do «Mundo Obrero»

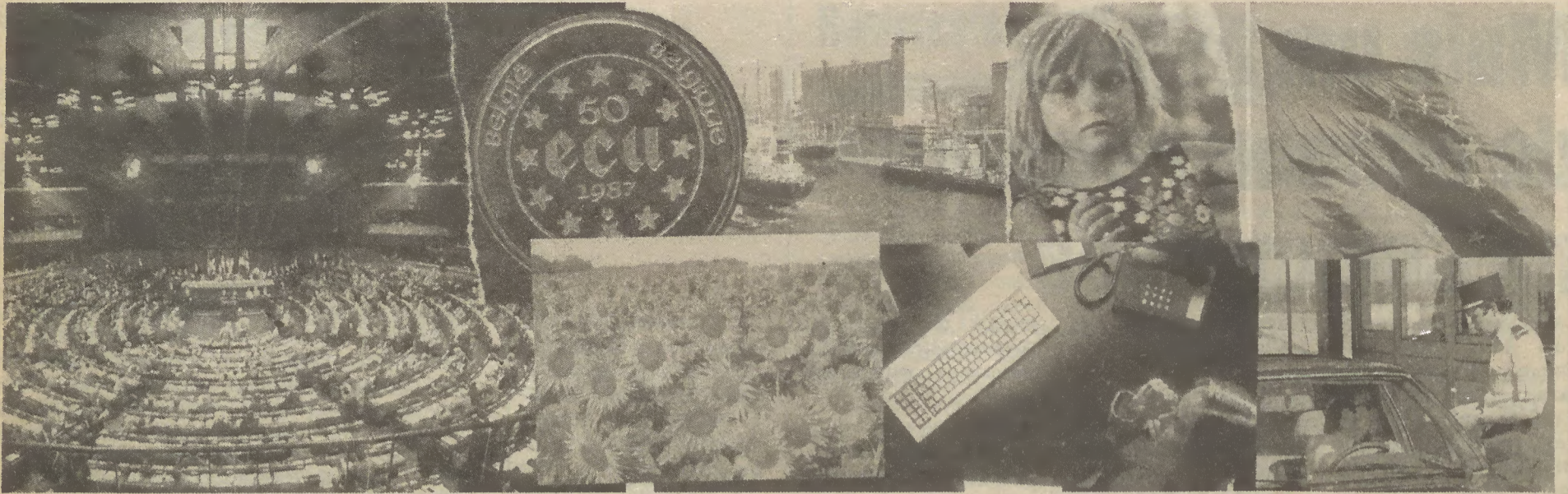
As festas do «L'Humanité» e do «Mundo Obrero» que se realizaram nos dois fins-de-semana consecutivos aos da Festa do «Avante!» contaram com larga participação popular e a presença de numerosas delegações estrangeiras.

O PCP esteve representado na Festa do «L'Humanité» pelo camarada Joaquim Judas, membro suplente do Comité Central. Tendo a Festa tido lugar na semana anterior à da realização do referendo em França, ela foi marcada pela Campanha do «Não a Maastricht» e pelo apelo ao voto. O «Avante!» esteve presente com um pavilhão na Cidade Internacional, por onde passaram muitos portugueses emigrantes em França, e recebeu testemunhos de interesse e de solidariedade para com a nossa luta.

Na Festa do «Mundo Obrero», em Madrid, esteve em representação do PCP o camarada António Abreu, membro do Comité Central.

Tanto em França como em Espanha os nossos camaradas tiveram encontros com membros das direcções do PCF e do PCE e realizaram encontros com numerosas delegações estrangeiras.

INTERNACIONAL



Maastricht

A esquerda e a direita

■ Domingos Lopes

1. Se a paixão dos homens começa na rua, no bairro, na aldeia, na cidade, no país é inegável que ao cabo do século XX ela assume as proporções da própria capacidade do homem para intervir no mundo. O cidadão mede-se na rua, mas mede-se também pelo seu agir sobre o mundo. Construir um país é um desafio. Mas num momento que as forças produtivas se desenvolvem, se internacionalizam as relações económicas, sociais e culturais, num momento que os avanços tecnológicos a nível dos *mass media* tornam o mundo moldável aos olhos e à mão do homem, construir um grande espaço de um continente torna o desafio maior.

2. Sem dúvida que a CEE se tornou numa poderosa organização económica que influencia em muitos domínios o mundo.

A integração económica verificada, ao serviço, no essencial, dos monopólios e das transnacionais foi capaz de consolidar e fazer desenvolver o capitalismo, sem que aspectos profundamente negativos do capitalismo tenham deixado de se manifestar.

Mas trata-se de uma integração que nasceu de cima, dos que detinham o poder económico e, em grande parte o político, para poder continuar a "reinar" sobre os de baixo.

A CEE não nasceu das correntes progressistas europeias. Nasceu dos governos aliados dos EUA para se contraporem aos países socialistas e impedirem transformações revolucionárias. Esta é a génese. Esta foi a História. A verdade exige que se respeite essa realidade histórica.

3. Mas sobre ela operaram as diversas forças políticas que naquele espaço político e económico existem, mas também em abono da verdade deve ser dito que as regras do jogo não foram alteradas.

O espaço é privilégio das transnacionais, dos grupos monopolistas, das grandes companhias. O que determina a alma desse espaço é a busca de maiores lucros. Não são os homens e os seus anseios que lhe moldam o rosto, mas antes e sempre o lucro das companhias que precisam de grandes mercados, pois nesta era de revolução técnica e científica, as forças produtivas já não são rentáveis produzindo apenas para os estreitos mercados nacionais.

4. As coisas passaram-se de tal modo assim e continuaram a obedecer a esse mesmo espírito que em termos de abolição de fronteiras começou-se pela livre circulação de mercadorias e de capitais: **o que interessava aos grandes capitalistas foi primeiramente protegido.**

5. Sendo que as coisas foram assim e são mais ou menos assim, é difícil a quem se diz situar à esquerda, a quem pretendia renovar o projecto comunista, defender que este espaço ou este espaço nesta parte do velho continente a que pomposamente chamam de Europa é um espaço a merecer o apoio das causas libertadoras da(s) esquerda(s) da Europa. Faz-se propositadamente baralhar conceitos a começar pelo próprio conceito da Europa. O que é a Europa? A CEE é a Europa? O eventual alargamento da CEE é a Europa? Maastricht é a pedra de base da Europa? Se não houver Maastricht não há Europa? É contra a Europa quem for contra Maastricht?

Tantas perguntas e tão poucas respostas no inexistente debate nacional sobre este tema fulcral da actualidade.

A Europa constrói-se segundo a linha de construção de um espaço onde povos, culturas, ritmos de desenvolvimento económico são diferentes e sê-lo-ão ainda por muito tempo.

As guerras deste século que varreram a Europa têm a ver com as rivalidades entre os capitalistas e com a tentativa de Hitler querer acabar com o socialismo na URSS e a democracia no mundo.

6. A Alemanha começou a primeira e a segunda guerras. Para impedir uma terceira dizem agora os "inteligentes" defensores de Maastricht é necessário amarrá-la à Europa, não a deixar sozinha, sobretudo depois da reunificação. Este argumento é por vezes usado a ponto de parecer que com Maastricht o primeiro país prejudicado é a Alemanha. Veja-se, dizem estes arautos, que a Alemanha perde o poderoso marco para mergulhar nas incertezas do ECU. Coitadinha da Alemanha que precisa que países como o Luxemburgo, a Holanda, a Bélgica, Portugal, Itália a defendam. **Maastricht é o grande negócio da Alemanha.** A Alemanha precisa de Maastricht. Precisa de alargar o espaço de colocação dos seus capitais, das suas mercadorias, da sua economia. **Se é contribuinte, é também e sobretudo porque o alargamento do mercado a compensa à grande, à francesa, à portuguesa e à espanhola.**

Com negócios não se brinca. **Se Maastricht não fosse um bom negócio para a Alemanha, ela não se batia como se está a bater.**

A Alemanha não perde nada do que até aqui tem e passa a ter um novo espaço, onde o seu poderio económico ditará as regras, ou alguém duvida que será assim? A Alemanha mal obteve esse precioso triunfo que foi o Tratado de Maastricht impôs imediatamente o reconhecimento da Croácia e da Eslovénia, ganhando sem dar um tiro um espaço que perdera depois de tantos milhões de mortos de que o nazismo é responsável.

O estafado argumento de que a Alemanha "presa" à Europa deixa de ser Alemanha só serve para inglês, francês e europeu ver.

A Alemanha quer Maastricht porque lhe traz dividendos. **É a que mais ganha.** É, pois, também a que mais se bate pelo seu Tratado. Os círculos dirigentes alemães e franceses não duvidam que um negócio bom para os dois lados do Reno seria Maastricht. **E Mitterrand e Kohl têm passado largo tempo da sua actividade política a conciliar a História e o presente, tendo o negócio de Maastricht como futuro.** A França de Mitterrand, Chirac e Valéry Giscard seguiu, no que a Maastricht se refere, o célebre e velho ensinamento dos que não podendo vencer os inimigos se lhes juntavam a fim de poder participar na divisão dos despojos. E este negócio para a França e a Alemanha é bom para os europeus ou é uma forma dos franceses e alemães "dominarem" a Europa?

7. Não defendemos que o tempo ande para trás. Não defendemos o isolacionismo, nem a exaltação nacionalista, nem o chauvinismo, nem uma política autárquica.

Sabemos que não é possível a um país sobreviver fechado em si próprio. Até a China, com todo aquele espaço e aquela população, se abre ao mundo. O que discutimos é que integração signifique perda de soberania. Integração sim, mas onde os países tenham, em última instância, poderes para usarem esse direito soberano que é dizer se aquilo que serve aos outros nos serve ou não serve.

Nem se tente justificar as múltiplas transferências de poderes dos Estados para a União Europeia com a necessidade de uma regulação supranacional das questões sociais, designadamente relacionadas com os direitos dos trabalhadores, com a internacionalização do processo produtivo e da mão-de-obra. Quem assim argumenta esquece-se, ou não quer lembrar-se, que o Tratado de Maastricht é omissivo em matéria social desta natureza, ficando tudo remetido para as relações interestaduais, com exclusão do Reino Unido, deixando o caminho inteiramente livre ao arbítrio e exploração. Mas há muitos outros campos que não foram esquecidos, desde a política económica, financeira, monetária, até à "cooperação policial" e à política externa...

Quando Barros Moura diz no Público de 20.09.92 que a defesa em 1957 do PCP da independência das colónias é uma política comparável à perda da soberania nacional é no mínimo um enorme e gritante disparate; é a utilização

de uma atitude revolucionária, integrada numa estratégia revolucionária de defesa da igualdade dos povos e colocá-la agora ao serviço de uma atitude que visa estabelecer entre países iguais uma séria desigualdade baseada no poder económico e dos votos que os grandes países têm. **Não é sério,** nem tem qualquer sentido dizer que o "não" a Maastricht é uma irracional exaltação de conceitos tão diferentes como o chauvinismo e a soberania nacional, as especificidades culturais e o racismo. **É a grande farra quando toca a trompeta pelo sim. Tudo serve.**

8. Aliás, não deixa de ser curioso este vale tudo. No referendo em França, gastou-se tudo pelo sim. Tudo. A Alemanha interveio. Ingeriu-se. Se não houvesse sim era o caos, o Apocalipse. Rádios, TV's, jornais, à excepção do Humanité e do Témoignage Chétien, tudo a favor do sim. Foi feita chantagem de todo o tipo sobre a Europa e a França. Traçaram-se cenários à Waterloo. Tudo esteve presente. Até dirigentes da "Plataforma" quiseram dar o seu peso ao peso desta questão. E vejam-se os resultados: na prática, apesar de tanta pressão e tanta chantagem, **o Sim é tão fraquinho que até cheira a Não.** O que ninguém deve ignorar é que uma nação poderosa como a França, e apesar dos circunstancialismos, se dividiu sobre Maastricht. E volta a repetir-se: a França é a França, um país dos mais ricos e poderosos do mundo. Um pouco menos de metade dos franceses e das francesas não querem Maastricht. Um pouco mais das dinamarquesas e dos dinamarqueses disse Não a Maastricht. Em três referenduns dois são claros: **Maastricht divide, não une.**

Em todos os "referenduns" a população não se sente reflectida nas opiniões dos partidos, que é outro aspecto que merece reflexão aprofundada.

9. O Tratado de Maastricht não é só imperfeito. É mau para uns e muito bom para outros. É bom para os países que podem tirar o maior proveito do alargamento da área económica da sua intervenção. É bom para esses mesmos países porque para além de determinarem a sua política têm votos e poder para determinar a dos outros. **E isto é mau para os pequenos países.**

Esta constatação nada tem de nacionalista, nem de isolacionismo. Apenas esta ideia: estamos num espaço económico e nele queremos competir, mas queremos que as regras neste espaço sejam consensuais e que ninguém possa impor aos outros a sua vontade.

Acaso a vida moderna passa por dispensar alavancas de relacionamento internacional que permitam aos países e aos Estados intervirem enquanto sujeitos com interesses próprios a defender? Em que é que esta posição se opõe à importância do internacionalismo necessário às forças progressistas e de esquerda.

Somos pelo maior reforço da cooperação entre todas as forças de esquerda. Temos consciência que à política dos monopólios é necessário uma outra política democrática, aberta, fraterna, solidária, uma política de paz e cooperação entre os povos e os trabalhadores.

Mas se os alemães e os franceses, com ou sem os ingleses, decidem em grande medida o que deve ser a política portuguesa, o que ganha a esquerda em internacionalismo?

É isto que nem Barros Moura, nem a sua "Plataforma" explicam. Escreveu que conceitos de soberania nacional, e especificidades culturais estão ultrapassadas, mas isso só vale quando se prova. Falta prová-lo.

10. A Europa sem a palavra dos povos é uma realidade frágil. Maastricht não nasceu dos povos. Nasceu de cima. Quando os de baixo dizem de sua justiça Maastricht deixa de ser um exercício de propaganda e passa a ser a realidade com que os povos a encaram.

É, por isso, que Cavaco Silva, Guterres e outros temem a palavra do povo.

COMUNIDADE EUROPEIA

Tratado de Maastricht

Arquive-se!

Maioria dos europeus quer referendo sobre Maastricht

As consequências do resultado do referendo francês sobre o Tratado de Maastricht continuam a fazer-se sentir por toda a Europa comunitária. Em pouco mais de uma semana, certezas inabaláveis deram lugar a dúvidas de todos os matizes e às declarações mais insólitas - há um acordo secreto entre a França e a Alemanha; não há acordo nenhum; a Europa vai avançar a duas velocidades; a Europa não avançará a velocidade nenhuma; é preciso rever o Tratado; o Tratado não será revisto...

O 'sim' dos franceses (51 por cento) permitiu aos dirigentes europeus suspirar de alívio. O 'não' dos franceses (49 por cento) tirou o sono à classe política pró-federalista.

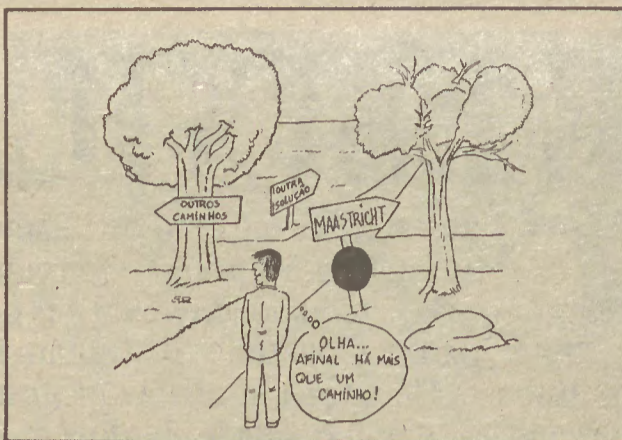
Do que ninguém estaria à espera era das bombásticas declarações do antigo presidente do Bundesbank, Karl Otto Pohl, que em entrevista ao semanário alemão "Der Spiegel" afirmou que o Tratado de Maastricht, na sua forma actual, devia ser arquivado. Ou que, segundo uma sondagem divulgada pelo "International Herald Tribune", a esmagadora maioria dos cidadãos da CEE - quatro em cada cinco - quer a realização de um referendo sobre a União Política e Económica da Europa.

Para Otto Pohl, também conhecido por 'Mr. D-Mark'

pela dura política de estabilidade financeira que impôs à frente do Bundesbank, o actual Tratado de Maastricht deixou de ter sentido, pelo que propõe em alternativa "a negociação de um novo acordo, só sobre o Banco Central Europeu". Defensor da chamada "Europa a duas velocidades", Pohl é de opinião que a adesão dos países pobres da CEE (entre os quais se inclui Portugal) à União Monetária é contraproducente, face ao perigo real de conduzir à "perda de competitividade e ao desemprego". Para o banqueiro alemão, o caminho a seguir é o da constituição de uma União Monetária com a Alemanha, França, Benelux (Bélgica, Luxemburgo e Holanda) e Dinamarca, "com a vantagem de não de se esperar pelos outros até 1997 ou mesmo 1999". No essencial, uma forma desasomburada de dizer o que muitos não se atrevem a reconhecer e o pronúncio do enterro da cada vez mais débil coesão económica e social.

Descontentamento na Europa

Factos recentes dão razão a Pohl. A concepção do presidente francês, François Mitterrand, sobre o Banco Central Europeu (BCE), por exemplo, nada tem a ver com o acordado em Maastricht. Enquanto Mitterrand fala de



um BCE em que os políticos decidem sobre a política financeira, cabendo aos respectivos responsáveis a "aplicação técnica", o Tratado diz expressamente, no seu artigo 107, que o BCE deve agir de forma totalmente independente dos poderes políticos.

No essencial, a questão que hoje se coloca é a de saber de que se fala quando se fala de Maastricht. É que para além da referência ao nome, ninguém parece estar a falar do mesmo Tratado. Razão mais do que suficiente para que os cidadãos da CEE queiram debater e dizer de sua justiça sobre o mesmo.

A sondagem divulgada no início da semana pelo "International Herald Tribune", após o referendo francês, é elucidativa: 81 por cento dos inquiridos afirmou que gostaria de se pronunciar em

referendo sobre o Tratado. Independentemente do conhecimento ou da opinião que se tem do mesmo, no momento presente, o que importa reter é o facto de os povos da Europa comunitária estarem agora despertos para um problema que os dirigentes dos respectivos países teriam preferido tratar nos gabinetes.

De acordo com a referida sondagem, em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, a percentagem de votos favoráveis à ratificação, se o referendo se realizasse agora, ascenderia a 65 por cento, mais um ponto do que na Alemanha. Na Bélgica, Holanda e Luxemburgo essa percentagem seria ainda maior: 77 por cento. É claro que estes valores ocorrem numa altura em que grande parte dos inquiridos desconhece a matéria do Tratado, não sendo possível por isso concluir qual a opinião que teriam após o esclarecimento do mesmo. Também em França os apoiantes do 'sim' eram largamente maioritários e os resultados acabaram por revelar uma opinião pública praticamente dividida ao meio.

Ainda segundo a sondagem, diferente é a posição dos países do Norte da Europa. No Reino Unido, Dinamarca e Holanda, a maioria (59 por cento) votaria 'não' a Maastricht e apenas 41 por cento votaria a favor. Segundo os seus promotores, a sondagem, ainda que mostrando aprovação "do modo como, a Europa cresce unida", não deixa de reflectir a "onda de descontentamento em relação à forma como o Tratado de Maastricht foi imposto de cima para baixo e a maneira como os assuntos europeus são tratados".

Se a tudo isto se somar o facto de ninguém saber - a nível dos dirigentes europeus - como lidar com um Tratado que os Doze dizem querer mas de que cada um tem uma versão muito própria e particular para consumo interno, inevitável se torna desejar que a próxima cimeira extraordinária de chefes de Estado e de Governo da CEE, marcada para 16 de Outubro, em Birmingham, seja um passo a caminho de uma Europa em que Maastricht não passe de um acidente de percurso.

Eurodeputados contra boicote a Cuba

Mais de três dezenas de eurodeputados, entre os quais os deputados do PCP no Parlamento Europeu, enviaram ao Congresso dos EUA um abaixo-assinado em que condenam o boicote imposto pelos EUA, há mais de 30 anos, contra Cuba. No documento, os eurodeputados juntam-se "aos protestos que se levantam por todo o mundo contra o Projecto de Lei Torricelli que visa reforçar o embargo económico e político contra Cuba".

Sublinhando terem "sobre o regime cubano posições diferentes", os eurodeputados "convergem na condenação do Projecto Torricelli", por considerarem que "os EUA não têm o direito de impor sanções aos países que decidem livremente manter relações com Cuba". Trata-se, afirmam, de "uma chantagem inadmissível e uma violação do direito internacional", pois os EUA "não têm nenhum direito de impor aos outros países a sua concepção de direitos humanos e de asfixiar e matar de fome um povo". Pelo exposto, os eurodeputados pedem ao Congresso norte-americano que não aprove o Projecto de Lei em causa e levante o bloqueio de forma a "pôr termo a esta agressão unilateral e a que o direito internacional seja respeitado".

Assembleia ACP/CEE

Democracia, direitos do homem e desenvolvimento dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e consequências económicas da Sida naqueles países, são os temas centrais da 15ª Assembleia Paritária ACP-CEE que segunda-feira se iniciou no Luxemburgo e cujos trabalhos se prolongam até sexta-feira.

Da ordem de trabalhos consta ainda a assistência à Somália e o massacre do Ciskei (África do Sul). Em relação à Somália, os 69 eurodeputados e os 69 deputados dos parlamentos dos países ACP subscritores da Convenção de Lomé deverão analisar, nomeadamente, a questão do financiamento necessário ao envio de "capacetes azuis" para aquele país, orçado em 37 milhões de dólares (cerca de cinco milhões de contos). Os Doze concordam em que a Comunidade contribua com uma verba de 20 milhões de dólares, retirados dos fundos das Convenções de Lomé II e III não utilizados, uma vez que a Somália, por não ter ratificado Lomé IV, não pode beneficiar da ajuda prevista na referida convenção subscrita pelos restantes países ACP.

Recorda-se que a Assembleia Paritária ACP/CEE reúne, duas vezes por ano (uma em território europeu, outra num país ACP), deputados do Parlamento Europeu e representantes dos países ACP signatários da Convenção de Lomé, a qual regula a cooperação entre a Europa e as suas ex-colónias, no quadro do reforço das relações de cooperação Norte-Sul.

Combate à fraude

A luta contra a fraude fiscal na Comunidade conta, desde o passado dia 28, com um grupo de estudo encarregado de analisar os meios mais apropriados para o efeito. A decisão foi tomada em Bruxelas, na reunião do Conselho de Ministros das Finanças, onde os ministros acordaram em estreitar a cooperação entre os Estados-membros neste domínio e coordenar a sua acção com a Comissão Europeia.

Na ocasião, o Conselho congratulou-se com os progressos verificados na detecção da fraude no sector agrícola, através do sistema de controlo da gestão das ajudas comunitárias. O grupo de estudo agora formado deverá apresentar um relatório ao Conselho de Ministros das Finanças a realizar em Novembro. Também a Comissão Europeia deverá apresentar, no mesmo prazo, uma avaliação da organização das suas actividades no âmbito do combate à fraude fiscal.

Entretanto, em Estrasburgo, a primeira conferência internacional sobre "branqueamento" de capitais iniciou os seus trabalhos com a adesão de mais quatro países à Convenção sobre a matéria - Luxemburgo, Austrália, Grécia e Bulgária. A Convenção, criada em Novembro de 1990, obriga os Estados aderentes a prevenir na sua legislação a possibilidade de levantamento do 'segredo bancário', a transmissão automática de informações e o congelamento de bens provenientes de actividades ilícitas (tráfico de drogas, armas, crianças e mulheres). De registar, no entanto, que, apesar de 20 países terem subscrito a Convenção, apenas o Reino Unido a ratificou até ao presente, transpondo-a para a sua própria legislação.

PCP defende referendo

1 O acordo Kohl-Mitterrand, revelado pela imprensa alemã, no sentido de que a Alemanha e a França estarão dispostos a avançar em 1997 com a União Económica e Monetária, independentemente das opiniões de países como a Inglaterra, Dinamarca e Holanda e das possibilidades dos restantes membros da Comunidade, para além de revelar o propósito de consagrar uma Europa a duas velocidades, mostra também, com clareza, a construção europeia que se visa com Maastricht: a constituição de um directório das grandes potências, com uma hierarquia de Estados, com os países ricos a ditarem as directivas a toda a Comunidade.

2 O PCP chama também a atenção da opinião pública para as manobras de diversão que se estão a verificar depois do "Não" da Dinamarca e da grande expressão que o "Não" teve em França, através das afirmações piedosas e hipócritas de Chefes de Estado e de Governo e de membros da Comissão "de que é necessário aproximar a Comunidade das populações", "de que é preciso implementar o princípio da subsidiariedade", "de que a democratização da CEE passa pela participação dos cidadãos", "de que é necessário dar atenção ao social e deslocar o centro de gravidade institucional da Comunidade para as reuniões intergovernamentais", tudo no sentido de ganharem campo de manobra e prosseguirem, de facto, com a construção eurocrata-federalista europeia, limitativa das soberanias nacionais.

Neste sentido e quando os factos contradizem as promessas e as declarações oficiais, há até quem formule a proposta de se colocar apenas ao Tratado um conjunto de declarações de grandes princípios, sem qualquer conteúdo jurídico e prático.

3 O PCP considera inadmissível que o bloco central (PS/PSD) pró-Maastricht queira avançar com a revisão constitucional procurando fazer da ratificação uma simples formalidade, longe das vistas, da vontade e das interrogações das portuguesas e dos portugueses, depois do "Não" da Dinamarca, do resultado do referendo em França e depois da crise do Sistema Monetário Europeu, depois de John Major ter declarado que a Inglaterra só ratificará o Tratado no próximo ano, após as declarações do Governo dinamarquês de que Maastricht não pode ser ratificado sem este país e quando é sabido que quatro entre cinco cidadãos alemães são favoráveis a um referendo na Alemanha.

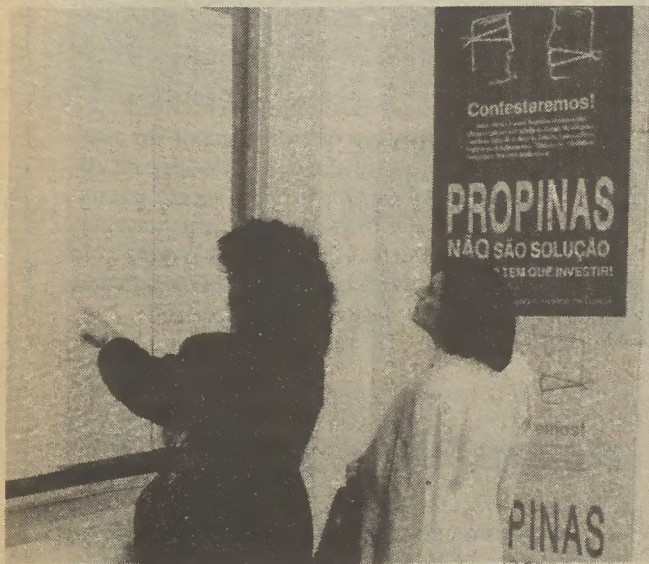
O PCP insiste que numa matéria com tão graves incidências para o País e para os cidadãos, é necessário e urgente que se realize um profundo e objectivo debate nacional e que se dê a palavra ao povo, realizando um referendo sobre Maastricht antes de qualquer revisão constitucional visando adaptar a Lei Fundamental do país às imposições de Maastricht.

Lisboa, 24 de Setembro de 1992

A Comissão Política do Comité Central do PCP

Ano lectivo 1992/93

ESTÁ AÍ O «DÉFICE ESCOLAR»



A saída das colocações nas Universidades foi aproveitada pelos estudantes para esclarecer os caloiros sobre o problema das novas propinas

Processo de regulamentação das propinas paralisado

O processo de aprovação pelos Senados das diversas universidades do país do regulamento de aplicação do novo sistema de propinas está paralisado o que leva a que no acto de inscrição nas faculdades os alunos não estejam a pagar propinas ou paguem somente o valor já anteriormente cobrado de mil e 200 escudos.

Em Coimbra, a última folha informativa da Direcção-Geral da Associação de Estudantes anuncia uma sessão plenária do Senado no dia sete de Outubro para decidir sobre a matéria, depois de na última reunião o novo sistema de propinas ter sido rejeitado por unanimidade por alunos, funcionários e professores (ver artigo nesta página). A Associação coimbrã discutiria em Assembleia Magna com os alunos as formas de resistência estudantil ao aumento de propinas.

Também na Universidade do Algarve, o Senado não conseguiu aprovar o regulamento das novas propinas por os alunos com assento naquele órgão terem abandonado a sala no momento, provocando falta de «quorum» para a votação. Em Lisboa, na Universidade Nova, os alunos invadiram já duas sessões do Senado, inviabilizando a aprovação do regulamento e pela cidade estão espalhados 35 mil cartazes que pretendem esclarecer a opinião pública sobre a posição dos estudantes.

Segundo disse, ao «Avante!», Manuel Coelho, do secretariado da direcção nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), «para nós o aumento das propinas não é solução para a Universidade, as soluções passam por um aumento do investimento do Estado nas Universidades Públicas».

No momento em que saíram os resultados das candidaturas à Universidade, decorrem acções de esclarecimento aos novos estudantes em Coimbra e Lisboa enquanto em todo o país sucedem-se as reuniões de alunos para delinear estratégias para combater a aplicação na prática das propinas definidas pelo Governo e pelo PSD na Assembleia da República.

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, as faculdade de Ciências, Letras e Direito em Lisboa, a Universidade de Coimbra, as Belas-Artes do Porto e Lisboa, Arquitectura e Motricidade Humana em Lisboa são algumas das faculdades onde os alunos decidiram já boicotar o pagamento das novas propinas.

A excepção é no ensino politécnico já que, segundo Manuel Coelho, «trata-se de uma situação específica e muitas escolas estão ainda em fase de instalação» o que leva a que, por exemplo, as propinas do Instituto de Contabilidade e Administração passou de 18 para 42 contos por ano.

Caravaco Silva e Couto dos Santos inauguraram o ano escolar com a pompa e circunstância do costume, mas este ano lectivo vai ser dos mais complicados para o Governo PSD: faltam instalações, a actual política de Educação insatisfaz professores e alunos, secundário e universidade, Jardins de Infância e Escolas Primárias.

A reforma do sistema educativo corre sérios riscos de se transformar num dos maiores problemas do País e até as autarquias estão decididas a confrontar-se com o Governo para impedir a projectada transferência de competências nesta área.

Universidade de Coimbra Alunos e professores juntos contra propinas

Alunos, funcionários, assistentes e professores membros do Senado da Universidade de Coimbra aprovaram por unanimidade duas moções condenando o novo sistema de propinas e as limitações no Orçamento de Estado ao financiamento daquela Universidade, caso até agora inédito no meio universitário o que levou alguns dos participantes naquela sessão a apelidá-la de «histórica». A reunião do passado dia 24 destinava-se a aprovar o regulamento de aplicação do pagamento de propinas na Universidade coimbrã, aprovação que seria inviabilizada pelo abandono da sala no momento da votação de todos os estudantes e alguns professores, assistentes e funcionários, provocando a falta do necessário «quorum» do Senado para a aprovação daquele regulamento.

A Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DGAAC), que apresentou no Senado a moção condenatória do aumento de propinas, apelou entretanto a todos os estudantes da Academia coimbrã para participarem numa jornada de esclarecimento de caloiros cuja inscrição nas diversas faculdades decorre até ao próximo dia dois de Outubro.

A moção apresentada pela DGAAC e aprovada pelo Senado da Universidade diz que este órgão colocado perante o problema da fixação das novas propinas «não pode deixar de ser sensível ao amplo espectro de preocupações e de críticas vindas a público relativamente ao novo sistema». A própria moção destaca os pontos em que discorda da medida governamental aprovada no Parlamento pela maioria PSD: «discorda-se do facto de se estabelecer uma base de cálculo do montante das propinas na qual (...) se incluem verbas que nada têm a ver com os custos do ensino» e «do método proposto de determinação do valor das propinas (...) que constitui mais um factor de distorção e de desigualdade do sistema de ensino».

O Senado discorda ainda do princípio de proporcionalidade em relação ao montante das propinas por ser um método desadequado de justiça social bem como «o facto de o seu valor poder ascender a 25 por cento do custo médio do estudante». A possibilidade de este sistema de fixação de propinas, baseado no sistema fiscal vigente, «venha penalizar especialmente os rendimentos do trabalho por conta de outrem e incentivar a evasão fiscal e a fraude».

O Senado da Universidade de Coimbra apelou «para a possibilidade de reapreciação do diploma legal» pela Assembleia da República (AR) «num contexto da reforma global do Ensino Superior» não sem que alerte para a possível tentativa de «desresponsabilização progressiva do Estado relativamente às Universidades Públicas».

A moção, apresentada por professores, sobre o financiamento da Universidade, inclui a deliberação de mandar o reitor para efectuar diligências junto da AR para viabilizar as pretensões da Universidade e tomou a decisão de «não enviar o seu orçamento (do Senado) ao Ministério da Educação enquanto não forem concluídas de forma satisfatória as negociações em curso».

Escolas sem condições, livros mais caros Um país que desmerece

Um parque escolar desadequado e cada vez mais degradado, a falta de grande número de salas de aula e de outros espaços como laboratórios e instalações para a educação física e a prática desportiva a questão dos equipamentos das escolas (antiquadas nuns casos, inexistentes em muitos outros), com a agravante desta situação comprometer o próprio ensino dos novos programas nos anos abrangidos pela reforma curricular; as escolas (e as turmas) sobrelotadas, em especial no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, nos centros urbanos e bairros periféricos; a escassez de pessoal administrativo e sobretudo a grave falta de pessoal auxiliar que afectam seriamente o apoio à acção educativa e condições mínimas de segurança de muitos estabelecimentos de ensino; a grave carência de verbas para assegurar aspectos básicos do dia-a-dia das escolas são alguns dos problemas que afectam o dia-a-dia escolar, problemas que há anos se arrastam e não se resolvem, apesar das sucessivas promessas, experiências e fracassos dos ministérios da Educação do PSD.

A realidade por esse país fora desmente aquilo que o Governo afirma na comunicação social, e os dados foram avançados ao longo da última semana pelos sindicatos dos professores das várias regiões do país que registam igualmente altos índices de desilusão de professores acerca da forma como está a ser aplicada a reforma curricular. Como exemplo, vejamos o que se passa no distrito de Coimbra que, diga-se, não será certamente das zonas do país mais desfavorecidas neste aspecto: das 20 escolas preparatórias e secundárias do distrito, sete são consideradas superlota-



A luta contra a PGA, o ano próximo avizinha

das; onze têm instalações deficientes, degradadas ou com falta de salas e equipamento; quatro têm falta de condições de segurança e ali sucedem frequentes assaltos e roubos; onze registam falta de pessoal auxiliar e administrativo com meia dúzia de situações à beira da ruptura... são dados do Sindicato dos Professores da Região Centro que confirmam algumas das dificuldades deste ano lectivo.

Outra das bandeiras de propaganda do Ministério da Educação tem sido a reforma curricular e os novos manuais escolares. A Federação Nacional de Professores (FENPROF) enviou no princípio do ano lectivo à comunicação social uma lista com os preços dos novos manuais escolares. Assim fica a saber-se que com a aplicação da reforma curricular e os novos programas, um aluno do 5.º ano de escolaridade

Um exemplo Quem ajuda da Preparatória

A situação que na abertura do ano lectivo vive a Escola Preparatória de Coimbra é mais uma vez «de bradar aos céus».

Fica o relato. São 600 alunos distribuídos por 20 salas, com menos de 20 alunos por sala. Não há condições para a Matemática de um lado e Educação Física do outro.

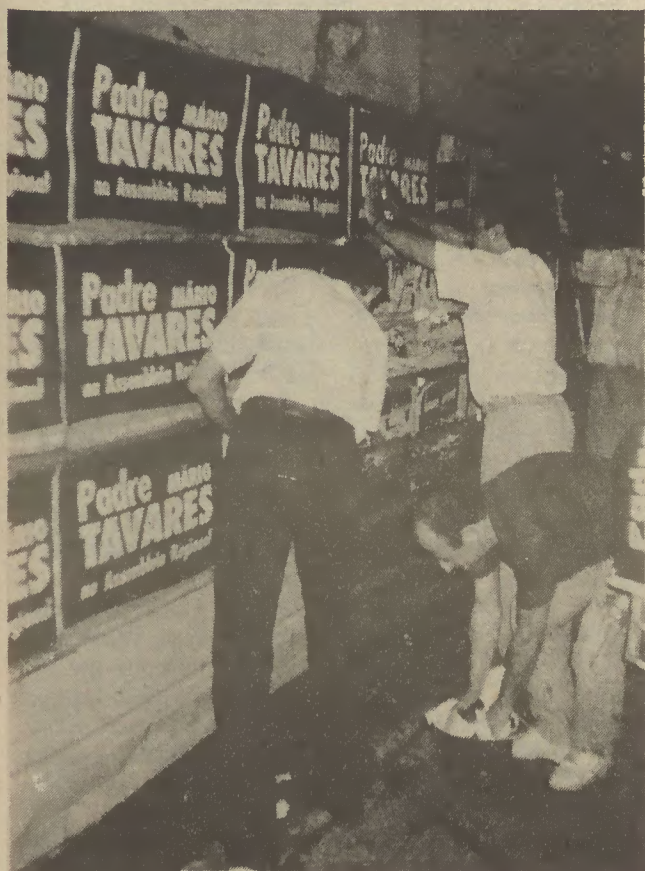
As casas de banho estão degradadas e o piso não se consegue limpar. A situação dos professores foi transformada em problema (ali coexistem os equipamentos, as vassouras e outro material).

Aquecimento não há porque a rede eléctrica não está preparada para o inverno. No único pavilhão de recreio (cozinha, refeitório-bufete) choram

Dossier

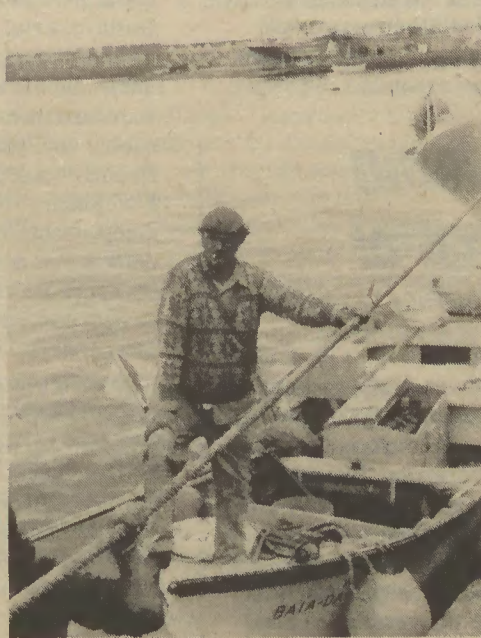
Avante!

ELEIÇÕES AÇORES



CDU
açores
PCP-PEV

Presença necessária participação indispensável



Marcadas já para o próximo dia 11, as eleições regionais dos Açores decorrem desta vez num quadro político-partidário novo que surgiu na sequência de dissensões no seio do PSD, partido que desde 1976 detinha a maioria absoluta na Região, e que acabaram por dar origem e força à denominada AD-A (Aliança Democrática dos Açores), constituída com base no CDS; PPM e dissidentes do PSD.

Com a colagem do PS a Mário Machado, actual presidente da Câmara de Ponta Delgada, os socialistas parecem ter desistido de se apresentarem ao eleitorado com uma imagem de esquerda e forçam o caminho com um candidato marcadamente de direita, pretendendo substituir o PSD à frente dos destinos dos Açores.

Assim, a disputar os 51 lugares na Assembleia Legislativa Regional apenas se apresenta uma candidatura de esquerda credível - a CDU.

Na 3.ª legislatura, entre 1984-88, a CDU obteve um mandato pelo círculo eleitoral de S. Miguel, que foi exercido por José Decq Mota. Porém, nas eleições de 1988, a CDU perde tangencialmente esse mandato, apesar de ter somado mais de dois mil votos na ilha de S. Miguel. Em contrapartida, a Coligação elege o deputado Paulo Valadão pela ilha das Flores.

Refira-se, a propósito, que o complexo sistema eleitoral em vigor, procurando garantir a representação de todas as ilhas na Assembleia Regional, acaba por criar graves distorções no princípio da proporcionalidade e tem prejudicado a eleição de deputados da CDU, nomeadamente na ilha de São Miguel.

À partida, cada ilha elege dois deputados, permitindo que o Corvo, por exemplo, com os seus cerca de 300 eleitores tenha dois representantes na Assembleia Regional. Desta forma, as nove ilhas elegem 18 deputados, sendo eleitos os restantes 33, um por cada 4 mil eleitores. Este sistema faz com que a ilha de S. Miguel, que detém cerca de 170 mil habitantes, metade da população de todo o arquipélago, apenas eleja 18 deputados.

Concorrendo em todas as ilhas, a Coligação Democrática Unitária tem como objectivo reeleger o deputado pelas Flores, recuperar o mandato perdido em 88, na ilha de S. Miguel e eleger deputados em quaisquer outras ilhas. No seu programa, a CDU defende «o fim das maiorias absolutas como condição essencial para que deixe de existir um poder regional autoritário e para que possa haver um diálogo útil entre as várias forças que desejam mudanças políticas».

A CDU apresenta-se ao eleitorado açoriano como «a única força capaz de introduzir no diálogo entre os partidos, propostas concretas que defendem os interesses de que trabalha e perspectivam um desenvolvimento equilibrado para a região, em que todos beneficiem das conquistas do progresso».

José Decq Mota

Somos pelo equilíbrio nos Açores

José Decq Mota é cabeça-de-lista da CDU pela Ilha de São Miguel. Coordenador do PCP/Açores, é uma pessoa conhecida e respeitada na Região, cuja passagem como deputado pela Assembleia Legislativa é por muitos recordada e elogiada. Fomos encontrá-lo, no centro de trabalho de Ponta Delgada do PCP, no frenesim habitual que caracteriza os períodos eleitorais e, entre encontros, entrevistas e reuniões, não foi fácil encontrar tempo para a nossa conversa.

Como se explica a actual crise que atinge o seio do PSD/Açores?

A crise interna do PSD/Açores resulta, a meu ver, essencialmente do descontentamento que desde há bastantes anos se veio manifestando na sociedade pela forma como a governação é realizada e por muitas opções políticas que são assumidas. Este descontentamento começou, a partir de dada altura, a penetrar dentro do próprio PSD atingindo nomeadamente quadros da sua própria estrutura. A grande discordância que levou altos dirigentes e deputados do PSD a passarem a independentes ou a tornarem-se simples militantes de base, foi à volta da questão institucional, especialmente no que respeita à conflitualidade que o presidente do governo regional sempre procurou imprimir às suas relações com a República. Não é por acaso que este processo no PSD começou a tomar forma depois do que ficou conhecido como a «guerra das bandeiras» que se desenvolveu entre 86 e 87, e em que se defrontaram ideias diferentes de autonomia.

Hoje o PSD perdeu a coesão em termos da sua estrutura: muitos saíram, deputados passaram a independentes, dirigentes desactivaram-se, etc.

Esse enfraquecimento do PSD poderá reflectir-se nos resultados eleitorais? A repercussão eleitoral desta crise está ainda para se ver, mas os indicativos que dispomos apontam para consequências eleitorais negativas para o PSD/Açores. Pensamos que neste momento o PSD não só não tem condições para subir, como está condenado a descer eleitoralmente e terá muitas dificuldades em manter a maioria absoluta.

Para isso certamente que contribuiu o surgimento da Aliança Democrática dos Açores.

Penso que sim, sobretudo se recordarmos que o PSD em 1988 obteve a maioria absoluta de forma tangencial, apenas por um lugar, maioria essa que viria a perder em 1991, primeiro com a passagem a independente de um deputado e depois de mais dois.

Houve gente que saiu do PSD, gente que hoje está na AD-A, outros que são apoiantes de outras forças

políticas. Os próprios dirigentes locais estão a lutar para manterem as posições que têm e não mais do que isso. Portanto se há ilhas em que o PSD não vai subir e se há outras, as maiores, onde vai inevitavelmente descer, isto leva a concluir que o PSD dificilmente manterá a maioria absoluta.

A CDU defende o fim das maiorias absolutas nos Açores e a criação de um governo após as eleições com base em negociações entre os partidos com representação parlamentar. É possível chegar a consenso entre as diferentes forças políticas? Defendemos de facto que o PSD não deve ter maioria absoluta, nem que o PS de Mário Machado a obtenha. Se o PS/Machado tivesse a maioria absoluta, o que não é nada provável, seria uma situação bastante complicada na medida em que é uma aliança contra natura entre o PS e com algumas pessoas de direita, nomeadamente com o dr. Mário Machado, ligadas à área do CDS e do PDA.

A não existência de maiorias absolutas causa por vezes algumas confusões a pessoas que não estão ligadas à região. Mas gostava de chamar a atenção para alguns problemas: primeiro as regiões autónomas não são autarquias, mas também não são estados. São mais, bastante mais, do que uma autarquia local e são menos, bastante menos, do que um Estado. Ou seja, certas opções de fundo que se colocam no plano governativo do Estado não se colocam no plano governativo da Região, na medida em que é o Estado quem decide esses problemas. Por exemplo, no que respeita à questão das privatizações o quadro legal é definido pelo Estado e a Região não tem poder para definir em contrário ou diferente, porque ela é autónoma mas não é independente. Isto determina que a gama das suas competências, que são muitas e complexas, não inclui aqueles problemas que mais diferenciam e dificultam o relacionamento entre as forças que defendem interesses diferentes. Nesta linha o que defendemos é o seguinte: não havendo maiorias absolutas, a CDU nada fará para viabilizar um governo do PSD ou uma versão mitigada deste, que seria, por exemplo, um governo

PSD com independentes ou algo de semelhante. A presença parlamentar da CDU tudo fará para viabilizar um governo que seja de mudança, e que tenha capacidade para introduzir alguns equilíbrios na vida regional, no plano político, no plano económico e no plano social. É obrigação política das forças que actualmente constituem a oposição, não havendo maioria absoluta, encontrarem uma base parlamentar que dê suporte a um governo estável no plano formal, mas plural e equilibrado.

Tenho ideia que não é possível conseguir-se equilíbrio com um governo de maioria absoluta. Com o PSD já está provado, mas cremos que também com o PS de Machado não é possível, porque Mário Machado representa sectores de grande peso económico com objectivos muito bem determinados muito antigos, que só não estão hoje no poder regional por desinteligências de grupo.

Quanto à AD-A, é uma força dissidente do PSD, conservadora e de direita, e que só por si não tem grande capacidade de conseguir um equilíbrio. É legítimo perguntar como é que se junta tudo isso? Gostava, a esse propósito, de dar um exemplo que penso que é elucidativo e que tem a ver com o facto de a região não ser um Estado.

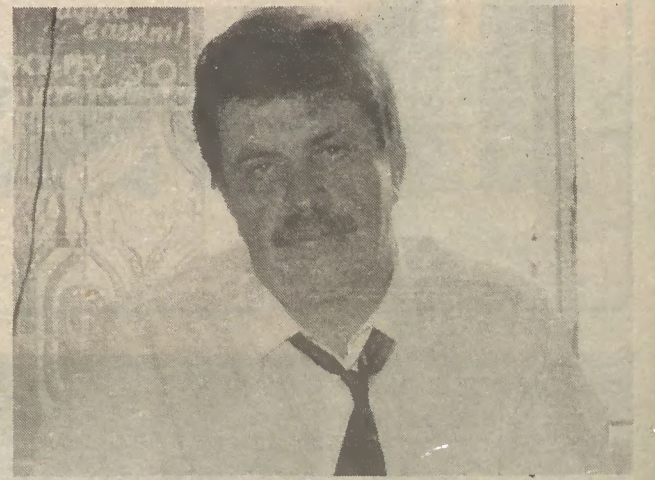
Depois de o deputado do PSD Renato Moura passar a independente, nós defendemos desde logo que era altura das várias forças da oposição e do deputado independente, que representavam o descontentamento, fazerem convergir esforços no sentido de alterarem algumas medidas muito negativas do Governo e aprovarem outras medidas positivas para a Região em geral.

Conseguiu-se chegar a consensos importantes?

Sim. Chegou-se a uma plataforma de alteração do Plano e do Orçamento, em que se faz uma poupança nas despesas correntes de um milhão de contos e se atribui essa verba a medidas como à remuneração complementar da função pública, que era uma velha proposta do PCP/Açores.

Outras medidas importantes foram aprovadas, verificando-se que as forças presentes foram capazes de constituir uma plataforma.

Essa experiência poderia ser uma solução para um governo de quatro anos? É claro que se trata de uma situação diferente, mas acredito que desde que haja bom senso e vontade de equilibrar as políticas sociais e alguns aspectos da política económica, não é



impossível constituir-se uma base parlamentar plural para o novo governo. Quanto à solução governativa em si: ou seja quem preside ao governo, se é constituído numa base partidária, ou se tem um contorno fundamentalmente definido por independentes, penso que tudo isso só pode ser visto depois das eleições porque depende da correlação de forças que seja estabelecida.

Para poder participar nesse processo é fundamental que a CDU consiga concretizar os seus objectivos eleitorais. A eleição de dois deputados é um objectivo realista?

Os objectivos eleitorais para 1992 foram definidos, em termos do nosso Partido, no 4.º Congresso Regional do PCP, realizado em 1990. Eram três: «1.º reconfirmar o mandato conseguido nas Flores; 2.º recuperar o mandato perdido tangencialmente em 88 em S. Miguel; 3.º eleger deputados em quaisquer outras ilhas onde tal se afigure como possível».

Neste momento estou convencido que este objectivos são perfeitamente actuais e estamos a trabalhar para eles com muito entusiasmo. Estive recentemente nas Flores, verifico que a possibilidade de manutenção do mandato é concreta, embora não seja uma luta fácil porque são três lugares que estão em disputa e existem quatro candidaturas fortes, mas a CDU não é, à partida, a força que está pior posicionada nessa luta. O trabalho excelentemente realizado pelo camarada Paulo Valadão, quer no plano regional quer muito especificamente ao círculo eleitoral que o elegeu. Refiro-me concretamente à grande mudança que representou para as Flores a eleição de um deputado da CDU e ao elemento de pressão e de transformação que isso constituiu.

Relativamente a S. Miguel, tenho ideia que as coisas estão a correr bem. O mandato anterior foi perdido tangencialmente, foi um acidente do sistema eleitoral. Em 88 a lista da CDU em S. Miguel obteve 2 060 votos e nenhum deputado em nenhuma ilha precisa de 2 mil votos para ser eleito. O voto de S. Miguel vale menos que o voto de outras ilhas. Se fosse adoptado o método tradicional, em 1988 teríamos eleito dois

deputados. Por exemplo, com pouco mais de 200 eleitores a ilha do Corvo elege dois deputados, a ilha das Flores tem quatro mil eleitores e elege três. Por outro lado, a Ilha de S. Miguel que tem metade da população do Açores elege apenas 18 deputados num total de 51. Esta distorção na proporcionalidade é forte e prejudica-nos bastante. A lista da CDU é uma magnífica lista que denota capacidade para uma maior captação de votos. Ao contrário do que aconteceu em 1988 desta vez conseguimos abrir e abrir a sério. Dos 18 candidatos efectivos 9 são independentes, e desses, 7 são candidatos da CDU pela primeira vez. Conseguimos, também pela primeira vez arranjar listas de apoiantes públicos, que prestam depoimentos nos tempos de antena.

Estamos confiantes que iremos captar mais eleitorado e penso que aquilo que depende de nós está a caminhar bem. A CDU/Açores não propugna por nenhum lote de medidas radicais nem por uma radicalização da vida política e social. A CDU/Açores luta por um equilíbrio. Vivemos numa sociedade, em que os mais desfavorecidos, os trabalhadores, são muitos dominados e explorados, numa sociedade que não tem muitos recursos e estes são usados de uma forma perfeitamente desequilibrada.

A nossa luta é para introduzir um equilíbrio nas políticas sociais e económica, defendendo o direito de produzirmos de acordo com as nossas potencialidades, defender o direito da existência da agro-pecuária, no quadro da comunidade europeia, defendendo o direito ao não-isolamento.

Estamos no fim do século e o direito ao não isolamento aparece-nos como um direito social prioritário. Repare-se que hoje tecnicamente não há isolamento. Com as tecnologias existentes, vemos televisão por satélite de todo o mundo, recebemos notícias de todo o lado, temos faxes, telefones, telexes, temos aviões a toda a hora.

Deixou de haver razões tecnológicas para haver isolamento, mas a distância continua, porque as tecnologias têm custos muito elevados. Nós que temos uma

O autoritarismo de Mota Amaral

Pode-se falar em autoritarismo por parte do governo regional?

Sendo formalmente respeitadas regras da democracia formal, estamos, sem dúvida, a cair numa situação, que em muitos aspectos se assemelha e tem pontos de contacto com uma situação ditatorial. Em primeiro lugar, o poder está extremamente centralizado, na pessoa do presidente do governo. Verifica-se uma cadeia de comando vertical, que vai até do presidente do governo ao presidente da junta de freguesia do PSD, afectando mesmo funcionários, alguns afectos ao partido maioritário, exercendo um verdadeiro domínio.

Na legislação regional encontram-se normas que concedem a instâncias governativas poderes arbitrários, e essa arbitrariedade é realmente exercida, por vezes num aparente quadro legal, por vezes mesmo à margem dele.

É frequente ainda hoje nos Açores pressionarem-se pessoas, que para conseguirem faculdades que a lei lhes concede, são levadas a deixarem de ser militantes do PCP, autarcas da CDU ou de outras forças, a abandonarem actividades sindicais, etc. Portanto, há um poder dominador, tipo ditatorial, que se sente mais numas ilhas do que noutras, mais nuns concelhos que noutros, mas que marca o estilo de governação do PSD.

As próprias opções e decisões são tomadas em função de clientelismos em função de interesses político-partidários imediatos - por exemplo, eleitorais - afastando-se muitas vezes daquilo que é racional, do que é evidente, do que seria o adequado.

Temos denunciado o traço ditatorial da forma como o PSD exerce o poder e repetimo-lo, exigindo que essa seja logo a primeira alteração política que um governo de mudança tem que fazer. Tem que haver transparência, modificação de processos, um novo estilo de contacto entre quem governa e os cidadãos, um novo estilo de relacionamento entre o poder local e o regional.

Dossier

Avante!

ELEIÇÕES
MADEIRA



CDU na Assembleia Regional

A VOZ que faz falta

CDU
madeira
PCP-PEV

No próximo dia 11 os 197 mil eleitores da Região Autónoma da Madeira vão escolher os 57 deputados da Assembleia Legislativa Regional. A Coligação Democrática Unitária, que nestes últimos 4 anos não esteve representada na ALR, concorre com uma lista que, encabeçada pelo padre Mário Tavares, inclui prestigiados militantes comunistas, activistas católicos, sindicalistas, figuras antes ligadas à UDP e outros democratas sem filiação partidária, todos empenhados em **democratizar, dignificar e humanizar** a vida política na Região, procurando dar resposta às preocupações crescentes dos cidadãos da Madeira e Porto Santo.

Apresentando como candidatos gente que não está comprometida nas redes de corrupção e negócio político que envolvem os homens do PSD e a que não escapam muitos dirigentes socialistas, a CDU propõe-se eleger, desta vez, um grupo parlamentar que seja, na Assembleia Regional, **uma oposição diferente: «uma oposição firme, de pé e não agachada, combativa e não submissa, independente e não comprometida com os poderes»** - como se afirma no manifesto eleitoral da coligação -, uma vez que «a arrogância, o abuso do poder, o compadrio, a corrupção, que se espalharam como um cancro no corpo da vida social

e económica da nossa Região Autónoma, exigem uma atitude de coragem, de dignidade e de liberdade capaz de dizer basta, de dizer não a esta maioria PSD, abrindo caminho para alterar a actual situação».

A campanha eleitoral iniciou-se oficialmente ontem, prolongando-se até ao fim do dia 9. «A candidatura da CDU, especialmente pelo seu cabeça-de-lista no círculo do Funchal, padre Tavares, revela-se como uma verdadeira pedrada no charco do marasmo da política», afirmava a Coordenadora Regional da coligação, ao apresentar publicamente um balanço do período de pré-campanha, feito poucos dias antes da deslocação à Madeira, no passado fim-de-semana, do secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas.

Durante uma semana, o «Avante!» acompanhou no terreno o padre Tavares, o camarada Leonel Nunes, outros candidatos e apoiantes da CDU/Madeira. O entusiasmo e o empenhamento que ali vimos, ainda em pré-campanha, cimentam a confiança em que a entrada da CDU - como afirmava a Coordenadora - «constituirá também o elemento mais inovador na futura Assembleia Regional».

DM

Carlos Carvalhas na Madeira

Integrando-se nas actividades da pré-campanha eleitoral da CDU, o secretário-geral adjunto do PCP esteve no último fim-de-semana na Região Autónoma da Madeira. Carlos Carvalhas participou, sábado, num encontro com mulheres apoiantes da coligação; no domingo visitou o concelho de Câmara de Lobos, acompanhado do cabeça-de-lista da CDU por aquele círculo (Diamantino Alturas, na foto segurando o microfone), do coordenador regional do PCP, Leonel Nunes, e de outros candidatos; também com o cabeça-de-lista pelo Funchal, padre Tavares, Carlos Carvalhas participou à tarde na sessão pública de apresentação de candidatos pelo maior círculo eleitoral madeirense.



ELEIÇÕES
MADEIRA

Mais vale nova gente que velhas promessas

Entrevista com Leonel Nunes, coordenador regional do PCP e 2.º candidato da CDU pelo Funchal

É dirigente sindical da Hotelaria, recepcionista por profissão, conhece as pessoas e os problemas da Madeira, bate-se há muitos anos em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo da Região. Foi eleito coordenador da organização regional do PCP e figura em segundo lugar na lista da Coligação Democrática Unitária pelo círculo do Funchal. Chama-se Leonel Nunes e diz que mais vale a nova gente da CDU que as velhas promessas do PSD.

A falta de democracia é o maior problema da Madeira?

Até certo ponto, sim, tudo depende do conceito de democracia que as pessoas têm. Mas o nosso conceito de déficit democrático na Região não tem nada a ver, por exemplo, com o que o PS tem andado por aí a apregoar. Para nós a democracia não é só a democracia parlamentar, verbal, mas a democracia económica, social, política e cultural. Deste ponto de vista, pensamos que a Região está *doente* no que diz respeito ao cumprimento mínimo das regras da democracia. Como é fácil de perceber, cultura aqui é quase inexistente; há problemas sociais e quem sai do Funchal apercebe-se logo de largas manchas de pobreza; e não podemos ignorar que os trabalhadores, na maior parte das vezes, não estão abrangidos por regalias sociais que já são realidade noutras partes do País.

Contudo, no seu programa o PSD refere como grandes objectivos, não a democracia, mas o combate ao desemprego, o ordenamento do território, a rentabilização das infra-estruturas, a Educação, a Habitação...

Isso não passa de promessas eleitorais, que talvez possam sensibilizar as pessoas menos atentas. São promessas que já foram feitas nas anteriores eleições e que o PSD não foi capaz de cumprir. Senão, vejamos. Esta política não abre qualquer perspectiva ao desenvolvimento de qualquer indústria, e a agricultura também não se desenvolve. É uma antiga demagogia o Governo dizer que vai resolver o problema do **desemprego**. Há pessoas que neste momento podem dizer que têm um emprego, ou trabalho, mas em condições extremamente precárias. A precariedade aumenta em todos os sectores, os salários são baixíssimos, e o Governo dá protecção a estas situações. Nos similares de hotelaria, na construção civil, no comércio, o salário mínimo não se cumpre, mas o Governo não actua. Isto é, na realidade, uma forma de camuflar o desemprego. Estou convencido que, se não houver alterações profundas com as eleições, o desemprego irá agravar-se. A não ser que o Governo da

Região aposte na emigração, como sempre fizeram os governos antes do 25 de Abril. Falando da **Educação**, o nosso cabeça-de-lista, o padre Tavares, costuma dizer que aqui não há escolas, há armazéns. E, realmente, não é possível aprofundar conhecimentos se as aulas funcionam com trinta ou mais crianças, se as escolas não têm as mínimas condições. Há escolas ou creches onde são os próprios professores que contribuem com o seu dinheiro para a compra de material para o seu trabalho. O PSD promete



A confiança em que a CDU vai obter um bom resultado tem um forte fundamento no trabalho e na dedicação dos comunistas e demais democratas que estão com a coligação e que não poupam esforços para conquistar o apoio e o voto dos madeirenses

ordenamento, mais uma vez, mas a verdade é que continua a acentuar-se a diferença entre a periferia e o coração do Funchal: há belíssimas estradas que se vão construindo com fundos da CEE, mas os acessos à zona urbana são cada vez mais complicados, os becos e as pequenas estradas não merecem a devida atenção por parte do Governo. Na encosta, de onde se disfruta uma bonita paisagem sobre o Funchal, é onde impera a miséria, as barracas, as casas sem qualquer planificação ou integração, a construção clandestina. Não há vontade política para avançar nesta área, há apenas deslante para dizer publicamente uma grande fraude, como disseram recentemente que este é o Governo que mais casas construiu na Europa! Só o plano de habitação social da Câmara Municipal de Lisboa ultrapassa de longe a tão fantasiosa obra do Governo Regional.

Aqueles que mais necessitam de **habitação** (os que vivem em furnas, as famílias que têm dez pessoas a viver num quarto, e tantas outras situações degradantes) nunca terão o seu problema resolvido com este Governo. E, apesar de uma palhaçada recente para fazer em público o sorteio de meia dúzia de apartamentos, a verdade é que as casas construídas pelo Governo Regional são atribuídas a quem o Governo quer, e tantas vezes a quem não necessita delas. Mais que acreditar nas promessas, os eleitores devem olhar para as pessoas que se propõem concretizá-las, devem distinguir os que prometem mas não cumprem, e aqueles que estão efectivamente empenhados em resolver os problemas.

Os candidatos da CDU? As forças que integram a CDU para concorrer às

das populações e dos trabalhadores. Nada ficará igual, depois destas eleições. Estamos certos de que vamos conseguir entrar na Assembleia Regional e, a partir daí, muitos dos problemas que se colocam hoje às populações poderão ser minimizados, muita da corrupção que hoje existe na Assembleia deixará de existir, porque a presença dos comunistas e da CDU irá retrair e impedir o uso e abuso de dinheiros públicos por parte dos deputados.

Uma das palavras de ordem da CDU é «uma oposição diferente, só com nova gente». Não estão satisfeitos com esta oposição? Porquê «nova gente»?

Efectivamente, trata-se de nova gente: só um dos candidatos da CDU, que concorre como independente, passou pela Assembleia Regional, enquanto os outros partidos, de uma maneira geral, recandidatam os antigos deputados. Os nossos candidatos são nova gente do combate, e garantem, pela sua actividade de muitos anos, que não voltam a cara à luta e que todos os que forem eleitos pela CDU usarão o cargo para servir o povo e não para se servirem do povo. Daí a grande diferença em relação aos outros deputados que por lá passaram: essa rapa-ziada sem escrúpulos, sobretudo do PSD, entra na Assembleia, passa lá os quatro anos bem acomodada, com as luzes da ribalta, nas suas passeatas, algumas até Acapulco, com os dinheiros públicos, e esquecem-se das promessas que fazem na campanha eleitoral.

Mas isto acontece porque a oposição tem sido mole. Custa-nos a compreender, por exemplo, onde é que acabam os interesses dos deputados do PSD e onde começam os do Partido Socialista, e por vezes os seus deputados não são coerentes quando levantam os problemas na Assembleia Regional, pois também têm os seus *rabos de palha*. **É difícil ser oposição fora da Assembleia Regional?** Não é nada fácil. Mas a verdade é que, nesta terra, pequeninos mas orgulhosos têm sido os comunistas. Não pretendemos que nos olhem de uma forma diferente, mas os comunistas da Madeira merecem ser olhados com alguma simpatia. Como outros trabalhadores, deparam-se com grandes dificuldades nas suas empresas só por serem da oposição. E aqui, para ser considerado da oposição, basta não ser *laranja*, a partir daí todas as dificuldades surgem, para os

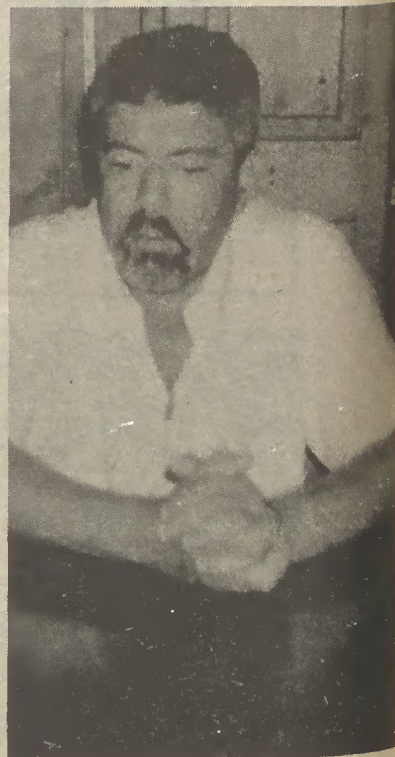
trabalhadores, para os comerciantes, para todos. No entanto, vamos lutando, vamos contrariando esta tendência, e estamos certos de que a alteração profunda desta situação passa efectivamente pelo aumento significativo da votação na CDU.

É com grande satisfação que vemos aproximar-se da CDU sectores importantes da sociedade, como padres preocupados com os problemas terrenos. É a prova provada de que os comunistas, quando falam em unidade, quando falam em democracia, quando falam nos interesses do povo, falam verdade.

Surge como cabeça-de-lista da CDU no Funchal o padre Mário Tavares, embora antes tenha sido indicado o teu nome. O que se alterou para mudar o primeiro candidato da coligação?

Eu fui apontado para cabeça-de-lista da CDU numa grandiosa assembleia do Partido, onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal. Todos os camaradas estiveram de acordo. Mas, perante as dificuldades que existem na Região, o aparecimento do padre Tavares serve muito mais a CDU, e não houve hesitações: os camaradas compreenderam perfeitamente, a alegria transbordou em muitos responsáveis do Partido, e há um optimismo moderado de que esta abertura da coligação com a candidatura do padre Tavares nos vai ajudar muito no trabalho futuro.

Quando partimos para estas eleições havia também razões para estarmos optimistas. Todo o Partido estava empenhado em torno da minha candidatura,



iríamos ter muito trabalho, um trabalho diferente, na pré-campanha e na campanha eleitoral, mas estávamos convencidos de que eu poderia ser eleito. Agora, nesta fase, estamos convencidos de que a CDU pode, nestas eleições, alcançar um grupo parlamentar, combativo e diferente, na Assembleia Regional.

Não temos qualquer dúvida de que um dia, se não for neste 11 de Outubro, o povo da Madeira irá fazer aquilo que tem a fazer, não pode de forma alguma perpetuar esta situação na Região, que é de quase catástrofe em alguns sectores. Temos muitas preocupações quanto ao que se está a passar nas pescas, na agricultura, no que se está a passar com o ensino e com as aspirações da juventude, entre outros problemas. Perpetuar por muito mais tempo um Governo do PSD é, ao fim e ao cabo, encaminhar esta ilha para um beco sem saída. Seria um acto de higiene de elevado grau que as pessoas votassem de forma a que este senhor doutor que já aqui anda há muitos anos deixasse de ser o presidente do Governo Regional (e espero que ele cumpra o que diz, que sem maioria absoluta não formará Governo). A Madeira e a sua população só teriam a beneficiar com isso.

Números e democracia

A Assembleia Legislativa Regional que os 197 148 eleitores da Madeira e Porto Santo vão eleger no dia 11 de Outubro será constituída por 57 deputados. De acordo com a lei, há um deputado por 3500 eleitores (ou por fracção superior a 1750) inscritos em cada um dos onze círculos (que correspondem aos concelhos).

Pelo Funchal, que tem 93 mil eleitores recenseados, são eleitos 27 deputados; por Câmara de Lobos - 6; Machico e Santa Cruz elegem 5 deputados cada; a Calheta - 3; São Vicente, Santana e Ponta do Sol elegem, cada, 2 deputados; Porto Santo e Porto Moniz elegem um deputado cada.

A sufrágio apresentam-se, em todos os círculos, listas da CDU, do PS, do PSD, do CDS e da UDP. O PDA concorre apenas no Funchal, enquanto o PSN se apresenta neste círculo e também em Santa Cruz e Ponta do Sol.

A atribuição de mandatos é feita, segundo o método de representação proporcional de Hondt. Este sistema é, no entanto, distorcido pelo baixo número de deputados em disputa na maioria dos círculos (dois deles são mesmo uninominais). Na eleição de 1988, por exemplo, a CDU obteve, no Funchal, 1759 votos, mas não elegeu nenhum deputado; entretanto, com apenas 1273 votos, o PSD elegeu um deputado em São Vicente e, com 1328, elegeu outro no Porto Santo. O partido maioritário foi, mais uma vez, nitidamente beneficiado: com 62% dos votos, conquistou 77% dos mandatos.

ELEIÇÕES MADEIRA

Padre Tavares: cabeça-de-lista por imperativo de consciência

Mário Tavares Figueira, o pároco de São Tiago que é primeiro candidato da CDU pelo círculo do Funchal, nasceu há 58 anos no Estreito de Câmara de Lobos. Fez o curso do Seminário do Funchal entre 1946 e 1959, ano em que foi ordenado sacerdote. Foi adjunto do pároco de Machico e depois pároco no Arco de São Jorge e em Santo António da Serra. Entre 1965 e 1969 fez duas comissões militares, na Guiné e em Angola, como capelão. Desde Outubro de 1969 é pároco de São Tiago, na orla serrana da freguesia onde nasceu. Nesse ano subscreveu, com outros 16 padres, um documento por ocasião das eleições para a Assembleia Nacional, e convidou as forças concorrentes para uma sessão de esclarecimento no salão paroquial.

Viveu sempre de perto os problemas do povo e da sociedade. Na sua actividade como pároco procurou desenvolver uma consciência humana de crescimento a todos os níveis, com catequeses, escola, reuniões para análise dos problemas do dia-a-dia e do trabalho, teatro, desporto, boletim - como se refere nos dados biográficos divulgados no dia em que foi anunciado que iria encabeçar a lista da CDU no Funchal.

Após o 25 de Abril o padre Tavares acompanhou as iniciativas populares no processo de desmantelamento do sistema de colónia agrícola e apoiou o desenvolvimento do espírito cooperativo. Na sua paróquia, no lugar das Corticeiras, nasceu a Cooperativa de Produção e Consumo Liberdade, que está viva e de boa saúde. Também tem o seu apoio o movimento para a criação da freguesia de Jardim da Serra. Contando apenas com a generosidade das pessoas, foi avançando com a construção de instalações para as actividades da paróquia e para usufruto da população. «Como padre, nunca consegui viver de costas para os problemas reais das pessoas. Acompanhar pessoas e esquecer os problemas das mesmas é disfarce de mais para mim. E, então, vê-las cair em armadilhas, e eu sem gritar, é-me impossível!» É com estas palavras que comunica aos jornalistas, no dia 31 de Agosto, a sua decisão de entrar na batalha eleitoral juntamente com os comunistas e os outros homens e mulheres da Coligação Democrática Unitária. Diz ainda, nessa ocasião, que «as cúpulas da nossa diocese estão doentes e as paróquias vão-se acostumando a fazer um

todos temos que mastigar.» Aceitou sem qualquer problema - e até com algum entusiasmo pelo ineditismo da situação - dar uma entrevista ao «Avante!».

O padre Tavares conhece e aceita os riscos que, pessoalmente, corre ao candidatar-se pela CDU. Mas esta sua decisão não poderá trazer também prejuízos para a paróquia?

Tantas vezes a pessoa ultrapassa o seu espaço familiar e mete-se em tarefas que, embora prejudiquem um bocadinho o espaço familiar, vêm em favor da comunidade. O tecido humano não é feito de fatias pequeninas, está todo ligado. E, assim como os males de fora chegam à comunidade e chegam à paróquia, também é natural que alguém saia da paróquia e dê um passo em frente. A paróquia pode ficar um bocadinho prejudicada com esta minha atitude, mas isso acontece também normalmente, porque da paróquia saem as melhores pessoas em busca de trabalho, em busca da sua realização. As regras da vida, os veios pelos quais a sociedade se canaliza provocam isto.

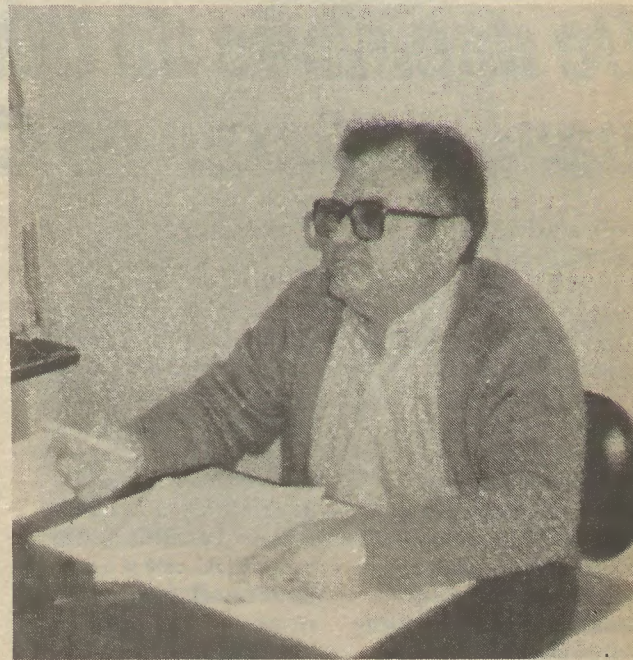
da caridade, do entendimento, e o grande equilíbrio que a sociedade pode ter é não haver na comunidade humana uns que são vítimas dos outros, mas todos no seu lugar com os seus direitos respeitados e com hipóteses de solução para os seus problemas. Mas na nossa sociedade há grupos que não têm solução nenhuma, estão entalados e não se vê saída. Criar pessoas com uma frustração constante dentro de si mesmas é enganá-las, porque o reino de Deus não é o espaço dos frustrados, é o espaço dos que se realizam ou lutam pela realização.

Candidata-se procurando cativar católicos para a CDU ou porque quer ganhar comunistas para o catolicismo?

Na CDU estão comunistas e estão católicos; estão comunistas que são, na maioria, católicos e que cumprem as suas obrigações como católicos, mas como que são penalizados pela sua opção. Antigamente a Igreja tinha - e a própria sociedade também - uma estrutura de uma certa penalização: se uma pessoa tinha uma deficiência, ficava penalizada, tiravam-lhe os benefícios todos, mas ainda lhe carregavam com mais obrigações e até com uma fatia de castigo. Aqui também a Igreja está fazendo um pouco disso, é uma mentalidade que vem de fora, tantas vezes isso é feito, ainda que com alguma dose de inconsciência. Não digo que todas as vezes que isso acontece seja por intenção maldosa, mas acontece, as vítimas existem e há uma certa ofensa social a grupos de pessoas, e aqueles que ganham alguma consciência têm que reclamar, para que a frescura do pensamento se torne mais ampla e melhor. Eu não venho buscar aos comunistas para me promover, não venho gritar para os católicos me elegerem. Venho chamar a atenção para que a comunidade veja que tem de ser mais unida e que precisa de todos, e de todos os problemas solucionados, para caminhar melhor. E que tem de jogar naqueles que estão mais atentos, naqueles que fazem maior esforço para que a comunidade humana se torne mais equilibrada.

É por isso que escolhe a CDU?

Eu dei um passo para provocar um escândalo e venho-me situar no pior



palco, no pior ambiente, naquilo que a sociedade acha que não devia ser. Venho falar para obrigar as pessoas a respeitarem este espaço, porque não há razão para se comportarem assim. O que há é conveniência política, de algumas áreas, que a nossa comunidade humana pense assim. Isso é desonesto e eu dou o passo para que tal atitude vá desaparecendo. Este é um espaço digno, honesto, onde as pessoas podem estar, e não ofende ninguém, não prejudica ninguém. Nunca se pode considerar pessoas como lixo. É a maior ofensa que se pode fazer. Mas não se pode apagar o lixo social. A área PC, todos os disparates que faz, tem que pagar por eles. Mas também a área PS tem que pagar pelos seus disparates. E a área PSD tem igualmente que pagar pelos seus disparates. E cada grupo tem que fazer um esforço para se autocorriger, aqui não há grupos de santos e de endiabrados, há grupos humanos que fazem o seu percurso, tantas vezes com coisas erradas, mas, se houver um chamar a atenção uns dos outros, isto equilibra-se mais. O exercício da justiça é uma autocorreção de um lado e de outro.

Diz que pretende suscitar nas pessoas a reflexão. Mas é uma reflexão que aponta para um resultado concreto, o voto. Ou pretende algo mais?

O voto aparece como o primeiro passo, mas não é tudo o que eu pretendo. Aproveitei esta época mais dinâmica, mais de reflexão, onde existe maior liberdade de expressão, para atirar a pedrada, para sacudir, e também dando ocasião a que a ideia possa engrenar. Mas a razão não era bem essa. Agora se as pessoas acharem que, por dar este passo, devo engrenar, não vou enganar as pessoas. Mas o que me inquieta, o meu objectivo principal, é apagar esta orla de separação social. Queria que este pensamento começasse a entrar na reflexão que se faça dentro da Igreja e no tecido político-social, para que cada problema não seja dependente de lentes já marcadas por conceitos, mas seja examinado concretamente, no seu espaço, nas razões que o provocaram, e possa ser bem canalizado, com o

apoio de boa vontade de todos aqueles que podem ajudar.

Mesmo que não seja eleito, não se considerará derrotado?

Não. Eu quis provocar um escândalo. No próprio Evangelho se diz - e a humanidade tem provado na sua história - que a comunidade humana tem avançado pelos seus abanões, por ideias que, a princípio, parecem extravagantes mas, depois, se tornam uma força dinâmica. Eu achei que não me devia segurar mais, já estava angustiado com isto de ver as pessoas serem enganadas, serem engolidas, achei que tinha que dar um passo, e dei-o, esperançado que as pessoas aproveitem a ocasião. Mas acho que as pessoas têm direito a aprovar ou reprovar, e acredito que muitas pessoas não estejam preparadas para aceitar isto. Acredito que haja uma orla da nossa sociedade que dê o passo, com um certo à-vontade; mas acredito que outros, até gente muito jeitosa, se deixem ficar, não tenham coragem para este passo; e acho que muitos ficarão mesmo escandalizados e que vão olhar para mim como alguém que vem para a sociedade conspurcá-la, ofendê-la.

Mas, entretanto, como considero a reflexão um acto vivo, espero que tenham uma ideia diferente passado algum tempo. Não quereria que as pessoas ficassem paralisadas na sua área de pensamento e na sua área de responsabilidade social, fazendo simplesmente gestos passivos em favor de A ou B; quereria que as pessoas fossem actantes, por autoconsciência e por partilha com o outro.

Caso se registre uma boa votação na CDU, que significará a sua eleição para a Assembleia Regional, vai ser deputado e padre?

Sim, não deixo de ser padre. Posso é deixar de ocupar cargos a nível de diocese, e isso terá que ser definido com a estrutura governante da diocese. Indiscutivelmente, terei que respeitar o que aí for estabelecido, não tenho interesse nenhum em diminuir o espaço da Igreja nem prejudicar a sua autoridade.



Em conferência de imprensa, no centro de trabalho do PCP no Funchal, o padre Tavares apresentou a 17 de Setembro o seu manifesto eleitoral. Acompanharam-no Artur Andrade, Nicolas Fernandes, Carlos Abrantes (médico, do Partido Ecologista «Os Verdes», candidato por Câmara de Lobos) e Leonel Nunes

serviço doméstico em favor da governação no interesse de beneficiarem de umas parcelas do seu orçamento». Fala dos problemas e do povo que o sofre, recusa o caminho que estão a dar à Madeira e apela aos eleitores para que dêem a esta governação um pouco de sal e pimenta.

A 17 de Setembro divulga o seu manifesto aos eleitores, onde reafirma que se candidata «por imperativo de consciência»: «Eu, como sacerdote, seria para o resto da vida um frustrado, um envergonhado em mim próprio, se ficasse calado». Critica o bispo do Funchal por este defender publicamente o padre Frederico (detido por suspeita de implicação na morte de um adolescente), recusa o poder do dinheiro e o jogo comercial de Judas com o Templo.

Concorda que a sua decisão de encabeçar a lista da CDU «é de facto um escândalo», e acrescenta: «Mas isto já está tão podre e desprogramado, que talvez só o escândalo consciencialize as pessoas. E o escândalo não podia ser adiado nesta hora de eleições.»

Diz que «o PSD, como partido, já passou, é apenas o pessoal do senhor presidente», e chama à sua governação «democracia e autonomia unipessoal com muitos subalternos» e «ditadura de fraldas e sorrisos». Denuncia abertamente a forma como «isto» tem funcionado: «O Dr. Alberto João, o supersenhor do pensamento, da palavra, do programa, da acção, da autoridade, da crítica, da resposta, da razão e até, diz-se, da oposição, apresenta-se como o valor máximo da democracia, da autonomia, do desenvolvimento, e transformou-se na pastilha elástica que

O seu empenhamento nesta candidatura tem mais motivação religiosa ou política?

Eu não separo uma coisa da outra. A pessoa, ao mesmo tempo que é religiosa, é política. Um católico é aquele que vai em frente, acredita que além da morte a vida continua e ele continua vivo. Para atravessar essa fronteira, tem que passar pela morte. Mas é a mesma pessoa que atravessa a vida, o percurso dela como católico é o mesmo percurso como membro de uma comunidade social e, por ser católico, não pode ser matéria-prima dos outros, tem que ser uma pessoa consciente, até porque a estrutura doutrinária da Igreja compromete a pessoa a ser companheira do outro. Temos o exercício do amor,

**ELEIÇÕES
MADEIRA**

De deputado da UDP para as listas da CDU

Em quarto lugar na lista de candidatos da Coligação Democrática Unitária pelo Funchal figura o nome de Artur Alberto Andrade, que foi nesta legislatura deputado à Assembleia Regional pela UDP. Antes do 25 de Abril esteve ligado ao jornal oposicionista «Comércio do Funchal», de que o pai foi fundador. Depois de 1974 foi dirigente da União do Povo da Madeira e, desde a fundação da UDP na Região, em 1976, integrou os seus quadros dirigentes. Num breve depoimento ao «Avante!», recordou que o seu afastamento da UDP ocorreu a partir de Abril do ano passado, por «razões várias», destacando-se as políticas: «1990-91 foi um período muito movimentado, muito cheio de acontecimentos, nomeadamente nos países do leste europeu. Alguma esquerda, como a UDP/Madeira, entrou em pânico e procurou adaptar-se rapidamente aos novos rumos e às novas ondas do fim do comunismo.» Esta adaptação teve como resultado objectivo que a UDP «fez coro com a campanha imperialista no ataque à esquerda», ao mesmo tempo que procedeu «à desvalorização crescente dos movimentos sociais de massas, absolutizando a acção parlamentar e o jogo parlamentar, produzindo na Assembleia intervenções que, com uma linguagem de esquerda, justificavam aspectos da política do PSD». Artur Andrade recorda que, «com outros militantes da UDP, procurámos combater esta orientação», mas, «à falta de uma discussão séria, acabámos por ir saindo da UDP», a qual, «a partir de dada altura, passou a ser quase propriedade de uma família, a de Paulo Martins».

Em extinção

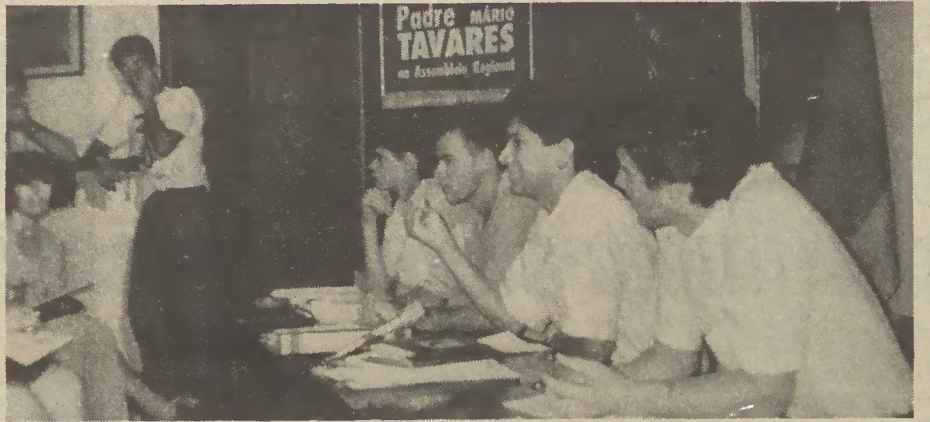
Neste momento, Artur Andrade é de opinião que a UDP «está em extinção, com tendência a dividir-se pelo PS e a CDU». Refere que «o que se está a passar na Madeira, onde uma parte dos dissidentes da UDP foram em apoio do Partido Socialista e outros vieram para a CDU, está já a passar-se, de certa forma, nos Açores e, a nível nacional, caminha para isto». A UDP, diz Artur Andrade, «deixou de ter projecto político, e para isso contribui o facto de, depois de muitos anos de luta anti-revisionista, se ter agora visto que os exemplos de construção de um socialismo novo (como a Albânia era considerada) redundaram em situações

militantes do PCP e favoreceram, sem dúvida, a aproximação ao partido e à CDU». Mas faz questão de afirmar que «a minha aproximação ao PCP tem a ver com a forma como o partido entendeu a perestroika real». Recorda que «no início de 1991 eu estava convencido que a tendência do PCP era a evolução para a social-democracia» e que «o facto de isso não ter acontecido e de terem acontecido outras coisas - quer posições públicas, quer factos da vida interna do partido - veio colocar novas questões no meu relacionamento com o PCP». Para Artur Andrade «a esquerda tem muito sobre que reflectir, tem lições a tirar e, provavelmente, terá



piores que os países de leste». Neste contexto, «há quem se sintam mais atraído para a social-democracia; os mais comprometidos com o movimento operário virão para a CDU». Foi este o caso de Artur Andrade. Reconhece que «a minha actividade e o meu empenhamento no meio sindical resultaram num bom relacionamento com os

que alterar posições... Mas penso que não é possível um projecto de esquerda sem o PCP, e isto é um dado objectivo. Não é sobre os escombros da esquerda que se vai fazer qualquer novo projecto de esquerda, ele tem que assentar em balizas muito sérias. E, de facto, o único partido que manteve em Portugal essas balizas foi o PCP.»



Dar voz aos jovens

A CDU quer abrir à juventude as portas da Assembleia Regional e levar até ali os problemas do ensino secundário e do ensino superior, do associativismo estudantil e da sua dignificação, do emprego, da habitação... Dos problemas e das propostas se falou no encontro de jovens da CDU, dia 19 de Setembro, no Funchal (na foto, intervém o candidato independente Nicolas Fernandes). Depois, o professor Artur Andrade (que foi mandatário de Carlos Marques nas presidenciais e agora apoia a coligação) falou sobre a música popular da Madeira. A fechar, actuaram os «Smoke Machine», uma banda rock que nasceu de um convívio como este, no centro de trabalho do PCP.

Jardim e os jornalistas

Para aquela sexta-feira, o doutor Alberto João Jardim tinha na agenda uma entrega de chaves a famílias de pescadores que o Governo Regional pretende transferir do Forte de Machico para outro lado. No caso, para um bairro social em Água de Pena, que consta de 24 moradias pré-fabricadas, sem água nem luz, longe do mar, da escola, do mercado, da mercearia, da farmácia... Mas os pescadores, avisados com dois ou três dias de antecedência e sem resposta a muitas interrogações, recusaram a oferta e decidiram ficar no Forte. Isso não impediu a inauguração. Antes de partir para o Machico, Jardim deu de caras com uma reportagem de Ana Sousa Dias, jornalista do «Público» que esteve na Madeira e, na edição do próprio dia 18 de Setembro, contou numa página a história das casas de Água de Pena. Verdade, verdadinha, os problemas com os jornalistas já andavam a moer as entranhas de Alberto João... Aquele reportagem foi só o pretexto para deitar cá para fora os rancores mais antigos que lhe vão na alma e que têm por alvo «uns senhores que, em vez de serem jornalistas profissionais a sério, resolveram ser militantes políticos».

Agora, silêncio! Aqui vão as palavras de Jardim, tal como foram transcritas numa reportagem não assinada do «Jornal da Madeira»:
«O Governo Regional não dará mais subsídios nem sustentará postos de trabalho para jornalistas que não são jornalistas e são militantes políticos. (...) Chegou a uma fase que não há diálogo. São dois campos diferentes e não há diálogo. Eu oponho-me a qualquer diálogo com a esquerda neste momento. Não há mais conversa. Acabou esse tipo de poesia de pactuar com os extremistas; acabou. Agora é só denunciar e mais nada. Dizer os nomes deles, como é que escrevem, quais são os interesses que estão por detrás do jornal, por que é que esse jornal está contra nós (que foi a jogada dos hipermercados que nós lixámos), dizer o nome das pessoas que são os correspondentes aqui, para quem trabalham... Acabou-se o pactuar com quem não pactua conosco. Portanto, não explico nada. É bota abaixo. Não há mais diálogo com a esquerda. Acabou.»
E acabou a citação. Uf!

Os jornalistas e Jardim

Nicolas Fernandes é jornalista do Posto Emissor do Funchal. Terminou em 1986 o curso de Teologia da Universidade Católica de Lisboa. Ocupa, como independente, o 3.º lugar na lista de candidatos da CDU pelo Funchal. Admite que as afirmações do presidente do Governo Regional o atingem directamente. «E atingem outros jornalistas. Mas não os do PSD», observa, sublinhando que a militância destes se nota muito particularmente quando exercem os cargos de chefia para que, via de regra, são nomeados. «Eu sou jornalista, por acaso até sou candidato, nesta circunstância especial. Agora, a pergunta que se faz é: esta minha opção é incompatível com a minha profissão? A verdade é que, desde que sou jornalista, nunca ninguém me disse «este trabalho está mal feito».» Postos os pontos nos ii quanto ao seu caso pessoal, o jovem candidato da coligação PCP-PEV ataca o fundo da questão. «Um jornalista não deixa de ser cidadão, não deixa de ter a consciência de ser uma pessoa da polis, que vive com os outros. Nenhuma das profissões tira à pessoa uma dimensão importante, que é o existir numa sociedade, que é organizada, com jogos e mediações de participação, nomeadamente os partidos. Todas as opções são legítimas, até a não opção. Tem a ver com a consciência de cada um e não compete ao Governo, neste caso ao presidente do Governo, dizer se a opção é bem ou mal feita. Mas quem é ele para julgar? «Acho estranho que ele apenas refira o jornalismo militante de esquerda. Por que é que ele não se questiona, por exemplo, com o director da RDP/Madeira, que apresenta telejornais na televisão até de uma forma pouco profissional, e é dirigente do PPD? Ou com o

director de informação da RTP, que também é dirigente do PSD? Num tempo de antena de Alberto João Jardim, quando a câmara se virava um pouco mais para a direita, via-se o senhor director da RTP, quando se virava para o outro lado aparecia o director da RDP. Mas a esses ele não aponta militância, acha natural.» Nicolas acha que não é o número de jornalistas com posições declaradamente oposicionistas que justifica tão brutal ataque. O que incomoda Alberto João Jardim é que haja «um ou outro que, afinal, são a excepção para confirmar a regra». Pessoalmente, o jornalista-candidato independente diz lamentar «que na Região a participação política se limite às mediações partidárias. É outro dos défices que nós temos. Tudo o que seja organização ou associação livre, onde as pessoas pensem, reflectam, troquem impressões, é constantemente coartado, a não ser que tenha a cor laranja.» Embora as chefias e as condições de trabalho oferecidas imponham um jornalismo «sentado, de conferências de imprensa, discursos e declarações oficiais, sem espaço para a investigação nem para um trabalho mais aprofundado e em que se ouça mais pessoas e mais opiniões, e não favoreçam quem queira fazer jornalismo de outra maneira», Nicolas Fernandes vê «sinais de esperança» e acha que «não é por acaso que Alberto João ataca assim, é porque há qualquer coisa que está a mexer. Duvido que o que se faz na Região seja jornalismo e duvido que os jornalistas estejam satisfeitos com isso. E, se uns desanimam, outros procuram tomar iniciativas concretas.» «Foi também isso que me levou a aceitar ser candidato pela CDU», diz o Nicolas, como quem diz «vou beber, que tenho sede».



Max e Luís Silva vão votar em quem, como eles, defende realmente os trabalhadores

Sindicalistas do PS vão votar na CDU

Dirigentes e activistas sindicais têm lugar de relevo nas listas de candidatos da Coligação Democrática Unitária: Leonel Nunes (da Hotelaria) é 2º no Funchal, Diamantino Alturas (da Construção Civil) é 1º em Câmara de Lobos, Pedro Correia (dos Rodoviários) é 1º por Santa Cruz, Agostinho Ramos (das Indústrias Eléctricas) é 1º na Ponta do Sol. Entre os candidatos da CDU/Madeira estão ainda Alberto Faria e Gilberto Fernandes (Alimentação e Bebidas), Eduardo Luís (Gráficos), Paulo Gonçalves (Sintel) e Drummond de Andrade (Sitava).

Com a CDU estão também muitos trabalhadores socialistas, descontentes com o espectáculo das lutas intestinas entre dirigentes do seu partido e também com a pouca importância que o PS dá às questões laborais e sociais e com o pouco valor que reconhece aos seus sindicalistas. Luís Máximo (conhecido por Max) e Luís Silva são dirigentes sindicais socialistas (um deles é mesmo da Comissão Regional do PS), já anunciaram publicamente que vão votar na CDU.

perspectiva de defesa dos oprimidos, dos desfavorecidos, dos trabalhadores, defendemos intransigentemente o direito ao não-isolamento como um direito que para ser garantido.

Penso que é inevitável no plano económico e social haver a consideração desta periferia extremamente acentuada. Somos uma economia insular distante. Não nos podem ser impostas, nem pelo Estado nem pela Comunidade Europeia, regras de livre concorrência económica, porque nós não estamos em pé de igualdade com os outros. Para além de atrasos estruturais que nos penalizam, mas que podem ser resolvidos com algumas injeções de meios, há condições que são permanentes.

Nós temos de importar muitos factores de produção e o seu transporte é caro. Mas somos penalizados mais uma vez quando exportamos os nossos produtos.

Afirmamos que nas regras comunitárias tem de haver, para além de algumas medidas temporalmente definidas para a modernização, excepções a regras e outras medidas de carácter permanente, nomeadamente na fiscalidade que nos permitam enfrentar esta situação e enfrentar tanto quanto possível em pé de igualdade com os restantes.

Há quem defenda a transformação da região num imenso complexo turístico, como o único investimento rentável. Nós não defendemos isso por uma razão muito simples: estas ilhas, que são muito bonitas e férteis, que podem dar um contributo decisivo para a vida e subsistência da região e do próprio país. Ainda hoje os Açores têm uma produção de leite que é 20 por cento da produção do País. Temos o direito a produzir de acordo com as nossas potencialidades que são a agricultura, em especial a agro-pecuária, um certo tipo de floricultura, a pesca, as indústrias agro-alimentares derivadas do sector primário e ainda o turismo, embora aí não defenda a transformação dos Açores em estâncias estereotipadas ou tipificadas que alterem a qualidade de vida da Região.

A Comunidade Europeia e o País têm de nos reconhecer esse direito e têm de agir em conformidade.

Somos portugueses dos Açores e temos direito de viver de acordo com aquilo que sabemos, de acordo com aquilo que gostamos, produzindo, contribuindo para a formação de riqueza do País e para a resolução dos nossos próprios problemas. Não nos queiram pagar para nós existirmos, criem-nos antes condições para nós vivermos com os padrões de hoje, com os níveis compatíveis com este fim de século e de modo a que não sejamos condenados a ficar na cauda da Europa.

Paulo Valadão

Um deputado que cumpre

A ilha das Flores viu problemas adiados anos e anos. Era uma ilha que estava posta de lado, tinha problemas muito sérios de estruturas fundamentais que não eram resolvidos. A eleição do deputado da CDU em 1988 é um protesto dos florentinos, que abriu uma nova era e que obrigou o governo regional do PSD a olhar para as Flores de outra maneira. Tudo isto associado ao estilo que quer o deputado quer toda a CDU/Açores imprimiram ao tratamento dos problemas daquela ilha levou a que muitos problemas das Flores fossem desbloqueados.

Contudo, os problemas das Flores não acabaram, muitos mantêm-se e alguns novos estão a surgir hoje resultantes do encerramento próximo da Estação Francesa de Medidas, a eventual reconversão do aeroporto que actualmente é explorado pela ANA, a extinção Estação de Rádio Naval da Marinha de Guerra e outros, que estão a colocar questões relacionadas com o emprego, com o nível de vida e os rendimentos dos cidadãos de comunidades que são muito pequenas.

Ao recandidatar-se como cabeça-de-lista da CDU pela ilha das Flores, Paulo Valadão não o faz de mãos vazias. Tem para mostrar aos florentinos um incansável trabalho parlamentar, no qual a ilha em que nasceu ocupa naturalmente um importante papel.

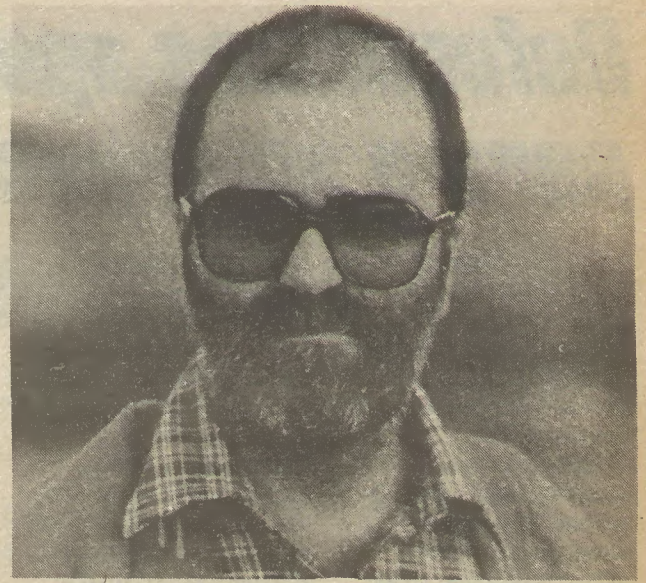
«Uma das minhas grandes preocupações na Assembleia Regional foi levar os problemas e as necessidades da nossa ilha e das pessoas que aqui vivem».

Há quatro anos atrás, recorda que apresentou à população um documento com um conjunto de questões que se comprometia colocar na Assembleia Regional - «nenhum desses pontos foi esquecido, não houve nenhum período legislativo em que eu não colocasse problemas da ilha das Flores».

No entanto, como deputado regional, a sua actividade não se resumiu à ilha das Flores: «procurei participar em todas as questões em

todas as reuniões, em todos os assuntos que se discutiram na Assembleia e tomei posição em relação a todos eles». Na sua concepção, o trabalho do deputado deve ter carácter regional, «até porque terá muito mais força quando tratar assuntos do seu círculo eleitoral». Na última legislatura, muitos foram os projectos que apresentou na Assembleia, contudo refere pela sua importância a aprovação da introdução do seguro pecuário e, mais recentemente, a aprovação do acréscimo salarial para os funcionários públicos dos Açores.

Um outro projecto foi sobre a doença do Machado, ou doença da Espinha, que afecta muitas pessoas da Flores. «Propusemos que se criasse um instituto para estudar essa doença e se desse um subsídio para as pessoas que acompanhassem os doentes, bem como apoio nos medicamentos, cadeiras de rodas, muletas, etc.». Acontece que estes projectos depois de serem estudados em comissões foram a plenário mas não obtiveram mais que o voto



de Paulo Valadão. Este não se conformou e afirmou na Assembleia que embora não tivesse sido aprovado, só o facto de ter sido levado a plenário, o projecto haveria de ter as suas repercussões. Estava porém longe de pensar que o caso se resolveria tão depressa, mas o facto é que passados dois meses o grupo parlamentar do PSD apresenta uma proposta de criação de um grupo de trabalho para estudar a doença do Machado.

«É claro que declarei que teria de dar o meu apoio à formação desse grupo de trabalho e uma vez que aquele grupo parlamentar não lhe queria chamar instituto, para mim era a mesma coisa, o fundamental era que se estudasse a doença. Mas, em Junho passado, o governo fez entrar uma proposta de lei regional que atribua subsídios às pessoas vítimas da doença do Machado, um apoio aos familiares que acompanhassem os doentes e concedia também apoios aos medicamentos, às cadeiras de rodas, às muletas, etc. Ou seja, o governo regional quis apresentar no fim do mandato um projecto que era exactamente igual ao que eu apresentara há três anos».

Contudo, para Paulo Valadão é significativo que, apesar de a Assembleia Regional existir desde 1976, só se ter falado da doença do Machado na sequência de um projecto da CDU, que acabou mesmo por levar à aprovação de leis regionais específicas.

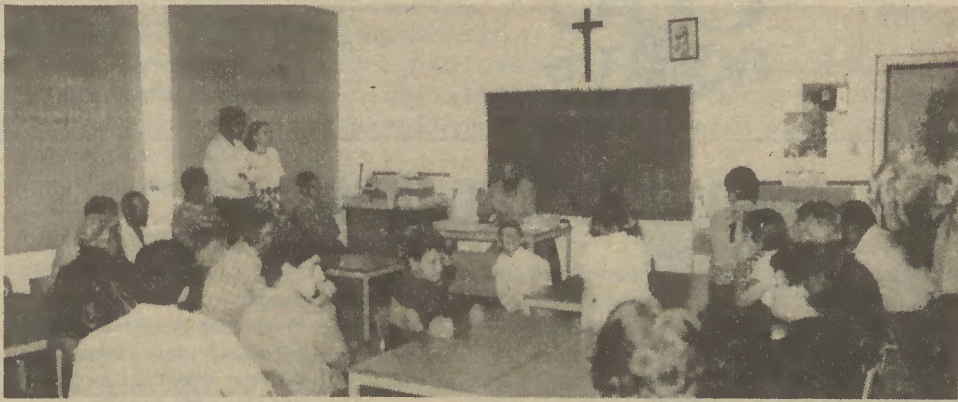
Paulo Valadão lembra a contribuição dos comunistas para a elaboração do POSEIMA. «Na origem do programa comunitário integrado para a Madeira e Açores, conhecido por POSEIMA, estive o relatório do eurodeputado comunista espanhol Guterres Dias, elaborado em colaboração com eurodeputados do PCP e outros do grupo comunista do PE. Mas é necessário começar já a pensar num segundo POSEIMA que dê maiores apoios à nossa região. Aliás, determinados aspectos do POSEIMA ainda não estão em execução, como, por exemplo, o apoio ao transporte para exportações dos Açores».

No balanço que faz dos últimos quatro anos, Paulo

Valadão salienta que «gastou-se mais dinheiro na ilha das Flores nos últimos quatro anos, do que desde o início da autonomia. Estão em curso muitas obras, mas a sua grande maioria não está ainda concluída. A única obra que começou e acabou na ilha das Flores nos últimos quatro anos foi a ampliação da escola preparatória. Porém, o porto da ilha, embora já esteja em funcionamento precisa ainda de muitas obras de acabamento e os florentinos têm de continuar a fazer pressão para que o projecto seja construído até ao fim». Também por acabar está o prolongamento do aeroporto das Flores, a residencial da Siturflor, a recuperação do Convento de S. Boaventura, a Casa de Repouso para a terceira idade, a fábrica de lacticínios e outras infra-estruturas indispensáveis ao progresso da ilha.

Os transportes são uma dor de cabeça para os florentinos. Servida apenas por um pequeno avião *Dornier*, «muito útil na estação turística baixa, mas com muitos inconvenientes na estação alta», a ilha sofre ainda com a falta de coordenação nas ligações marítimas para a exportação de animais vivos.

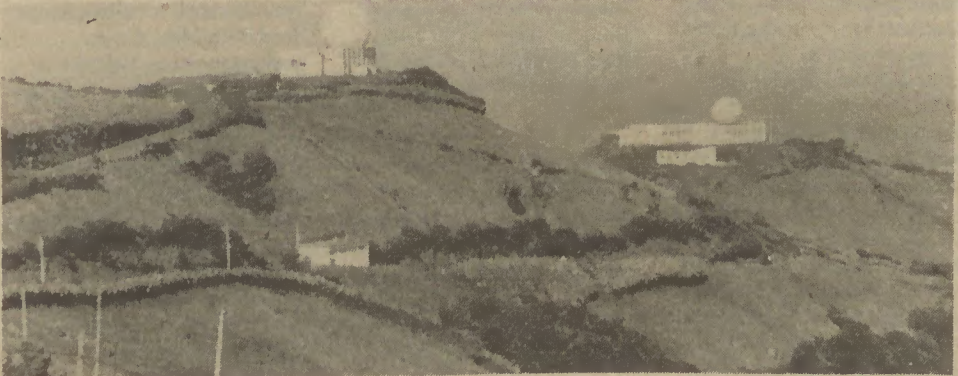
O deputado pelas Flores está também preocupado com a preservação da magnífica natureza da ilha que constitui o principal trunfo para o desenvolvimento do turismo. «O governo regional escolheu há quatro anos o turismo como área prioritária, mas o que verificamos é que nas Flores continua a não haver um parque de campismo e nada se fez para a sua construção; o aterro sanitário não passou de intenção; a lagoa da Lomba continua infestada de plantas aquáticas que podem destruí-la a curto prazo, nada se fazendo para a sua limpeza; a rocha dos Bordões, cartaz turístico por excelência das Flores, encontra-se invadida por vegetação que necessita de ser controlada e ainda não se estudou qualquer hipótese de evitar a deterioração desta beleza natural única, com valor incalculável». Avaliando a sua acção parlamentar, Paulo Valadão afirma que «durante este mandato penso que contribuí para que se falasse mais sobre a ilha das Flores, pondo termo ao esquecimento a que durante muitos anos esteve relegada.



No final de cada ano, tal como prometeu na sua candidatura em 1988, Paulo Valadão, deputado eleito pelas Flores, realizou sessões públicas em todas as freguesias, para prestar contas da sua actividade na Assembleia Regional. Na nossa deslocação à ilha das Flores, assistimos a uma sessão promovida em Fajã Grande. A sala da escola primária estava cheia e, no final da exposição de Paulo Valadão, vários presentes colocaram questões sobre problemas que lhes tocam de perto



Mesmo na ilha das Flores, a natureza sofre as agressões da presença do homem. Na foto, a lagoa da Lomba encontra-se infestada de plantas aquáticas que, de ano para ano, crescem cada vez mais, receando-se a sua transformação em pântano. O deputado Paulo Valadão já reclamou a limpeza da lagoa, mas até ao momento nada ainda foi feito



A desactivação da Estação Francesa de Medidas poderá trazer consequências negativas para a ilha, se não forem encontradas soluções justas para os portugueses que lá trabalham. A CDU defende que os imóveis lá existentes sejam postos ao serviço da comunidade, devendo o mesmo princípio ser aplicado em relação aos da Estação Rádio Naval das Flores que, segundo já foi anunciado, deverá também encerrar

Defendemos apoio permanente para a agro-pecuária na Região

A agro-pecuária continua a ser um sector económico fundamental para os Açores, embora seja verdade que, em termos de Produto Regional Bruto, o sector terciário é já maioritário. Em percentagem, cerca de 25 por cento resulta do sector primário, 20 por cento do sector secundário e o restante pertence ao sector terciário. A produção de leite e carne constitui cerca de 80 por cento da actividade do sector primário, sendo que sector industrial está fundamentalmente ligado à transformação de produtos resultantes da pecuária. Como nos referiu Mário Abrantes, membro suplente do CC do PCP e da Comissão Coordenadora da CDU/Açores e candidato por S. Miguel, «apesar do decréscimo que se tem verificado nos últimos anos, existem ainda entre 12 a 15 mil famílias dependentes da lavoura, designação que abrange a produção de leite e carne. Contudo, indirectamente dependente da pecuária, está toda a indústria de derivados do leite e parte significativa do terciário depende da capacidade financeira da lavoura, do sector primário. O comércio, por exemplo,

ressente-se sempre de quebras registadas na pecuária». Como recorda, «já 1981, antes da integração de Portugal na CEE, o PCP alertava para as consequências altamente negativas para a economia da região». A integração plena, segundo Mário Abrantes, «veio provocar uma crise no sector». Antes de 1986, a Região dos Açores era responsável por 20 por cento do abastecimento de leite e derivados do mercado nacional, o que significava escoamento garantido para 80 por cento da produção regional de leite e carne. «A perda progressiva do mercado seguro no Continente sem alternativas, e a diminuição da emigração que funcionava como válvula de escape para a falta de emprego na região, vieram criar uma situação nova, que se caracteriza por uma quebra significativa na procura e consequentemente, uma baixa dos preços», afirma Mário Abrantes, que acusa ainda o governo regional de ter enterrado «a cabeça na areia, deixando que a situação se agravasse». A discriminação no acesso aos subsídios comunitários

coloca os produtores em situação desigual. Para beneficiar de subsídios o agricultor tem de ser considerado a tempo inteiro, isto é, precisa que 80 por cento dos seus rendimentos sejam provenientes do sector e que mais de 50 por cento do seu tempo seja ocupado nesta actividade. «Muitos dos agricultores desenvolvem uma parte de agricultura de subsistência e são produtores leiteiros como actividade complementar, outros têm um emprego remunerado, outros ainda são pescadores e como complemento têm vacas. Toda esta gente é excluída dos esquemas de apoio». Na base desta crise estão as mil milhas que separam o arquipélago do continente. Hoje é mais barato importar produtos da Holanda, por exemplo, que mandá-los vir dos Açores. Face a esta situação as soluções não são muitas: «ou se aposta na reestruturação completa do sector pecuário e na

reconversão da agricultura regional, e isso implica uma alteração completa (não se sabe bem em que sentido) ou então, tendo em conta as condições favoráveis na Região para a produção de leite e carne, se tenta aproveitá-las da melhor forma, criando a nível regional as compensações necessárias para a perda de competitividade e capacidade de concorrência, resultantes da distância que separa os Açores dos seus mercados».

É neste sentido que a CDU defende a elaboração do POSEIMA 2. Os comunistas consideram que deverão existir medidas de carácter permanente, «porque a distância é permanente, a insularidade é permanente e as condições desvantajosas em que se produz aqui vão manter-se para sempre. Se são condições específicas permanentes tem de haver medidas específicas permanentes como compensação pela integração».

CDU
açores

PCP-PEV



Mário Abrantes, membro suplente do CC e candidato por S. Miguel, advoga a continuação do peso da agro-pecuária na região, única forma, em seu entender, de defender os interesses de milhares de agricultores ligados ao sector

Esta posição fundamenta-se no facto de que, mesmo com as actuais dificuldades, «não existe ao nível de outros sectores da economia açoriana capacidade competitiva semelhante à do agro-pecuária».

Em oposição ao PSD e ao PS de Mário Machado, que

advogam a reconversão total e a não dominação da agro-pecuária e apontam como prioridade o turismo, a CDU defende a continuação do peso da agro-pecuária na Região, defendendo os interesses de milhares de agricultores ocupados no sector.

Sou candidato e apoio a CDU/Açores

Maria José Fraga Amaral
Independente, cabeça-de-lista pela Ilha do Corvo

A Ilha do Corvo tem estado esquecida e ao propormos o voto na lista da CDU afirmamos que seremos na Assembleia uma força política dinâmica, com intervenção muito frequente sobre os problemas do Corvo. Trabalharemos para encontrar solução para o transporte aéreo, que garanta quer a quebra do isolamento, quer uma maior possibilidade da nossa ilha ser visitada por turistas; defendemos a operação regular no Corvo de um navio de cabotagem que ligue esta ilha às demais, em boas condições de frequência, segurança e qualidade de serviço, garantindo o regular abastecimento e a exportação em boas condições do gado e outros produtos. Com a eleição de um deputado CDU haverá uma mudança positiva na Ilha do Corvo.

Gilberto Freitas
cabeça-de-lista pela Ilha Terceira

Não tenho filiação partidária, sou candidato da CDU na qualidade de independente. Escolhi a CDU porque não me identifico com as políticas, com as práticas e com os objectivos das outras forças políticas. Encontrei na CDU um espaço político aberto, onde cabe gente de diferentes origens e profissões, de diversas sensibilidades políticas e religiosas, um espaço de acção democrática, participativa,

criativa e, onde, além disso, não há brigas pelo poder, não há disputa de lugares. Na CDU todos temos o nosso lugar, os nossos méritos e fazemos ouvir a nossa voz. Estou sinceramente convencido da importância da presença da CDU na Assembleia regional, por isso assumi conscientemente candidatar-me e dar o meu contributo para que a Coligação Democrática Unitária tenha um bom resultado eleitoral.

Branca Correia

candidata pela Ilha Terceira

Sou candidata CDU porque é a força política que melhor exprime as aspirações das mulheres a uma vida mais digna. São as mulheres que detêm as taxas mais elevadas de precariedade no trabalho, de desemprego. O emprego feminino continua muito concentrado num conjunto de profissões de baixo nível de qualificação. As mulheres são uma pequena percentagem em acções de formação profissional. A sua remuneração média mensal é inferior à dos homens. Só uma pequena percentagem de crianças é abrangida por cheques ou infantários. Estou certa que os eleitos da CDU lutarão para que a sociedade açoriana reconheça, valorize e assegure um estatuto de igualdade e plena cidadania para as mulheres.

António Nunes

candidato pela Ilha Terceira sindicalista, membro da Direcção da DORAA do PCP

A CDU é a única alternativa credível de esquerda. A direita

reforçou o seu leque partidário com a candidatura de Mário Machado à presidência do governo e com o surgimento da AD-A, composta pelo CDS e o PPM e com destacados ex-dirigentes do PSD, liderada por Borges de Carvalho, conhecido como o grande suporte do PSD na região durante 14 anos. A eleição de um deputado CDU pela Terceira é uma garantia de que os interesses e direitos dos trabalhadores, das camadas mais desfavorecidas serão defendidos, bem como assegura a defesa descomprometida das necessidades do desenvolvimento da nossa ilha de toda a Região Autónoma dos Açores.

Emílio Ribeiro
Independente candidato pela Terceira membro do Conselho Nacional da ID

O facto de ser independente não me distancia ideologicamente do contexto em que a CDU se apresenta às próximas eleições. Como membro da ID, associação eminentemente cultural e política, tenho a minha filosofia orientada no sentido da construção de uma democracia socialista. A participação anterior da CDU na Assembleia Legislativa Regional salda-se por todo um trabalho que se pode considerar único em termos de seriedade, de defesa dos direitos dos trabalhadores e do progresso das ilhas. Foi a CDU o porta-voz e defensor das aspirações mais gerais da população. O aumento do número de deputados da CDU enriqueceria a própria democracia interna do

parlamento, porque é a força mais dialogante e a que mais consensos procura.

Luís Bruno

cabeça-de-lista pelo Faial

A diferença da candidatura da CDU reside por um lado no grau de empenhamento dos candidatos e de confiança que o eleitorado pode depositar neles. Por outro lado, existe ainda uma grande diferença nas grandes opções sobre o futuro desta região, sobre a qualidade de vida que os seus habitantes devem ter. É relevante ainda afirmar que temos no Faial a lista mais jovem que alia pessoas que estão ligadas a actividades políticas há anos e outras que aparecem pela primeira vez como candidatos. Todas elas têm uma intervenção muito activa na vida social e cultural da ilha. A presença de muito demonstra que a CDU tem um projecto político alternativo às restantes forças políticas, que é aberto a um largo conjunto de pessoas de vários sectores da sociedade.

Luís Naves

membro da dir. reg. Sindicato dos Trabalhadores da F. Pública do Sul e Açores apoiante no Faial

Apoio a CDU na perspectiva de que contra uma maioria absoluta do PSD não se deve defender apontar para uma maioria absoluta do PS, porque entendo que não existem nenhuma garantias nem da parte do PS nem do próprio Mário Machado de que a

situação possa mudar. Os trabalhadores da Função Pública têm muito más experiências com governos de maiorias absolutas e recordo que Mário Machado foi até à data o único candidato a defender que era preciso reduzir a administração regional, o que me parece perigoso. Também por isso apoio a eleição de deputados da CDU como uma força que traga o equilíbrio e impeça o *quer posso e mando* que qualquer maioria absoluta pode vir a determinar.

Hélder Escobar

coordenador da União dos Sindicatos da Horta candidato pelo Faial

Integro pessoalmente as listas da CDU porque creio que ficou demonstrada a necessidade da presença e a indispensabilidade da participação do deputados da CDU na Assembleia Regional, nos últimos oito anos. É reconhecida a contribuição que José Decq Mota deu no parlamento entre 1984-88, tal como é reconhecido o valor do trabalho desenvolvido pelo deputado Paulo Valadão entre 1988-92. A participação de deputados da CDU na Assembleia permitiu a alteração e a correcção de muitos aspectos da vida dos açorianos e isso é reconhecido publicamente. É fundamental aumentar o número de deputados da CDU porque é a única força de esquerda, representada na Assembleia Regional, que está com os trabalhadores e com as camadas mais desfavorecidas da população.

José Serpa

cabeça-de-lista pela Ilha do Pico

Aceitei encabeçar a lista da CDU pela ilha do Pico porque tenho pressa de viver onde as necessidades elementares dos cidadãos estejam satisfeitas e onde não seja necessário lutar diariamente para conseguir as coisas mais simples, desde o pão fresco à hora do pequeno-almoço, ao quilo de chicharros frescos, até às mais complicadas como assistir ao nascimento dos filhos na sua própria terra. O meu Partido, assim como as restantes forças que compõem a CDU, tendo desde sempre defendido uma política de maior desenvolvimento económico, social e cultural, teve sempre a coragem de apontar em tempo útil as soluções possíveis para a saída deste marasmo. Só assim a democracia como nós a entendemos pode ser uma realidade.

Emanuel Jorge Botelho
Professor, poeta e escritor

Candidato por S. Miguel

Porque, connosco, os ideais não desfaleceram, porque, connosco, o norte cresce para o norte, porque connosco o viver não se acomoda. Nós somos uma parte essencial da reserva do que já foi; da coragem do sacrifício, da alegria, do sonho. Estamos, assumidamente, à margem do erro, da mentira, da deturpação. Estamos aqui. E é neste aqui (e com ele) que queremos construir a casa do amanhã. Neste espaço e neste tempo, respiramos à vontade. Nós somos a CDU, nos Açores!



ado, teve sucesso. Este ano, novas lutas estudantis se

Os, mais alunos por sala te um Governo

terá de gastar oito mil 786 escudos em livros, enquanto no 7.º ano de escolaridade a quantia sobe para 12 mil 530 escudos. Uma subida brutal para quem esteja habituado aos mil 835 escudos gastos por uma criança do 1.º ciclo.

Note-se que o ensino obrigatório é de nove anos e que a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que «o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito».

Outra das características deste ano lectivo é o aumento significativo do número de alunos por sala, numa estratégia que visa o despedimento de elevado número de professores. Para além da injustiça para inúmeros profissionais que a situação revela, toda a pedagogia desaconselha turmas com 25 ou 30 alunos, sobretudo quando se conhecem as elevadas taxas de insucesso escolar no nosso país.

No distrito de Évora, o

Sindicato dos Professores da Região Sul dá conta da seguinte situação: na escola C+S André de Resende o número médio de alunos por turma passou de 25, o ano passado, para os actuais 30; em Montemor-o-Novo a secundária local passou essa média de 23 para 25 alunos; na C+S de Mourão a subida foi de 23 para 25; e na preparatória de Vila Viçosa passou-se de 25 para 28 alunos por turma.

No distrito de Évora muitas escolas estão a funcionar no limite máximo da sua capacidade ou mesmo excedendo-a: na preparatória de Santa Clara estudam 950 alunos para 34 turmas; na secundária André de Gouveia estão 1350 alunos, na C+S de Mora atingiu-se o limite máximo de 310 alunos e em Montemor a secundária tem 912 alunos para uma capacidade máxima de 600.

mplo as crianças tória de Mangualde?

este ano lectivo Mangualde é us».

por 24 turmas. O m² e têm que as salas, dividas em madeira, há a instalação Musical

adadas e o seu casa de banho em arrecadados audiovisuais de limpeza.

e a instalação tais esforços. nto (6 salas, copiosamen-

te. No passado mês de Agosto, aquando das chuvas, as salas ficaram com 5 cm de água. No Inverno, estas salas só podem ser usadas em metade do seu espaço devido às infiltrações de água.

Na cozinha, o exaustor e a panela industrial estão avariadas. Na escola não se sabe bem que refeições poderão ser servidas às crianças. Naqueles dias de Agosto a água também foi ter à cozinha e ao armazém dos produtos alimentares.

O arquivo da escola é numa cave com metro e meio de altura e muita humidade.

Os pavilhões têm 20 anos.

A escola não tem espaço exterior coberto.

Extracto de um comunicado do Sindicato dos Professores da Região Centro datado de 11 de Setembro deste ano

Encontro de Quadros Professores Governo semeia ventos e vai colher tempestades

«Que ano lectivo?» para 1992/93 foi uma questão que serviu de pano de fundo para o Encontro Nacional de Quadros Professores do PCP, o fim-de-semana passado em Lisboa, onde se falou das condições de abertura das aulas, da reforma curricular que atinge os segundo, quinto e sétimo anos, dos problemas do ensino superior, do Orçamento de Estado para a Educação em 1993 e das reivindicações e desenvolvimento da luta dos professores. Nesta reunião, os professores elaboraram um documento intitulado «O compromisso dos professores com o povo português», que publicamos na página seguinte deste número do «Avante!», onde se apela ao desenvolvimento da luta no sector do ensino no sentido da criação «de um muito vasto movimento de opinião pública contra a política educativa da direita».

«O ministro Couto dos Santos mete a cabeça no chão como a avestruz para não ver o défice escolar com que muitas escolas abriram o ano lectivo», diria Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, na conferência de imprensa que se seguiria ao encontro e onde foi feito um balanço desse chamado «défice escolar»: a degradação de instalações, a falta de salas de aula e de outros espaços, os problemas de equipamento; a sobrelotação de estabelecimentos de ensino nas áreas urbanas e o aumento do número de alunos por turma para tornar possível a dispensa de professores; o corte de verbas para as funções escolares básicas, a dispensa de pessoal auxiliar afectando inclusive a segurança mínima de muitos alunos, foram alguns dos problemas levantados.

«Gags» de Cavaco

«É no quadro deste agravado défice escolar que Cavaco Silva, segundo anuncia a imprensa, vai enviar às escolas uma carta sobre a "batalha da qualidade". Parece um "gag" daqueles velhos e deliciosos filmes do cinema português...», ironizaria Edgar Correia.

Também a reforma em curso do ensino secundário mereceu críticas do dirigente comunista: «milhares de alunos estão transformados em cobaias do improvisado e da completa falta de

condições em que se iniciou a reforma curricular» diria, para acrescentar que «os professores e os seus sindicatos, o Partido Comunista Português, previram há muitos meses e alertaram insistentemente contra esta situação. Estamos agora à vontade para amarrar o Governo ao pelourinho da opinião pública».

Talvez por isso os professores comunistas estejam convencidos que este não será, uma vez mais, um ano pacífico para o Ministério da Educação, Ministério que «tem semeado ventos, vai colher inevitavelmente tempestades», diria Edgar Correia aos jornalistas.

A continuação da política de estrangulamento financeiro das Universidades; um *numerus clausus* que limita este ano a 26 mil as vagas abertas para 60 mil candidatos; a tentativa de impor um substancial e inconstitucional aumento das propinas que os estudantes recusam, são razões para as «tempestades» que se avizinham nas universidades.

Mas o ministro Couto dos Santos arrisca-se a igualmente «colher tempestades por parte dos professores» quando «lança muitos milhares no desemprego (nomeadamente do CPES/ES, educadores de infância e outros); quando promove a instabilidade profissional e bloqueia a normal progressão na carreira de muitos docentes; e quando se prepara para impor em 1993 uma escandalosa redução dos

salários reais, que os professores já deixaram claro que não vão aceitar e contra a qual manifestam a sua disposição de luta».

Gravíssimas consequências

O Encontro de Quadros Professores comunistas assinalou também o protesto das autarquias locais «que justamente recusam assumir mais responsabilidades na área do ensino, sem uma efectiva transferência dos indispensáveis recursos financeiros» e assinalou o descontentamento de muitos pais e encarregados de educação, «justamente preocupados com o crescente encarecimento do ensino público (que deveria ser progressivamente gratuito a todos os níveis), com o preço dos manuais escolares, e com o abaixamento da qualidade do ensino».

O desinvestimento na educação que o Governo anunciou e que pretende concretizar já no próximo Orçamento do Estado com um corte de cinco por cento que significará, na realidade, um decréscimo de investimento do Estado na Educação da ordem dos 14%, representa, segundo os professores comunistas «uma opção de gravíssimas consequências nacionais» já que Portugal está na cauda da Europa e à distância educativa de décadas de outros Estados da CEE pelo que os PCP defende que «um efectivo progresso no domínio da educação e do ensino constitui um dos factores decisivos para ultrapassar o atraso económico e social e para contrariar condições desiguais no domínio da cooperação internacional que nos são impostas pelos países mais desenvolvidos e pelas transnacionais».

Um objectivo que «está posto em causa pela decisão do Governo» em fazer cortes orçamentais nesta área. «Com uma política de desinvestimento na educação, com a desresponsabilização crescente do Estado das suas obrigações, com a redução da importância do ensino público e, objectivamente, com a degradação da sua qualidade, assim não vamos lá», concluiu Edgar Correia.



O Encontro Nacional de Quadros Professores fez um balanço negativo à abertura do novo ano lectivo

Jovens comunistas sobre abertura das aulas Não há omeletes sem ovos

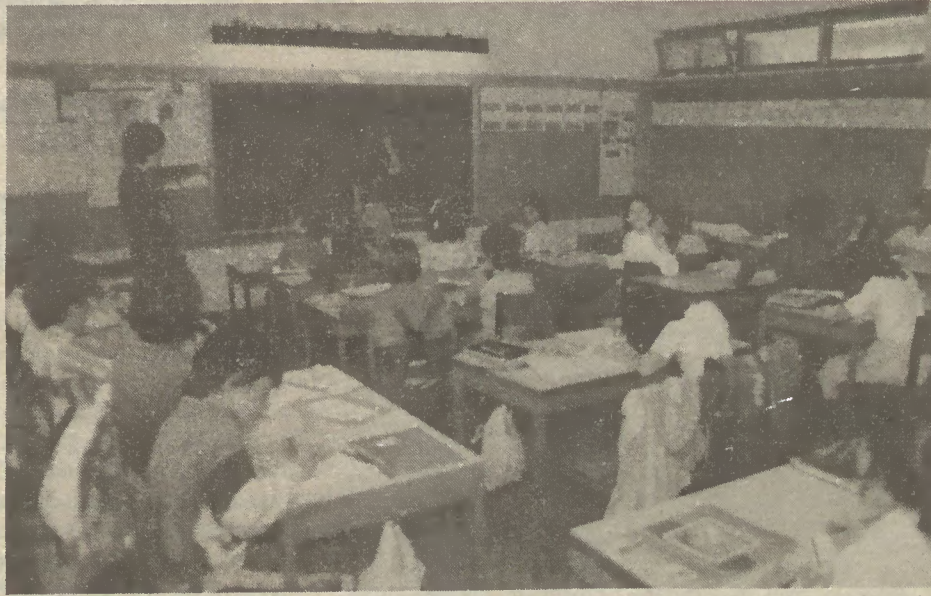
Escolas sobrelotadas, instalações insuficientes, falta de professores, insegurança, preço elevado e desactualização de muitos manuais escolares, foram alguns dos problemas assinalados em relação à abertura do ano lectivo pela Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) que reuniu no último fim-de-semana.

Aquela estrutura da JCP registou «com preocupação» o facto de o anunciado Orçamento de Estado para 1993 conter cortes sensíveis para a área da Educação: «não se fazem omeletes sem ovos» dizem os estudantes comunistas num comunicado divulgado após a reunião onde também manifestam as suas preocupações relativas ao novo sistema de acesso ao Ensino

Superior, nomeadamente no que diz respeito às provas de aferição e específicas.

A coordenadora da organização do secundário da JCP assinala no entanto que as alterações introduzidas no sistema de acesso ao ensino superior e a abolição da PGA «ficam a dever-se às fortes lutas estudantis do passado ano e constituem uma inegável vitória dos estudantes».

Para os jovens comunistas o principal problema é o *numerus clausus*, um problema que «ficou mais uma vez por resolver, negando assim a milhares de estudantes a hipótese de prosseguir os seus estudos, apesar de terminarem o ensino secundário com aproveitamento e demonstrarem interesse e capacidade para ingressar no ensino superior».



O compromisso dos professores com o povo português

O primeiro dos deveres profissionais dos professores é para com os seus alunos e consiste em darem o melhor do seu saber científico e pedagógico, em disponibilizarem toda a sua dedicação à instrução e formação das crianças, dos jovens com quem partilham, ano a ano, um tempo muito importante das suas vidas.

Perante o povo português e em particular perante os alunos, é porém indispensável e imperativo assumir que a situação em que se encontra o sistema educativo português - ainda agora evidenciada na abertura do ano lectivo - não permite realizar esse dever e é em absoluto desmotivante e impeditiva de um ensino de qualidade e de uma vida escolar bem sucedida para todos os alunos.

O parque escolar desadequado e cada vez mais degradado, a falta de salas de aula e de outros espaços, a questão dos equipamentos escolares, a sobrelotação de escolas e de turmas, a falta de pessoal administrativo e auxiliar (afectando seriamente o apoio à acção educativa e condições mínimas de segurança de muitas escolas), a grave carência de verbas para assegurar aspectos básicos do dia-a-dia das escolas, os enormes estrangulamentos no financiamento do ensino superior constituem verdadeiros cancro do sistema educativo.

Soma-se a isto a completa improvisação e a falta de condições que caracterizam a generalização da reforma curricular nos 2º, 5º e 7º anos e a aplicação do novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico.

A Reforma Educativa só terá sucesso se dignificar os diversos saberes, se entender os alunos também como sujeitos do acto educativo e produtores do seu saber e se recorrer a metodologias não académicas e livrescas, voltadas para todos e não elitistas. Requer, pois, atitudes inovadoras e livres e não constrangimentos formais ou o apontar para objectivos irrealizáveis.

A frequência da escola pública é cada vez mais cara. Se considerarmos que, por exemplo, quem tenha filhos a iniciar o 5º ano de escolaridade só em livros tem de gastar 12 a 13 contos, estamos perante um claro incumprimento do preceito constitucional e da Lei de Bases do Sistema Educativo que afirmam a gratuitidade do ensino básico. Frequentar o ensino superior é cada vez mais difícil: o Governo tenta impor o aumento das propinas. Apesar de pagarmos mais impostos, continuamos a ter uma escola e uma educação degradadas e de baixo nível.

Queremos mais, exigimos tudo a que os portugueses têm direito: reclamamos que todas as crianças e jovens portugueses estudem em escolas claras, bonitas e abertas, em turmas que permitam uma relação atenta e humanizada, com recreios que convidem às brincadeiras felizes, com instalações gimnodesportivas onde se faça a educação física, e se pratique o desporto, factor de crescimento, com bibliotecas e laboratórios onde se aprenda o humanismo tolerante e solidário, o rigor científico, a atitude reflexiva e o espírito de descoberta. Com cantinas, com espaços e tempos para conceber e desenvolver projectos comuns, que façam da escola vida, construam a autonomia e nos entusi-

asmem. Onde se possam desenvolver e experimentar capacidades e aptidões.

Não abdicamos desta verdade até hoje indelével: a ciência, o saber, o conhecimento e as formas da sua produção evoluem - a Química não é sempre a mesma Química; a História não é sempre a mesma História; a Matemática não é sempre a mesma Matemática. As afirmações do M.E. num recente programa televisivo denotam um preocupante desconhecimento acerca da educação. Por isso, senhor ministro, repudiamos as afirmações que produziu, dignas de uma idade das trevas, e exigimos formação para os professores.

Os professores portugueses, como teve de reconhecer, são homens e mulheres de cultura, têm perante o saber uma atitude de modernidade - a formação contínua tem de responder às necessidades dos professores e do sistema. Não pode ser um somatório de acções para gastar até Dezembro

salários reais que o Governo lhes quer impor em 1993, erguem com determinação a bandeira da luta pela justiça social - não aceitam, como nenhum trabalhador aceitará -, que o combate à inflação se faça à custa dos rendimentos do trabalho, e lutam por um aumento salarial justo. Protestam contra o desemprego e a instabilidade do emprego. Lutam contra o impedimento à normal progressão da carreira. Reclamam o pagamento das dívidas por parte do Ministério. E sabem, com uma convicção muito forte, que esta luta, este empenho se inscrevem, sem margem para dúvidas ou tibiezas, nos seus deveres profissionais e de cidadania.

Queremos tudo, exigimos o melhor para Portugal. Queremos escolas boas, professores bem informados e convenientemente preparados. É por aqui, também, que passa o sucesso dos alunos. Não exclusivamente por novos despachos de avaliação produzidos talvez mais por maus do que por bons motivos (a diminuição, ou mesmo eliminação, só nas estatísticas das vergonhosas taxas de insucesso em Portugal). Seguramente passa por um Orçamento de Estado que faça face às enormes carências do ensino em Portugal. O OE que o Governo propõe seguramente não o permitirá.

Estando o PSD no Ministério da Educação há uma dúzia de anos, seria bom que tivesse a coragem de prestar contas sobre a evolução do insucesso escolar neste período, apesar da demagogia das medidas que tomou. Por aí se veria a eficácia da política e da gestão da educação conduzidas pelo PSD.

Somos profissionais. Exigimos o reconhecimento público pela enorme importância e responsabilidade social do trabalho que fazemos. Esta luta encerra também ela muito de educativo para as jovens gerações. Não temos dúvidas que também aqui saberemos dar o exemplo. Disso nos orgulhamos. Os professores comunistas não cruzarão os braços perante as dificuldades. Lutarão sempre e

sempre por uma escola de sucesso para Portugal. Enquanto profissionais. E enquanto cidadãos.

Por isso, o Encontro Nacional de Quadros Professores, promovido pelo PCP, apela ao indispensável desenvolvimento e intensificação da luta dos professores, nas próximas semanas, quer em torno dos seus interesses socioprofissionais, quer da defesa da qualidade do ensino e de uma verdadeira Reforma Educativa, e apela à convergência da luta dos professores com a dos estudantes, dos pais, com a intervenção das autarquias locais, e com a dinamização de um muito vasto movimento de opinião pública, contra a política educativa da direita e por uma Reforma Democrática da Educação que concretize os princípios, valores e objectivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo

Lisboa, 26 de Setembro de 1992

Encontro Nacional de Quadros Professores do PCP



de 1993 os milhões da CEE. Tem de ajudar a construir uma escola para o nosso tempo. Não pode resumir-se a dar resposta a exigências administrativas.

Os professores portugueses, contribuintes como os demais trabalhadores, exigem o respeito pelo direito inalienável ao trabalho. Por isso, sublinham com um sentimento de profunda repulsa a insensibilidade com que o ministro da Educação se referiu aos muitos milhares de professores, muitos e muitos com largos anos de serviço que ficaram desempregados, sem direito a subsídio de desemprego, também eles pais e mães com encargos familiares, a demagogia com que recorreu ao chavão da justiça social para insultar os estudantes em luta contra a injustiça do aumento brutal das propinas, a grosseria com que se dirigiu ao Ensino Superior Público.

Por mais grosseiras e cínicas que sejam as posições do Governo e do ministro da Educação, os professores não se deixarão ferir na sua dignidade, nem se deixarão abalar na sua razão.

Por isso, os professores não aceitam a redução dos seus

A abertura do ano lectivo ou a doente demagogia do ME

■ Paulo Suçena

Os ministros da Educação do PSD passam e o Ministério da Educação mantém-se igual a si mesmo. Ou seja, incompetente, ineficaz e ignaro, perverso, prejudicial e demagógico.

O Ministério da Educação não é um ministério é um reino em que os ministros-reis se sucedem sem que nenhum apresente algo de novo ao país, antes se limitando a respeitar a tradição, isto é, a prosseguir uma política educativa desastrosa para Portugal porque desajustada das realidades, néscia nas suas finalidades, antidemocrática nos seus propósitos concretos.

Agrava esta situação o facto dos reizinhos do ME se investirem todos como monarcas absolutos, graniticamente surdos às recomendações da oposição parlamentar, perfeitos bonzos perante as reivindicações sindicais, puros arcanjos esvoaçando em celestiais esferas, incapazes de perceberem o brutal e profundo descontentamento que grassa entre professores, alunos e encarregados de educação.

E porque assim é, Couto dos Santos, o novo monarca absoluto, limitou-se a dizer no início de mais um ano lectivo o que os seus antecessores sempre proclamaram: abriu na perfeição. Aos olhos dos professores, alunos, funcionários das escolas e encarregados de educação a afirmação parece absurda; porém, ela não o é na mente de Couto dos Santos.

Sendo o poder absoluto solitário, nada mais natural que o ministro da Educação feito à pressa esmalte a medíocre, tacanha, retrógrada realidade educativa que o rodeia, que os seus antepassados e ele próprio criaram, de cintilantes proezas geradas na onírica solidão em que jaz.

Na verdade, o discurso de Couto dos Santos é um nado-morto, nada tem a ver com a vida. Esta continua a caracterizar-se, neste início do ano lectivo, por um parque escolar degradado na sua generalidade, em muitos casos sobrelotado e falho de segurança, por escolas sem ginásios, sem cantinas nem bufetes ou tendo-os sem funcionar por falta de pessoal, por escolas carecidas de bibliotecas, de laboratórios e outros espaços pedagógicos especializados ou exibindo-os com uma penúria de apetrechamento confrangedora, por um começo das actividades lectivas diferido no tempo mas que mesmo assim não oculta a falta inicial de professores, por um corpo docente desencantado e revoltado com as condições de trabalho, com a situação profissional e salarial, com o ingresso e a progressão na carreira e com as expectativas de futuro que o ME, dia a dia, inexoravelmente, lhes frustra, com o incremento de uma

gestão das escolas claramente antidemocrática, sofrendo de fortes estrangulamentos no plano pedagógico, falsamente alicerçada numa autonomia sem recursos financeiros e outros, com alunos e pais descontentes com a falta de uma política de Acção Social Escolar justa e com o preço dos livros da escolaridade obrigatória, que por o ser também é gratuita, e secundária e com o preço das propinas no ensino superior.

Acresce a tudo isto, tornando mais sombria a abertura deste ano lectivo, o desprezo ministerial pela educação pré-escolar que mantém há anos, numa espera desesperada, centenas e centenas de educadores a aguardar a abertura de lugares e uma vez mais subtrai à educação especial os meios necessários a um trabalho minimamente eficaz e digno.

A reforma curricular: peça negra no negro currículo do ME

A solidão política do ME arrasta-o para uma solidão verbal impossível de se coadunar com a realidade objectiva. Assim, chama reforma curricular a uma precária revisão de programas, realizada sem uma visível coordenação geral, com equipas constituídas sem critérios claros, sem uma assumida e rigorosa definição de currículo, sem matrizes programáticas harmonizadas entre si.

De outro ângulo, a "reforma curricular" parece ter sido levada a cabo apenas por especialistas das disciplinas não sendo nítida a intervenção de especialistas de Psicologia do Desenvolvimento (em alguns casos) e de especialistas em Sociologia da Educação, em contextos educacionais e em currículo, quase sempre.

Não se teve em conta a importância da multiforme realidade contextual nem o papel dos professores como gestores do currículo o que parece pressupor a defesa de uma escola burocraticamente controlada. Ideia que se reforça perante um currículo de âmbito nacional, excessivamente académico e disciplinar, patentemente prescritivo e estruturado, transformando os professores em simples executores técnicos, o que pressupõe um controlo a nível central.

A atenção a questões mais particulares mostra uma área-escola em que os aspectos organizativos não estão devidamente formulados, sendo indefinidos ou ambíguos tanto nas orientações dos programas como na documentação de apoio; mostra uma reforma feita por disciplinas e não por áreas, no 2º ciclo, como está previsto, o que dificulta uma visão articulada e globalizada; mostra que alguns programas são demasiado extensos o que exige uma formação profissional do professor suficientemente sólida para proceder a uma adequada gestão e eficaz hierarquiza-

quando exercem as funções destes. Por outro lado, os orçamentos para o ensino superior são de tal modo desajustados que muitas escolas se viram obrigadas a despedir docentes enquanto sofrem a pressão dos alunos que em várias Faculdades decidiram não pagar os valores das novas propinas, reivindicando simultaneamente melhores condições de ensino-aprendizagem e maiores apoios sociais.

Sob este terreno convulso perfilam-se os variados e complexos problemas do desenvolvimento das carreiras nos ensinos universitário e politécnico.

O OE/93 ou a política de desintegração na CE

Portugal é o país da CE com maior índice de analfabetismo, com a menor taxa de frequência na educação pré-escolar, com os mais elevados índices de insucesso escolar,

com um fraco cumprimento da escolaridade obrigatória, com a mais baixa taxa de frequência do ensino superior, com um corpo docente aufferindo vencimentos inegavelmente degradados face ao custo de vida, com escolas com orçamentos paupérrimos perante as exigências que uma efectiva democratização do ensino lhes coloca.

Sendo estes alguns dos traços da situação educativa portuguesa, que faz o algi bebe quando estende sobre os joelhos o tecido orçamental? Corta-o à sua medida política que sendo reaccionária é pequena. Por isso, o Orçamento para a Educação sofre restrições como seja o corte de 5% relativamente ao de 1992 ou como seja o desrespeito pelo índice de inflação previsível para 1993.

Tal política vai piorar a educação e o ensino em múltiplos vectores e vai agravar o clima de descontentamento entre os professores que jamais aceitarão um aumento salarial de 4,5%.

O decurso dos anos tem vindo a provar que afinal a Educação não constitui uma prioridade dos governos de Cavaco Silva, muito menos a prioridade das prioridades, como o comprova a distância a que se ficou dos propagandeados 7% do PIB para a Educação, em 1992 (nem aos 6% se chegou!).

O que se constata afinal é que o Governo de Cavaco Silva não pretende integrar Portugal na CE antes pretende enterrar o país no seu ancestral atraso. A sua política orçamental para a Educação vem ajudá-lo nesse propósito.

Contra a sombria política do ME a luminosa luta dos professores

O Governo e o Ministério da Educação pretendem inequivocamente prosseguir a sua política reaccionária, atentatória dos direitos e da dignidade dos professores, geradora de desigualdades e injustiças sociais, promotora de cada vez maiores atrasos em relação aos países desenvolvidos, fonte de desmotivações, abandonos e desistências.

Deste modo, é necessário que os professores mobilizem todas as suas energias, coesão e determinação na luta pelo seu já antigo caderno reivindicativo, por uma revisão do ECD de onde sejam eliminadas todas as questões injustamente gravosas para os professores tal como a candidatura e o tempo exigido para alcançar o topo da carreira, por uma revogação da legislação iníqua como a Portaria 1218 que não respeita todo o tempo de serviço prestado, por uma fixação correcta dos seus vencimentos de acordo com a importância das funções que desempenham, por uma gestão democrática das escolas, por uma formação contínua de qualidade e ajustada às necessidades individuais, de grupo, de escola ou conjunto de escolas, por uma revisão salarial para 1993 de acordo com critérios justos e ajustados à realidade presente e passada (inflação previsível, perda de poder de compra, participação nos ganhos da produtividade e aproximação aos vencimentos da CE).

É preciso lutar porque é urgente derrotar a política do ministro da Educação, um ministro sem perfil, incapaz de um rasgo inovador, apagado e servil seguidor da política cavaquista, continuador acrítico e impreparado dos seus antecessores.

É imperioso derrotar Couto dos Santos, heterónimo de si mesmo, ministro do nada, pensamento de ninguém.



ção de conteúdos; mostra que há livros didácticos produzidos com base em programas que depois foram alterados assim como houve reformulação de programas antes da experiência ser concluída.

Esta "reforma curricular", desenvolvida atabalhoadamente, sem apoios minimamente consistentes aos docentes e às escolas, condenada portanto a um maior ou menor fracasso, traz perversamente implícita a ideia de que com ela a prática educativa vai melhorar como que automaticamente e se tal não acontecer isso se deve aos professores.

Há todavia um aspecto positivo a assinalar no decurso do lançamento da reforma - a não experimentação do modelo de avaliação dos alunos proposto pelo Ministério-Carneiro no Despacho nº 162/ME/91. Todavia, o Despacho nº 98-A/92 que revoga aquele, apesar de apresentar melhorias em relação ao anterior, contém dificuldades interiores e exteriores à sua correcta aplicação nos 2º, 5º e 7º anos em que a reforma foi generalizada a todo o país.

É necessário a sua clara dilucidação entre professores, alunos e encarregados de educação de modo a dotar a comunidade dos utensílios críticos necessários a um rigoroso juízo sobre as aprendizagens e seus contextos na escolaridade obrigatória.

O ensino superior e a política inferior do ME

O ano lectivo de 1992/93 abre convulsionadamente no ensino superior. Por um lado, mantém-se o congelamento dos escalões, incluindo os de 1990 (ainda não foram pagos no ISEL), continua sem solução a reivindicação dos Professores Auxiliares de serem pagos como Associados

Não ao aumento das propinas

- uma luta que continua

Objectivo de há muito considerado na política do PSD, o propósito do aumento das propinas foi lançado no início do ano lectivo 91/92 e defrontou com uma forte, continuada e crescente oposição por parte dos estudantes em inúmeras acções muitas das quais de grande expressão.

Surpreendido com a acção estudantil, o Governo promoveu uma enorme campanha de mistificação, não fez a auscultação das Associações de Estudantes legalmente exigida, acelerou o processo legislativo apresentando os projectos nesse sentido na A.R. em pleno período de exames e de férias e concretizou a sua aprovação pela maioria do PSD, pensando que assim acabaria com a luta.

Tal não aconteceu. O início do ano lectivo, marcado por uma forte movimentação dos estudantes do ensino superior - contra o aumento das propinas, pelo cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino superior público, pela garantia da qualidade de ensino e por um efectivo sistema de apoio social -, aí está a desmentir as perspectivas do Governo do PSD.

Uma poderosa onda mistificadora foi lançada desde o início do ano para justificar o aumento das propinas. Disse e diz o Governo que é uma medida de justiça social, que é "para melhorar o ensino", que se está a gastar o dinheiro dos contribuintes, que não se trata de aumentos mas de actualizações, que estão a aplicar valores próximos dos estabelecidos em outros países da CEE. Na realidade não é assim. A lei do aumento das propinas é o contrário de tudo isso:

- **É inconstitucional** porque o aumento brutal das propinas viola o texto constitucional quando este diz "incumbe ao Estado (...) estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino".

- **É injusto** porque quer obrigar os estudantes a suportar não só uma parte significativa dos custos do ensino, mas também da investigação incluindo a que a universidade faz para as empresas e ainda custos de outras unidades anexas à universidade.

- **Não resolve e agrava as injustiças e desigualdades sociais.** A invocação pelo Governo de critérios de justiça social para o aumento das propinas cai pela base. A justiça social deve começar por ser promovida no âmbito do sistema fiscal (é aí que se devem criar as condições para tributar os rendimentos de forma progressiva para que os mais elevados paguem proporcionalmente mais). Não é essa a política do Governo que fala de justiça social, mas promove uma política de classe em favor dos grupos monopolistas e de agravamento das desigualdades sociais, de que são exemplo a concessão em 1991 de mais de 120 milhões de contos de isenções fiscais para os seus amigos, nomeadamente grupos financeiros estrangeiros e especuladores bolsistas, a entrega de 10 milhões de contos a um conhecido monopolista do passado e o gasto de mais de 40 milhões de contos no Centro Cultural de Belém.

A aplicação dos aumentos das propinas vem associar-se aos elevados custos exigidos pela frequência do ensino superior (livros e outro material didáctico, necessidades de formação cultural diversificada, residência, refeições, transportes). Uma verdadeira política de justiça social passa por um efectivo sistema de apoio social que permita aos estudantes com menos possibilidades fazer face a todas estas exigências de modo a tornar possível, a todos os que têm capacidade para isso, a frequência do ensino superior com aproveitamento. Mas isso o Governo não faz.

Com o aumento das propinas, para além dos sectores sociais já excluídos do ensino superior pelos elevados custos da sua frequência, novos sectores sociais serão afastados por não terem condições para suportar as exigências financeiras das propinas associadas a outras despesas de frequência.

Como factor suplementar de injustiça social, aparece ainda a forma de apuramento dos orçamentos familiares, na base do IRS, conduzindo à penalização dos rendimentos do trabalho (trabalhadores por conta de outrem) já que nos outros rendimentos é frequente a fuga ao fisco, facto comprovado pela própria experiência de funcionamento dos serviços sociais das universidades.

- **Penaliza os trabalhadores-estudantes** que, para

além dos problemas resultantes da maior parte das universidades não terem cursos nocturnos, são agora sujeitos ao pagamento integral das propinas no caso de não acabarem o curso no número de anos que este tem acrescido de mais dois. Podem comprometer-se assim os estudos de muitos daqueles que tendo uma actividade profissional intensa, vão fazendo disciplinas ao longo dos anos.

- **É um aumento brutal.** Para o ano lectivo 92/93 são previstas propinas no valor mínimo de 12% das despesas das universidades, para 93/94 - 20% e para 94/95 - 25%. Mas não se trata apenas do aumento das percentagens sobre as despesas na base do que são no ano 92/93, para além do aumento das percentagens ano a ano (12%; 20%; 25%), as próprias despesas sobem de ano para ano, induzindo novos aumentos e apontando tudo isto para propinas de centenas de contos por ano. Por outro lado, as disposições que estabelecem estes valores são transitórias, depois de estarem aplicadas o Governo pode vir a aumentar as percentagens para muito acima dos 25% e basta não alterar os escalões dos rendimentos familiares para que em pouco tempo a quase totalidade dos estudantes esteja a pagar propinas elevadíssimas. Há ainda a salientar que os critérios são completamente discricionários, penalizam os cursos técnicos e podem colocar os estudantes da mesma área ou curso em duas universidades diferentes uns a pagar o dobro dos outros.

- **Introduz as propinas mais caras da Europa,** desmentindo as afirmações do Governo quando diz aplicar os valores médios existentes em outros países europeus. Tal facto não é admissível quando se conhecem as diferenças de nível de vida entre Portugal e a generalidade dos países da CEE, se sabe que Portugal tem a percentagem de frequência do ensino superior mais baixa da Europa e se tem consciência do importante papel que uma larga expansão do ensino superior assume no desenvolvimento do país (na Dinamarca, Alemanha, Grécia, Irlanda e Inglaterra os estudantes não pagam propinas para frequentar o ensino superior e nos restantes países as taxas não ultrapassam os 8% das despesas das universidades).

- **Não vai melhorar o ensino** pois a proposta do Governo é para diminuir as verbas do Estado para o ensino superior, fazendo os estudantes pagar uma parte, na linha da sua política de desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público bem patente na perspectiva de redução real do próximo Orçamento de Estado para a educação que atingirá igualmente o apoio social aos estudantes.

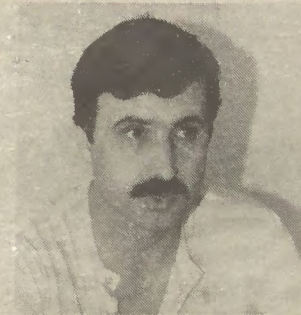
- **Falando sistematicamente do dinheiro dos contribuintes,** o Governo quase que apresenta os gastos no ensino superior como um desperdício, ou uma coisa apenas do interesse das pessoas que estudam, quando às **verbas gastas no ensino superior são um investimento fundamental** para o desenvolvimento do país na formação de base de quadros que vão influenciar o futuro de Portugal até meados do século XXI.

A política do Governo subjacente ao aumento das propinas é assim não só contra os interesses dos estudantes e das suas famílias, mas é também uma política de comprometimento do progresso de Portugal.

Na concretização dos seus objectivos, a par da utilização intensiva da comunicação social e do aparelho de estado, o Governo procurou mobilizar a influência hegemónica da direita no Movimento Associativo do ensino superior para neutralizar a luta estudantil.

Entretanto, a postura da JSD no Movimento Associativo ao serviço da política de direita não só não conseguiu impedir o desenvolvimento da luta, como contribuiu para um esclarecimento de muitos jovens sobre o conteúdo da sua intervenção no movimento estudantil, que teve importantes consequências. Levou a uma redução significativa da sua influência com sérias derrotas da partidarização do M.A., ao crescimento de sentimentos de unidade e ao aumento da influência das listas que os traduzem.

Com uma prática de defesa da política do Governo, ou encenando uma oposição e um diálogo que visa sempre a passagem do fundamental das medidas governamentais, mais uma vez o PSD e a JSD apareceram a partir da base que ainda influenciavam a propor o chamado "contrato social" com referência a contrapartidas para o aumento das propinas, no momento em que se desenvolve um



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão
Política

A política do Governo subjacente ao aumento das propinas é não só contra os interesses dos estudantes e das suas famílias, é também uma política de comprometimento do progresso de Portugal.

forte movimento com o objectivo de impedir a sua aplicação.

A exigência do movimento estudantil da garantia do cumprimento por parte do Estado das suas responsabilidades no financiamento do ensino público, a adopção dum efectivo sistema de apoio social aos estudantes, a melhoria da qualidade do ensino, o estabelecimento de regras de qualidade para o funcionamento do ensino superior privado, a avaliação das instituições do ensino superior, são objectivos de luta associados e inseparáveis da resistência ao aumento das propinas que representa o problema mais imediato a que é preciso dar resposta.

O objectivo da proposta do "contrato social" não é contribuir para resolver qualquer destes problemas, mas sim a pretexto de possíveis cedências do Governo em questões de menor importância - a assinalar numa qualquer cerimónia já preparada com o ministro da Educação ou o Primeiro-Ministro - fazer passar o aumento das propinas.

Uma forte determinação de resistir ao aumento das propinas cresce nos dirigentes associativos e nos estudantes. Apesar de só agora as aulas se terem iniciado, realizaram-se e estão em curso importantes acções. Intervenções nos senados com intenso debate, ocupações e retiradas (provocando faltas de quorum). Realização de RGAs e Assembleias Magnas. Intensa acção de esclarecimento e propaganda. Ao mesmo tempo alarga-se o apelo para novas acções. Os estudantes contam com a convergência de professores e funcionários, sensíveis à gravidade da situação neste grau de ensino como ficou expresso no acontecimento que constituiu a aprovação por unanimidade no senado da Universidade de Coimbra duma moção a exigir a reapreciação da lei do aumento das propinas.

Na continuação deste movimento é necessária a inserção das estruturas mais coerentes, na dinamização de todas as estruturas associativas e na sua coordenação e uma permanente ligação dos dirigentes associativos aos estudantes com o acompanhamento das suas opiniões e perspectivas.

Trata-se dum embate decisivo, de qualquer forma um primeiro embate. É o princípio duma nova fase da luta contra o aumento das propinas.

A concretizar-se a aplicação da lei do PSD sobre as propinas, à imposição dos aumentos, não vai seguir-se a melhoria da qualidade do ensino. Os estudantes a par de propinas elevadíssimas irão continuar a defrontar-se com carências que poderão mesmo agravar-se em consequência da real redução de verbas do orçamento da educação para o próximo ano.

O Governo está a acrescentar aos gravíssimos problemas do ensino superior, para além dos efeitos imediatos, uma autêntica bomba-relógio. Seja qual for a evolução das próximas semanas, a luta contra o propósito do aumento das propinas vai desenvolver-se. Tal como sucedeu com a PGA, quanto mais longe for o Governo na sua prática prepotente de ignorar as opiniões e protestos maior será a sua derrota.

O PSD está a cair num grande equívoco se pensa que, com o seu autoritarismo e em violação da lei fundamental do país, pode aprovar as leis que entender, por mais iníquas e irrealistas que sejam e que isso não tem profunda oposição e resistência.

É inevitável que se desenvolva a luta contra a sua política antidemocrática e antipopular em termos gerais e que cresça a resistência e oposição à aplicação das leis que a sustentam. Assim está acontecer com a luta contra o aumento das propinas.

Não tenham ilusões, podem criar dificuldades e problemas, como tem acontecido, mas não conseguirão meter a sociedade portuguesa no apertado colete de forças da sua política e das suas leis.

Militarizados

Evolução e Direitos

O Acórdão n.º 308/90 do Tribunal Constitucional diz a dado passo que o qualificativo de "Militarizado" aponta para "uma realidade que, por definição, ou na essência, não é militar mas recebe certas características típicas da instituição militar...".

Para o pessoal militarizado, a denominação é qualquer coisa que fica entre a carne e o peixe caindo mais para um lado ou para o outro, consoante os interesses em cada momento em jogo.

No essencial, o Pessoal Militarizado encontra-se na órbita da Marinha.

Com sensivelmente 1200 homens, distribuídos por 6 grupos profissionais — Polícia Marítima, Polícia dos Estabelecimentos de Marinha, Troço de Mar, Cabos-de-Mar, Práticos da Costa do Algarve e Faroleiros — este pessoal está inserido no Sistema de Autoridade Marítima, prestando um serviço de grande valia para o país. Basta imaginar o que seria a costa portuguesa sem faroleiros...

Evolução

Em 22 anos, o Dec-Lei que criou o quadro de partida deste pessoal — o 618/70, de 14/12 — sofreu modificações várias ao nível da denominação e quantitativo de categorias profissionais pertencentes ao Quadro. Dois aspectos são de destacar:

1.º — A sujeição, desde sempre, de três categorias — Polícia Marítima, Troço de Mar e Polícia dos Estabelecimentos de Marinha — ao Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e Código de Justiça Militar (CJM);

2.º — A incorporação de novas categorias — Práticos da Costa do Algarve, Faroleiros e Cabos-de-Mar — neste foro de sujeição.

Em 22 anos e de forma progressiva, assistiu-se à militarização deste quadro, até ao cúmulo de os sujeitar ao mesmo quadro de restrições de direitos dos militares.

O Acórdão do volte-face

Ganhando consciência para a situação em que se encontravam, o Pessoal Militarizado da Marinha (PMM) age e consegue que a Provedoria da Justiça solicite ao Tribunal Constitucional a verificação de constitucionalidade da sua sujeição ao RDM e Código de Justiça Militar (CJM).

O Acórdão n.º 308/90 do TC declarou inconstitucional a aplicação do RDM e CJM ao Pessoal Militarizado da Marinha.

Tratou-se de uma decisão que pôs fim ao reino de um absurdo que durante anos fez as suas vítimas.

Sem Estatuto Profissional e sem sujeição ao RDM e CJM, por força do Acórdão do Tribunal Constitucional, o PMM ficou no vazio legislativo.

Associativismo

A motivação gerada pelo Acórdão do TC, a degradação da situação socioprofissional deste pessoal, o crescendo de sobreposições de competências entre estes e um outro conjunto de organismos e forças no que respeita ao cumprimento de missões no quadro do Sistema de Autoridade Marítima, a ausência de um Estatuto Profissional que enquadre, defina e perspetive deveres, direitos e regalias, carreira, etc., as desigualdades de que padecem relativamente a outras forças similares, fundamentalmente o não terem os mesmos benefícios dos do activo nos primeiros nove



anos de reforma, despertaram o caminho associativo como passo óbvio, a quem, como ser social, pretende intervir para ver dignificada a sua profissão e respeitados os seus direitos.

Assim, é constituída a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM) e a Associação Sócio-Profissional dos Polícias Marítimos e Cabos-de-Mar (ASPPMCM).

Ambas as Associações, independentemente do seu âmbito e ângulo de visão, nos contactos que tiveram na AR, nomeadamente com o Grupo Parlamentar do PCP, vincaram o problema da inexistência de um Estatuto, como questão central e a sua enorme preocupação quanto ao futuro do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), tendo em conta o novo conceito de fronteira externa da Comunidade Europeia.

É que o Governo foi lesto em retirar o SAM do enquadramento orgânico da Marinha passando-o para a responsabilidade directa do MDN, mas tal iniciativa do Governo não só não foi acompanhada de qualquer informação aos Militarizados, como igualmente não foi acompanhada de um quadro perspectivador quanto ao futuro. Enfim, cavaquices com que este Governo vem habituando os portugueses!



Sindicalismo, Stop

Como não poderia deixar de ser, o Poder veio a terreiro tentar travar o desenvolvimento associativo.

Por despacho do Almirante CEMA Fuzeta da Ponte (no qual estão delegados, por parte do MDN, os poderes administrativos do Sistema de Autoridade Marítima), são emitidas duas circulares. Uma vincula o PMM, para efeitos disciplinares, ao Estatuto dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local. A outra pretende refrescar a memória do Pessoal Militarizado para a sua sujeição ao Art.º 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA). Ainda e sempre o 31!

Mais preocupados com as dinâmicas associativas do que em elaborar estudos e medidas que dêem a este pessoal o elementar direito a um Estatuto; mais preocupados em tapar administrativamente a boca do que promover um diálogo institucionalmente digno, os passadistas agitam o espantinho sindical.

Paralelamente, coloca-se um problema de duvidosa legalidade quanto à competência do CEMA para definir a sujeição dos Militarizados da Marinha ao Estatuto dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local.

Na verdade, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), no seu Art.º 57.º (competência dos Chefes de Estado-Maior dos Ramos), alínea m) diz: "Administrar a Justiça e a Disciplina no respectivo Ramo, nos termos da Lei". Ora, o CEMA definiu a lei com que ele próprio administra a justiça e a disciplina, e isto é da competência da Assembleia da República, salvo melhor entendimento.

Para o efeito concreto, estamos portanto em presença de funcionários públicos sujeitos à doutrina do Art.º 31.º da LDNFA.

Trata-se de uma situação que tem tanto de duvidosa como de aberrante!

Alterar o Art.º 31.º

A proposta de Projecto de Lei apresentada em Julho último pelo Grupo Parlamentar do PCP, visando alterar o regime de restrições ao exercício de direitos pelos militares, ou seja, alterar o Art.º 31.º da LDNFA, contempla, como não poderia deixar de ser, o problema deste quadro de pessoal.

E fá-lo excluindo os Militarizados da sujeição ao Art.º 31.º. Em boa verdade, trata-se de afirmar como princípio para este pessoal o do seu carácter civilista.

O PCP não exclui a possibilidade de, após análise às funções de cada categoria, aceitar que num futuro (e já urgente) Estatuto, sejam contempladas disposições que acautelem determinados aspectos.

Paralelamente, torna-se urgente que o Governo diga o que pretende no que respeita ao futuro do Sistema de Autoridade Marítima e aja de forma diferente da que tem utilizado no que respeita aos militares, nomeadamente que tenha em conta os estudos e opiniões dos técnicos e promova um diálogo sério e institucionalmente digno com os Militarizados.

O humanismo revolucionário do socialismo cubano no discurso de Cienfuegos

Eram mais de oitenta mil. Metade da população da cidade concentrara-se naquele terreiro, frente à tribuna, para ouvir Fidel.

Sobre o fundo amarelo de milhares de camisolas uma inscrição azul. Cinco palavras de um poema eterno de Antonio Machado: «Se hace camino al andar.»

Apenas uma faixa se repetia no enorme recinto: «Para que Martí siga viviendo».

Cuba, espartana, economiza também as palavras.

Foi em Cienfuegos, a 5 de Setembro. Era dupla a comemoração. Festejava-se o 39º aniversário do Assalto a Moncada e o 34º da insurreição cienfueguera, quando o povo da cidade se rebelou na base naval contra a ditadura de Batista.

Pela primeira vez houve atraso na celebração do 26 de Julho porque naquela data Fidel Castro estava em Espanha, na Cimeira Ibero-Americana.

promissos do antigo Estado soviético na área da economia são jogados às urtigas.

Metade do petróleo

O discurso já ia adiantado quando Fidel abordou a questão da Central nuclear.

Primeiro falou da Revolução e da sua defesa. Inventariou êxitos. Recordou que, nos Jogos Pan-Americanos, Cuba ganhou mais medalhas de ouro do que os EUA, acontecimento inédito na história desportiva do Continente. Nas Olimpíadas de Barcelona, Cuba obteve o quinto lugar, conquistando o dobro das medalhas de ouro conseguidas conjuntamente pelo resto da América Latina, pelo Canadá e o Caribe. Essas vitórias foram alcançadas num momento em que o país está submetido a severas restrições no abastecimento de alimentos e combustíveis e sofre simultaneamente as consequências do bloqueio mais prolongado de que há memória — um bloqueio imposto pelos EUA e que viola princípios do Direito Internacional mundialmente aceites.

Ao estabelecer a ponte entre as conquistas olímpicas e a Revolução, Fidel recordou factos históricos. Já no início do século XIX, antes da presidência de Monroe, os governantes norte-americanos afirmavam que Cuba se tornaria parte dos EUA tão seguramente quanto uma fruta madura cai da árvore por força da gravidade. O bloqueio e a agressividade têm raízes seculares.

Fidel aflorou, a seguir, aspectos da História recente. «O desaparecimento do campo socialista — salientou — foi uma grande tragédia, mas não abateu o moral dos cubanos». Cuba resiste.

Nenhum outro país, creio, o poderia fazer nas condições de isolamento e cerco que atingem a Ilha.

De um momento para o outro, 70% da capacidade de compra do Estado desapareceu. Fidel citou números, desceu a minúcias. Anos atrás, uma tonelada de açúcar permitia comprar quase oito de petróleo. Hoje a venda de uma tonelada de açúcar apenas proporciona recursos para a aquisição de 1400 quilos de petróleo...

A meio do discurso, uma boa notícia. Cuba, contrariando previsões pessimistas, repetidamente publicadas pela imprensa europeia e norte-americana, teve uma boa safra de açúcar: 7 milhões de toneladas. Poderia dizer-se uma ótima safra, porque foi obtida com pouco mais de 30% dos recursos tradicionalmente disponíveis em combustíveis, transportes e outros factores de produção.

O milagre pedido por Fidel há um ano produziu-se: obter uma boa safra sem fertilizantes nem pesticidas e com um mínimo de gásóleo. As pragas foram controladas por meios biológicos; os adubos substituídos com vantagem pelas bactérias, ou seja, pelas inovações revolucionárias da biotecnologia.

A nova relação de preços existente entre o petróleo e o açúcar coloca, porém, o povo perante uma situação dramática. Recorrendo a uma metáfora, pode afirmar-se que o açúcar é hoje o combustível que faz funcionar o país. Com os preços actuais, «cada central térmica, cada locomotiva, cada camião, cada automóvel — as palavras são de Fidel — está consumindo açúcar. É como se, em vez de deitarmos toneladas de combustível, deitássemos toneladas de açúcar. Hoje os nossos veículos estão andando com açúcar trocado por petróleo na proporção da 1 para 1,4».

Conclusão: «Somente o socialismo e somente a Revolução teriam podido fazer frente a um golpe tão terrível como o que nos atingiu em consequência de acontecimentos cuja responsabilidade não é nossa (...) Por isso digo hoje nesta comemora-

Boris Ieltsin. É um capítulo da história do qual o Estado cubano sai engrandecido e o russo em posição moralmente indefensável.

A central nuclear

O projecto da Central de Cienfuegos — dois reactores de 440 megawatts cada um — nasceu há 20 anos. Foram então assumidos compromissos, assinados contratos, estabelecidas condições de pagamento e responsabilidades e tarefas para cada uma das partes. Em Outubro de 1989, quando a crise soviética se aprofundava, um convénio intergovernamental sintetizou o essencial dos contratos firmados. O seu texto não era susceptível de discrepâncias interpretativas. O juro seria de quatro por cento, com pagamentos escalonados por 12 anos (após cinco não contabilizados). Não estavam previstas despesas cubanas em divisas; a Ilha não poderia fazê-las.

Houve dificuldades durante a execução do gigantesco projecto. Concluída, a Central de Cienfuegos permitiria a Cuba poupar 1 200 000 toneladas de petróleo por ano, ou seja um quinto do combustível que o país importará em 1992.

A parte cubana cumpriu rigorosamente. Em Abril p.p., 90% da construção estava terminada. Apesar das enormes carências que afectam o país, 350 mil metros cúbicos de concreto foram absorvidos pelas obras. Cuba investiu no empreendimento desde o início 1100 milhões de dólares. Uma cidade com mais de 2000 fogos foi erguida como base de apoio à Central, além de uma vasta e complexa rede de infra-estruturas.

O governo cubano esperou que o Estado russo, herdeiro das responsabilidades internacionais da URSS, honrasse os compromissos assumidos. Isso não aconteceu.

Em Abril p.p., uma delegação russa deslocou-se a Havana e apresentou condições inaceitáveis para a conclusão da Central.

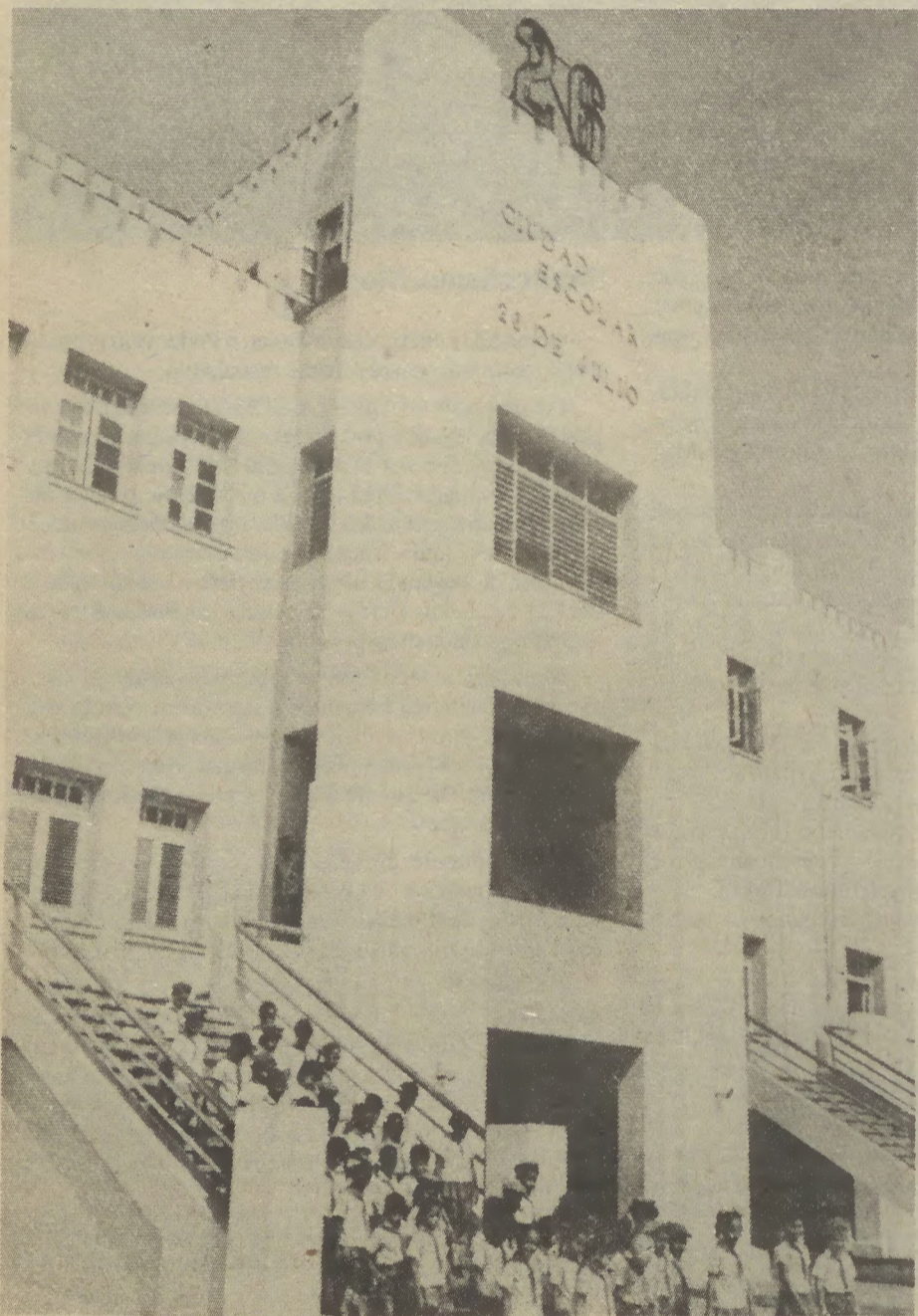
1. Cuba teria de adquirir no Ocidente, por sua conta, uma parte do sistema automático.
2. Os materiais seriam transportados em condições FOB e não CIF, isto é, Cuba, com uma débil marinha mercante, e sofrendo as consequências do bloqueio norte-americano, seria obrigada, de repente, ao impossível.
3. Cuba teria de contrair empréstimos no valor de 200 milhões de dólares. Isto num momento em que Moscovo sabe da impossibilidade absoluta da obtenção por Cuba de quaisquer empréstimos ou créditos de bancos e organismos internacionais.

O governo cubano informou Moscovo de que as novas condições inviabilizavam o projecto. Foram-lhe então dadas garantias de que receberia uma resposta definitiva sobre novas propostas russas. Tal resposta não chegou.

Em Cienfuegos, os trabalhos, entretanto, prosseguiram. Os técnicos russos continuavam a receber mensalmente salários no valor de 300 mil dólares (em divisas).

Três dias antes dos actos comemorativos do 26 de Julho, Fidel reuniu-se com os trabalhadores de Cienfuegos. Eles foram os primeiros a tomar conhecimento da decisão cubana de suspender a construção da Central.

Somente depois, Fidel Castro se dirigiu ao seu povo e ao mundo. No discurso pronunciado não houve, aliás, críticas directas à Rússia. O azedume esteve ausente. Os factos, porém, eram esclarecedores. Sob o governo de Boris Ieltsin, a Rússia enquanto se-insere, caoticamente, no mundo capitalista desenvolve uma política externa de pequena potência. Muitos com-



O comandante-chefe da Revolução cubana falou durante duas horas. Somente ele, creio, poderia pronunciar aquele discurso.

Fidel é um orador excepcional, talvez o mais completo e eficaz do século XX. Não penso, porém, que a qualidade da sua oratória explique, por si só, o choque do encontro de Cienfuegos.

Cuba — insisto sempre no paralelo e na imagem — é hoje uma cidadela defendida por um povo que, considerado globalmente, se comporta como os heróis de Homero e Xenofonte. Quando volto a Havana, levo na bagagem a Ilíada e o Anabasis. As epopeias gregas são a minha leitura na travessia do Atlântico; facilitam o reencontro.

Para um europeu, a primeira surpresa, quando Fidel se dirige ao povo, é o silêncio da massa; um silêncio absoluto, que lembra o da alta montanha — impossível em Portugal.

Fidel aparece sempre com papéis. Mas não os lê; improvisa. No seu discurso o efeito é inseparável do conteúdo, da forma, do estilo, da atmosfera do diálogo, da relação entre o dirigente e a parcela do povo que o escuta.

A Cienfuegos, levou naquela tarde uma notícia que justifica o qualificativo de terrível — uma notícia capaz de abater o ânimo de outro povo que não o seu. E, contudo, quando transmitiu essa informação e analisou o quadro envolvente, a massa, com uma serenidade marcada pela dor, respondeu com uma prolongada ovação.

Fidel revelou que o governo de Cuba havia tomado a decisão de suspender a construção da Central Electronuclear de Cienfuegos.

O improvisado foi, então, interrompido. O que ele iria dizer exigia rigor. Cada palavra, cada número, ficariam na memória colectiva. Leu um documento encaminhado ao governo de



■ Miguel Urbano Rodrigues

ração histórica que se antes acreditava muito no socialismo, agora acredito muito mais, se antes acreditava na Revolução, agora acredito muito mais» (...).

Aplausos e lágrimas

Foi, então, que Cienfuegos entrou no discurso.

Cienfuegos tem sido uma província martirizada. A sua fábrica de nitrogénios parou. A fábrica de cimento e as indústrias de materiais de construção paralisaram também. A grande refinaria, no terminal do oleoduto de Matanzas, não pode funcionar porque não há combustível.

Cienfuegos é uma província particularmente afectada e, apesar disso, tem cumprido exemplarmente na frente da agricultura e na frente, decisiva, da participação popular.

A essa cidade, a essa província, a essa gente, Fidel anunciou na comemoração do 39.º aniversário da Revolução um **desastre**: a suspensão da construção da sua grande central electrónica de Juraguá, a obra que se torna emblema, orgulho e esperança dos cienfuegueros.

A paralisação pode ser definitiva, pode significar o fim de um sonho. Fidel foi directo ao assunto.

Na Central trabalharam já 12 000 operários e técnicos. No início de Setembro eram 7000. Em qualquer país capitalista seriam despedidos. Mas não em Cuba, terra socialista. Na Ilha bloqueada e que aperta o cinto, submetida a um processo de asfixia por falta de combustível, nem um só daqueles 7000 trabalhadores ficará sem emprego.

Ali mesmo, Fidel esboçou o futuro possível para os **construtores** de Cienfuegos que o aplaudiam, alguns com lágrimas nos olhos. Muitos irão para Varadero, inseridos no sector turístico, outros serão colocados em diferentes ramos industriais, outros ainda permanecerão em Cienfuegos para que as estruturas do gigante inacabado não se degradem. Porque existe a esperança de que o projecto não morra e possa ser retomado. Quem sabe, adiantou Fidel, pode ser que «apareça uma solução que justifique plenamente o esforço».

O governo russo saiu tão enlameado deste episódio que não se exclui a probabilidade de um recuo. E há outra hipótese. Em Cienfuegos comentava-se a recente visita do ministro do Orçamento da França e a atmosfera cordial das conversações; falava-se do donativo de 6 milhões de dólares enviado pelo presidente Mitterrand. Dizia-se também — os rumores são inevitáveis em tais momentos — que Washington já advertiu Paris: «Nada de ajudas a Cuba». Mas lembrava-se igualmente que a França foi na Europa o país pioneiro na construção das centrais nucleares e que, por vezes, reage de maneira inesperada às pressões do imperialismo norte-americano...

A memória dos heróis

Naquela jornada de Cienfuegos, com o povo a cantar, lembrei-me dialecticamente do palavreado de Cavaco sobre a



democracia do sucesso. Pensei nas prateleiras vazias dos supermercados cubanos e na fatura de produtos que os portugueses exibem e nas conclusões simplistas que daí extrairia qualquer epígono do governante algarvio. Entenderá essa gente o significado do poema de Antonio Machado («caminante se hace camino al andar») e o significado do combate e do exemplo de Martí? Perceberão algum dia os senhores do PSD o valor da humanização da vida? Compreenderiam o que se passou naquela tarde em Cienfuegos quando Fidel informou que nem um só dos trabalhadores da Central de Juraguá ficará sem emprego, sem salário e que na cidade e na província não haverá uma criança sem escola, sem assistência médica?

A palavra, felizmente, funciona em Cuba, assim como essa democracia directa dos grandes comícios cuja atmosfera perturba muitos visitantes europeus.

O povo de Martí tem consciência de que no combate pela continuidade da sua revolução está a lutar também por outros povos, por milhares de milhões de homens.

«Se trabalharmos bem, se lutarmos com inteligência — as palavras são mais uma vez de Fidel — se mantivermos a nossa união, a nossa firmeza (...) se não quisermos defraudar a confiança que em nós depositaram outros povos do mundo (...) que vêm em Cuba um símbolo de luta e resistência, símbolo que não podemos abandonar, símbolo que não podemos destruir, símbolo que não podemos atraiçoar, iremos adiante, encontraremos soluções para os nossos problemas».

Na Europa, tal discurso, dificilmente imaginável, seria logo qualificado de romântico, de irrealista. Mas em Cuba não choca. Funciona como estímulo. A epopéia corre pela vida como as águas de um rio pela floresta. Tornou-se parte do quotidiano. Protagonista de um combate ininterrupto que exige esforços quase sobre-humanos, o povo não se envaidece. Toma como rotina aquilo que noutros países apareceria como desafio épico.

A poucos metros do lugar onde me encontrava, os membros do corpo diplomático escutavam, com atenção concentrada, as palavras de Fidel Castro. O representante dos EUA (missão com estatuto especial embora não existam relações diplomáticas oficiais) estava muito sério. Melhor do que outros, ele compreendia o significado da homenagem do dirigente cubano aos heróis da época martiana, aos mártires da independência.

«Porque se um dia o imperialismo — assim terminou Fidel Castro — pudesse apoderar-se outra vez desta terra, onde teria de recolher, como disse Martí, o pó do nosso solo impregnado de sangue, se não percesse na luta, a memória dos nossos mártires e heróis seria varrida, a luta de mais de 120 anos estaria perdida. Nem os restos dos nossos heróis sobriariam, nada que lhes recordasse a história, nem um símbolo, uma estátua, um túmulo, um só nome de mártir em qualquer dos nossos hospitais, das nossas escolas, das nossas cooperativas, das nossas fábricas.

Sabemos isso e sabemos o que significaria o regresso do imperialismo e do capitalismo ao nosso país.»

*
* *

Tudo o que vira e ouvira na jornada de Cienfuegos quase me impediu de dormir. Eram muitas as emoções.

Modéstia revolucionária

Vejo em Fidel, de alguma maneira, o anti-herói. Poucos estadistas do nosso tempo terão combatido com tanto poder de convicção e tal insistência o culto da personalidade.

Não desconhece o seu carisma. Mas não tira dele qualquer sentimento de vaidade ou sequer de satisfação.

Bolívar é a personagem da História que mais admira. E, contudo, choca-o a obsessão do Libertador pela própria imagem, o temor que tinha do julgamento que dele faria a posteridade.

Para Fidel, um revolucionário «deve dar tudo (...) pelo triunfo de uma ideia, de uma causa, e não deve preocupar-se consigo mesmo».

Toda a glória do mundo, já dizia Martí, cabe num grão de milho. Fidel chegou à mesma conclusão. Acha que «devemos ser modestos e limitarmos-nos a cumprir o nosso dever dentro das nossas limitadíssimas possibilidades. É assim - esclarece - que entendo o meu

Meditava ainda no discurso de Fidel quando, de madrugada, desci até à praia próxima do hotel onde me hospedava. O sol não nascera quando entrei na água morna, quase quente, do Caribe.

Olhando do mar a terra baixa, muito verde, de Cienfuegos, doía-me a desumanidade da guerra não declarada que os EUA travam contra a pequena Cuba. Uma agressão filha do medo, do pavor quase irracional que o exemplo cubano inspira aos dirigentes do país mais poderoso do mundo.

Lembrei-me então de que na entrevista concedida ao comandante nicaraguense Tomás Borge (1), Fidel Castro define como farsa a teorização sobre a morte das ideologias, pois o mundo está hoje mais ideologizado do que em qualquer outra época.

Fidel sublinha que o fim do socialismo na Europa permitiu aos EUA erigir o neoliberalismo em ideologia oficial do capitalismo, em ideologia do imperialismo. A tese segundo a qual a História chegou ao fim com a actual hegemonia do neoliberalismo é, porém, um enorme disparate. Na sua conversa com Borge, Fidel afirma que a Humanidade está no meio de uma grande onda reaccionária, mas que depois virá novamente uma grande onda revolucionária.

É uma opinião que expressa bem o movimento da História. A praia-mar socialista e revolucionária chegará após a actual baixa-mar neoliberal e reaccionária, por mais imprevisíveis que sejam as formas de luta que farão subir essa futura maré...

Contemplando a bola vermelha do sol a elevar-se naquela manhã cienfueguera acima das copas dos coqueiros do areal, vieram-me à memória as palavras de confiança no futuro pronunciadas por Fidel.

Acredito que ele está certo ao dizer que as ideias progressistas voltarão a prevalecer no mundo. É uma questão de tempo.

Cuba, entretanto, espera, combatendo pela sobrevivência. O seu povo luta na fidelidade aos princípios.

(1) in Fidel Castro: Un grano de maíz — Conversación con Tomás Borge, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 305 págs., La Habana, Julho de 1992.

(Conclui no próximo número)

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Pois vá...

Ministros são do parecer de que o seu Primeiro tem carisma para Belém e lá o desejam ver.

O meu desejo também é vê-lo distantemente. Pois que vá para Belém... Belém do Médio Oriente.

Vida não deixa mentir

Na Crisal despedem 100. Noutra tal 200 vão. Aqui há mais dez sem pão lá, 20 pão não vão ter.

Desemprego, na verdade, já não é caso bicudo (diz Cavaco). A realidade é que vem estragar tudo...

O sinzinho

Sondagem após sondagem ia passando uma aragem de marcos, pelo caminho. Era, bombordo a estibordo, Um sim bem grande e bem gordo... ...afinal foi um sinzinho.

ù Que farei (diz o patrão alemão, todo a suar) com o tamanho deste não?

Há tremeliques no ar.

E eu fico pensando assim em como afinal um sim não basta para casar...

IRS, SOS

Saiu durante as férias um decreto. Às escuras saiu, quase secreto. Outras leis, mais sarilhos, novas loas, enquanto descansavam as pessoas.

Verba, em recibos verdes, se esboroa quando a lei de Cavaco os abalroa e paga-se às Finanças em directo muito mais do que estava no projecto.

Vejo eu agora bem como mentia quem dizia que Braga pretendia aumentar o imposto a quem trabalha.

Mais punhais no escuro, mais metralha? O decreto do Verão é «boa» nova para o bolso comum, como se prova...

Proibir

O Sindicato dos Professores da Região Centro acusou o ministro da Educação, Couto dos Santos, de pretender reprimir a liberdade de expressão dos professores ao emitir um despacho interno que proíbe aos docentes "todas as declarações, entrevistas ou quaisquer outras intervenções para órgãos de Comunicação Social sem a sua prévia autorização". O acto de proibir é um expediente dos fracos - aliás os poderes instituídos insistem sempre nele quando, inseguros da força da legitimidade, por este atalho garantem a legitimidade à força. Com Salazar foi sempre assim - e basta lembrarmo-nos dos célebres "compromissos de honra" exigidos aos aspirantes a funcionários públicos sobre o seu antecipado "repúdio" às "ideias subversivas" ou, naturalmente, da liminar proibição a qualquer cidadão (quanto mais a um funcionário público!) de dizer fosse o que fosse. Couto dos Santos acrescentou apenas mais uma pedra ao velho edifício que, paulatinamente, Cavaco Silva vai restaurando. Desta vez albergando uma "democracia de sucesso" que, agora, já faz prova de vida... proibindo.

Robôs

"Estou só à espera que um

de vós apareça com um robô que consiga fazer discursos públicos. De certeza que tornaria a minha vida e as vossas muito mais simples", disse George Bush, presidente dos EUA em campanha eleitoral, a uma assistência de cientistas no Novo México. A "boutade" é cristalina, na inadvertida ingenuidade em que às vezes prima o "humor político" americano: para o presidente dos EUA, os discursos públicos para esclarecimento eleitoral são uma maçada tão inconsequente, que mais valerá entregá-los a robôs. Com as coisas neste pé, não vale a pena esperar pela tecnologia. Entregue-se imediatamente as campanhas presidenciais dos EUA a quem de direito: uma boa trupe de palhaços, que ainda por cima dão a garantia de um trabalho realmente competente.

A frase

Já que estamos nas palhaçadas eleitorais dos EUA, não podia faltar o inenarrável vice-presidente de George Bush, Dan Quayle, que também faz o que pode para se reeleger. Há tempos lançou uma das suas típicas bacoradas sobre a popular série televisiva "Murphy Brown", o que lhe valeu, por parte do mundo do espectáculo, um dilúvio de gozos capaz de soterrar uma récuca. Mas não a Dan Quayle, que se yangloriou,

taxativamente: "Estou orgulhoso de que Hollywood tenha dedicado uma hora do tempo nobre de audiência para responder a uma só frase que pronunciei há meses". Que se há-de fazer? O pobre do homem nem ainda percebeu que já ninguém goza com ele por causa do cargo, mas já com o cargo, por causa dele...

O Inquérito

O ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, ordenou o levantamento de um inquérito aos incidentes ocorridos no sábado, em Ponta Delgada, durante um concerto promovido pela candidatura do PS às eleições regionais, que envolveram a PSP e de que resultou um jovem morto com um tiro na cabeça. Até aqui, percebe-se. O que não se compreende é por que o Governo de Cavaco Silva não se decidiu, igualmente, por um inquérito ao estranho caso de um apoiante do PSD que, no final da semana passada, durante um jantar eleitoral na Madeira presidido pelo próprio João Jardim, apareceu morto no interior de um barracão para onde fora previamente "convidado" a ficar encerrado, por estar a incomodar, com a sua exuberância, o fluir dos discursos jardienses sobre a democracia pêpêdê na Madeira...

frases da Semana

"Se o poder corrompe, o poder absoluto, no quadro de democracia degradada, corrompe absolutamente."

☞ (Carlos Carvalhas — «Público», 27.09.92)

"Tenho grande dificuldade em movimentar-me em táticas políticas porque mexo melhor com princípios e valores."

☞ (Cunha Rodrigues, Procurador-Geral da República — «Independente», 25.09.92)

"O ónus deste aumento de propinas cai sobre as escolas. Daí, a preocupação dos Conselhos Directivos e dos Directores. Somos nós que teremos de dizer aos alunos: vocês estão a pagar mais, mas continuam a não ter laboratórios em condições, a não ter os computadores, a terem poucos professores, as salas mal apetrechadas, a terem só um laboratório de línguas, a não terem papel higiénico nas casas de banho, etc., porque, de facto, não há dinheiro para essas coisas."

☞ (Vitor Jaboille, Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa — «Jornal das Nove», TV 2, 28.09.92)

"Para mim, o único mistério é o porquê do aparecimento deste programa agora, o que não pode ser inocente."

☞ (Iva Delgado — «O Jornal», 25.09.92)

"Já vi muitas televisões, mas foi a primeira vez, em toda a minha vida, que vi fazer a apologia de um criminoso."

☞ (Idem)

"Não recebo lições de ética jornalística de políticos nem de familiares."

☞ (Rui Araújo, Coordenador do Departamento de reportagens Especiais da RTP — «O Jornal», 25.09.92)

"(a reportagem transmitida) é exemplar em termos de ética profissional."

☞ (Artur Albarran, Chefe do Departamento de Notícias e Actualidades da RTP — «O Jornal», 25.09.92)

"Acho que seria preferível pôr Albarran a locutor de concursos, a não ser que se pudesse temer pela idoneidade dos resultados."

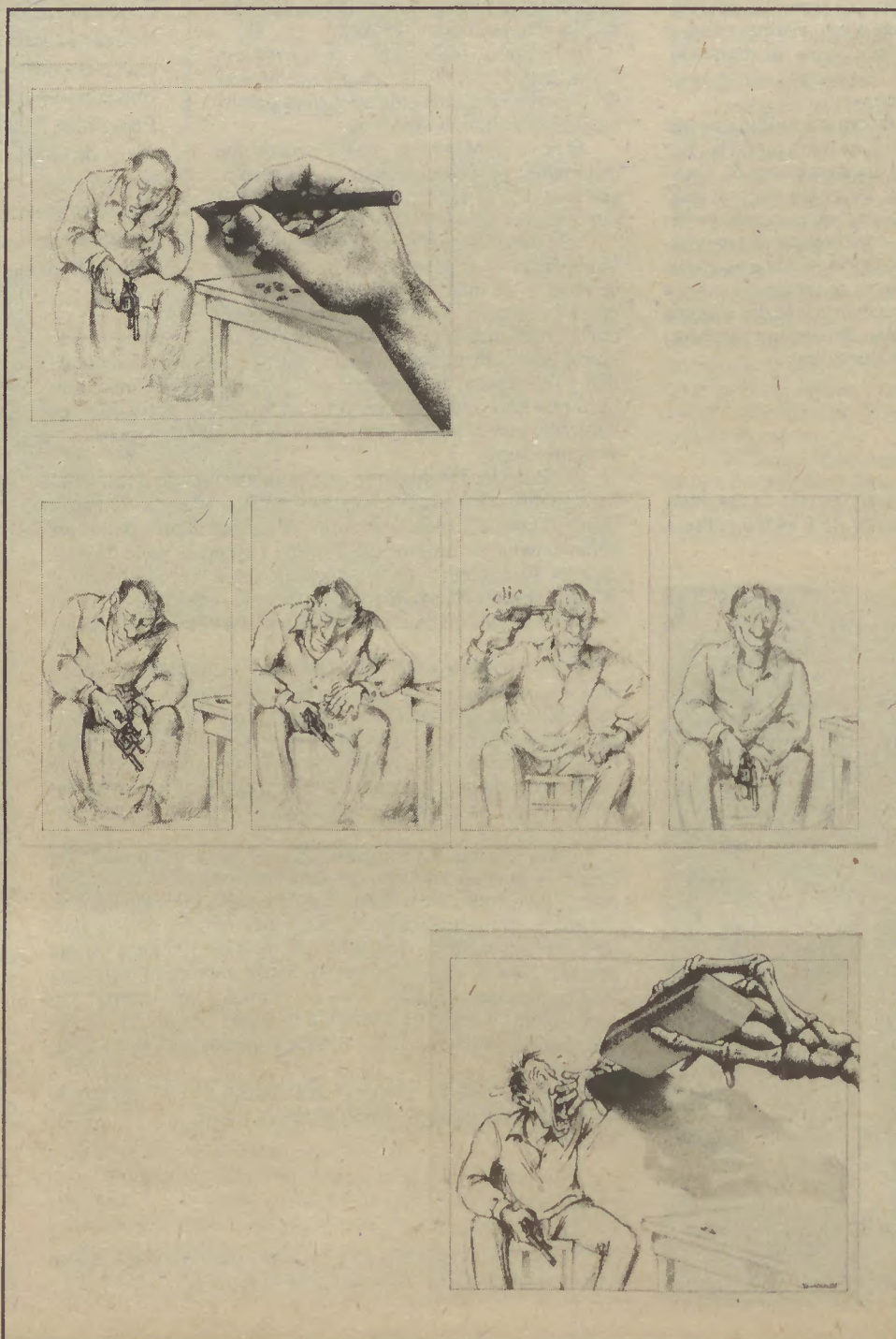
☞ (Francisco Sousa Tavares — «Público», 27.09.92)

"Uma coisa gostaria de dizer. Pelo menos na minha faixa de existência, não me lembro de ver alguém tão preocupado como está este governo actual em valorizar a língua portuguesa."

☞ (Roberto Leal — «Semanário», 26.09.92)

"Nunca aconselhei a fuga de Zézé."

☞ (José António Barreiros, advogado de José Manuel Beza — «O Jornal», 25.09.92)



**Acção nacional de esclarecimento
sob o lema**

NÃO A MAASTRICHT

Jornada de esclarecimento
com início em 1 de Outubro
com distribuição de folheto informativo
e bancas para recolha de assinaturas

*

Amanhã às 17h
no Porto:

**Sessão de esclarecimento
na Praça da Liberdade**

Portugal

de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.

SIM

Maastricht Não!

Partido Comunista Português



Reuniões e plenários

• PORTO

Sessão de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht promovida pela Organização da Cidade do Porto - sexta-feira às 17.00 na Praça da Liberdade.

• VISEU

Reuniões preparatórias do XIV Congresso no distrito: da Comissão de Freguesia de Guardão no Caramulo - amanhã, às 21.00, na casa do camarada Fernando Silva; da Comissão Concelhia de Nelas - sábado, às 21.00, em casa do camarada Mário Gandra.

• LISBOA

Reunião conjunta das células da EPI e da J.B. Cardoso para análise da situação social nas duas empresas e preparação do XIV Congresso: hoje, às 17.15, no Centro de Trabalho de Alcântara.

• FARO

Reunião Geral de Militantes do concelho de Faro para discussão dos Projectos de alteração ao Programa e aos Estatutos do PCP, no quadro da preparação do XIV Congresso, com a

participação do camarada Carlos Luís Figueira. Amanhã, sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho de Faro.

• SETÚBAL

«Mais associativismo, mais democracia» - reunião de quadros da Organização Regional de Setúbal, com o objectivo de melhorar o trabalho do Partido no movimento associativo no distrito. No Edifício Arrábida/Centro de Trabalho de Setúbal. Sábado, a partir das 10.00, com conclusões e sessão de encerramento às 18.00.

• CASCAIS

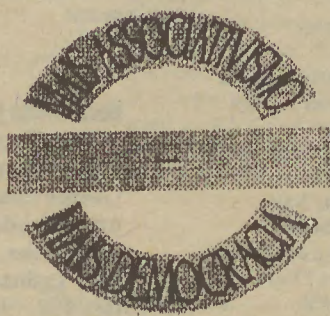
Reunião alargada da Comissão Concelhia, para discussão das questões autárquicas no quadro das próximas eleições e do XIV Congresso do PCP: no próximo sábado, durante todo o dia, no Centro de Trabalho de Cascais.



- Reunião de Quadros da O.R. Setúbal

EDIFÍCIO ARRÁBIDA

SETÚBAL



MELHORAR O TRABALHO DO PARTIDO
NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO DISTRITO DE
SETÚBAL

REUNIÃO

DE QUADROS DA O.R. SETÚBAL NO
MOVIMENTO ASSOCIATIVO

3 de Outubro de 1992

NO CENTRO DE TRABALHO DE SETÚBAL

EDIFÍCIO ARRÁBIDA

HORÁRIO

- 10.00 - 10.30 H.

Intervenção de abertura

- 10.30 - 13.00 H. (c/intervalo de 30 m.)

Debate

- 13.00 - 15.00 H.

Almoço

- 15.00 - 17.30 H. (c/intervalo de 30 m.)

Debate

- 17.30 - 18.00 H.

Conclusões e Encerramento

Santa Justa Festa das Colheitas

promovida pela
Comissão Local do PCP

3 e 4 de Outubro

Sábado:

Manhã desportiva - 10h
Ranchos folclóricos - 17h
Baile - 22h30

Domingo:

Manhã desportiva - 10h
Variedades - 17h e 20h
Baile - 22h

Comício

com a participação do camarada
Albano Nunes
às-18h

Lisboa

Centro de Trabalho de Arroios

Domingo, dia 4

Almoço-convívio
promovido pela
Comissão Dinamizadora
do CT de Arroios

Colóquio
sobre

AS CIDADES DO ALENTEJO NO LIMAR DO SÉCULO XXI

10 de Outubro de 1992

às 15 horas

na Sala do Museu Municipal de Portalegre

Fim do Ano em Cuba

O CCPC promove, em colaboração com o Movimento Cubano para a Defesa e Soberania dos Povos, uma viagem de Fim-de-Ano a Cuba que inclui visitas às regiões de Havana, Cienfuegos e Varadero e um programa político-cultural organizado. Cada viagem custa 200 000\$00, incluindo passagem de avião e alojamentos em hotéis.

Informações e inscrições no CCPC à Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2º, 1200 Lisboa, tel. 3863375/6.

Televisão

Quinta, 1

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Terra Instável
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 Os Mestres da Animação
14.30 Ponto por Ponto
14.55 Retrato de Mulher
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.45 Simpsons
22.10 Aqui d'El Rey
23.35 Sexualidades
00.30 24 Horas
01.15 Remate
01.30 Murphy Brown

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers, Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 O Mundo em Extinção
17.00 Chá das Cinco
18.05 Luta Livre Americana
19.05 Futebol: Boavista-Valur
21.30 Jornal das Nove
22.10 Barriga de Aluguer
23.05 Nova Torque Fora de Horas
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Bailado - «Dark», de Carolyn Carlson

Sexta, 2

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Terra Instável
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 O Ártico
14.30 Ponto por Ponto
15.15 Uma Noite Celestial
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Marina, Marina
22.25 Electric Dreams - Amor é Música
(ver «Filmes na TV»)
00.20 24 Horas
01.05 Remate
01.25 Confissões de Verão
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.05 Cheers, Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Odisseia Animal
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
18.55 Rotações
20.00 Hitler à Venda
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Em Português nos Entendemos
23.20 O Fantasma da Liberdade
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Outras Músicas

Sábado, 3

Canal 1

08.00 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma

14.00 O Mundo Misterioso de A. Clark
14.25 Flecha Negra
14.50 Clube Disney
16.35 Mafiosos Entalados
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Arca de Noé
19.05 Feira de Música
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Araponga
22.05 Parabéns
23.10 O Anjo Negro do Sexo
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Ultraje
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.35 O Filho de El Cid
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
24.00 Transe
01.00 Contradições

Domingo, 4

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.30 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Realce
14.45 Olha que Dois
15.50 Um Bar Chamado Blue Water
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Sons do Sol
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Araponga
22.00 Casa Cheia
22.45 Grande Área
24.00 Conversa Afiada

TV 2

08.00 Clássicos - «As Crónicas de Marte»
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Rogiões
10.50 Fórum Musical
11.30 Gente da Frente
13.00 Viagens
14.00 Beverly Hills
15.00 TV 2 Desporto
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Força de Elite
22.00 Jornal Nacional
22.30 A Cidade das Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Sinais do Tempo
01.45 Tauromaquia

Segunda, 5

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Terra Instável
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 América Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
15.35 Primeira Matinée
16.40 Brinca Brincando
17.35 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Apanhados
22.00 Entre Famílias
23.15 Outras Guerras
00.15 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Eu & Ele
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Documentário

17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Lisboa Enquanto é Tempo
19.30 Cinemazine
20.00 O Caso Petrov
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Fogo Cruzado
23.30 Chateauroux District
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Annie Lennox

Terça, 6

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Terra Instável
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 O Futuro
14.30 Ponto por Ponto
15.30 O Diabo Paga a Conta
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Brinca Brincando
18.00 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Isto só Vídeo
22.00 Sombras no Coração
23.00 Reporteres
00.00 24 Horas
00.30 Remate
00.45 Murphy Brown

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Documentário
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Eternos Novatos
19.30 Aventura do Conhecimento
20.00 O Detective de Hollywood
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Arsenio Hall
23.30 Uma Parisiense
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Big Band Show

Sic

16.30 Sic Notícias
16.34 MTV
17.35 O Quinteto do Lado
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Teresa Batista
21.20 A Guerra das Rosas
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Benny Hill
24.00 Último Jornal

Quarta, 7

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Terra Instável
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 Paragem no Tempo
14.30 Ponto por Ponto
15.30 Pai e Filho
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Brinca Brincando
18.00 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Uma Mulher de Sucesso
(ver «Filmes na TV»)
23.15 24 Horas
23.45 Remate
24.00 Murphy Brown

TV 2

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Sob um Sol Escaldante
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Sarilhos com Elas

Retrato de Mulher

«Gioco al Massacro», (It./1989). Realização de Damiano Damiani. Interpretação de Elliott Gould, Thomas Milian, Nathalie Baye, Eva Robins, Jennifer Rubina Laser, Jeremy Brunnell. Cor, 102 minutos.

Damiano Damiani celebrou-se, no cinema europeu, pelos seus filmes de ambiente policial ou de investigação jornalística. Mas, aqui, ele encena os problemas nascidos do confronto entre a muito diversa capacidade criativa de dois realizadores de cinema. A rever.

Quinta, Canal 1, 14.55

Nova Torque Fora de Horas

«After Hours», (EUA/1985). Realização de Martin Scorsese. Interpretação de Griffin Dunne, Rosanna Arquette, Verna Bloom, Thomas Chong, Cheech Marin, Linda Fiorentino, Teri Garr, John Heard. Cor, 93 minutos.

Partindo de um episódio de sedução aparentemente «inofensivo», Scorsese dá aqui prova do seu enorme rasgo ao pôr em cena a história de um pacato cidadão nova-iorquino, técnico de informática, que, chegado ao fim de um dia de trabalho, mergulha impreviavelmente na mais negra das situações. Mostrando, num fabuloso registo próximo do «fantástico», uma galeria inesgotável de personagens da noite, o realizador faz o protagonista percorrer, quer no estilo da pura comédia quer no estilo do drama e do suspense mais inquietantes, os caminhos da aventura, do risco e do insólito. A não perder.

Quinta, 23.05, TV 2

Uma Noite Celestial

«One Heavenly Night», (EUA/1930). Realização de George Fitzmaurice. Interpretação de Evelyn Laye, John Boles, Leon Errol, Lilyan Tashman, Hugh Cameron. P/B, 79 minutos.

Género ausente do pequeno écran há demasiado tempo, aqui temos uma amostra de um certo «musical» dos anos 30, com enredo passado em Budapeste onde uma florista tenta passar-se por uma famosa cantora para conquistar o coração de um conde... Exemplo menor, numa comédia romântica para os fans do género.

Sexta, 15.15, Canal 1

Amor e Música

«Electric Dreams», (Gr.Br./1984). Realização de Steve Baron. Interpretação de Leeny Von Dohlen, Virginia Madsen, Maxwell Caulfield, Don Fellows, Alan Polonsky, Bud Cort. Cor, 108 minutos.

A música do badalado Giorgio Moroder posta ao serviço de um produto audiovisual influenciado pela estética dos videoclips, forma de expressão de que é proveniente o realizador. Por cima disto, ou passando ao lado, uma história progressivamente idiota em que, no clássico triângulo amoroso,

19.30 TV Artes
20.00 Café Imaginário
21.00 Jornal das Nove
21.35 Barriga de Aluguer
22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.30 Artes e Letras
00.30 O Estrangeiro
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Pop-Off

Sic

16.30 Sic Notícias

Filmes na TV

para além do rapaz (Miles) e da rapariga (Madeleine), deparamos com Edgar, um computador ciumento...

Sexta, 22.25, Canal 1

O Fantasma da Liberdade

«Le Fantôme de la Liberté», (Fr./1974). Realização de Luis Buñuel. Interpretação de Julien Bertheau, Adriana Asti, Michel Lonsdale, Michel Piccoli, Claude Piéplu, Jean-Claude Brialy, Paul Frankeur, Monica Vitti, Adolfo Celi, François Maitre. Cor, 100 minutos.

É o segundo exemplar do ciclo em boa hora dedicada ao realizador pela RTP e que terminará com «Este Obscuro Objecto de Desejo». De novo Buñuel e Jean-Claude

16.34 MTV
17.35 Aventura
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Teresa Batista
21.20 Cops
21.55 O Príncipe de Bel Air
22.25 Batalhas Conjugais
23.30 O Passageiro Imprevisto
24.00 Último Jornal

um cineasta especialista no género. Pelos primeiros exemplos, parece ser este o mote escolhido para este estranho horário das manhãs de Sábado. Aqui, temos um fragmento «espectacular» da reconquista cristã da Península Ibérica. Com batalhas, emoções e fantasia q.b.

Sábado, 11.35, TV 2

Mafiosos Entalados

«The Gang That Couldn't Shoot Straight», (EUA/1971). Realização de James Goldstone. Interpretação de Jerry Orbach, Leigh Taylor-Young, Jo Van Fleet, Lionel Stander, Robert De Niro, Irving Selbst. Cor, 92 minutos.

Comédia negra tendo por enredo as tentativas frustradas e frustrantes de um desqualificado e



Do ciclo dedicado a Buñuel, «O Fantasma da Liberdade»

Carrière (o argumentista) a divertirem-se à grande e à francesa com os pecadinhos e os pecados da grande burguesia, numa história absurda e surrealista em alto grau, constituída por cenas fragmentadas saltando no tempo e no «lugar onde», aparentemente desligadas entre si, e em que mais uma vez detectamos os leitmotiv que positivamente obcecaram o realizador: o espírito anárquico e libertário, o anticlericalismo, o erotismo e a inversão dos «grandes valores». A recordar, à espera do melhor. Para a semana.

Sexta, 23.20, TV 2

Confissões de Verão

«Warm Summer Rain», (EUA/1989). Realização de Joe Gayton. Interpretação de Kelly Lynch, Barry Tubb, Ron Sloan. Cor, 79 minutos.

Uma mulher acorda ao lado de um homem que não conhece. Ambos têm, no passado, problemas que os traumatizam e que mutuamente confiam, gerando-se uma aproximação não isenta de conflito e complexidade. E tudo se passa no interior de uma casa em meio de um deserto, num filme estranho e desconhecido entre nós mas para o qual as referências ajudam a criar alguma expectativa.

Sexta, 01.25, Canal 1

O Filho de El Cid

«I Cento Cavalieri», (Al./Esp./It./1964). Realização de Vittorio Cottafavi. Interpretação de Mark Damon, Antonella Lualdi, Gastone Moschin, Wolfgang Preiss, Barbara Frey, Mario Feliciani, Amaldo Foa. Cor, 110 minutos.

Um filme de aventuras históricas «à antiga», realizado por

modesto membro de uma «família» mafiosa para liquidar o «padrinho». Por entre a óbvia intenção de aproveitar num outro registo o filão dos filmes de gangsters, a curiosidade do papel de Robert DeNiro, então a dar os primeiros passos no cinema.

Sábado, 16.35, Canal 1

O Anjo Negro

«Dark Angel», (EUA/1989). Realização de Craig R. Baxley. Interpretação de Dolph Lundgren, Brian Benden, Betsy Brantley, Mathias Hues, David Ackroyd, Jim Hayne. Cor, 87 minutos.

E chegamos à hora dos produtos «cinematográficos» com mais ou menos sexo, violência ou sangue ou, mesmo, se possível, tudo à mistura, até altas horas: é o estilo que, pelos vistos, vai reinar na «Sessão Dupla» desta, cada vez mais comercial, RTP... A começar a noite, «O Anjo Negro» (a que o Boletim de Informação acrescenta, como engodo, «do Sexo»...) em que topamos com um polícia de Huston a contas com traficantes de droga vindos do espaço. Ao que chegámos!

Sábado, 23.10, Canal 1

Ultraje

«Outrage», (EUA/1973). Realização de Richard T. Heffron. Interpretação de Robert Culp, Marlyn Mason, Nicholas Hammond, Beah Richards, Thomas Leopold. Cor, 74 minutos.

E a madrugada prossegue com um violento e primário telefilme de acção em que um médico se transforma em «guarda nocturno» (versão americana) para defender com surpreendente e estilística bravura

a talhe de FOICE

De caras?

Dar a cara não é uma coisa fácil. Não o é no dia-a-dia anónimo de cada um, em que a coragem e a frontalidade de assumir posições, ideias, formas de estar na vida que se consideram justas e rectas têm sempre um preço a pagar quando vão contra os interesses instituídos.

Não o é, por maioria de razões, num debate público televisivo transmitido em directo para todo o País, com milhões de pessoas prontas a julgar cada palavra, cada frase, cada gesto. Esse o desafio do novo programa da RTP 'De Caras', que quinzenalmente anima os serões portugueses.

Por viciado que esteja o jogo - e seria ingenuidade acreditar que não o está - o facto é que os convidados que aceitam submeter-se à prova ficam expostos ao 'julgamento' público. Os que fazem as perguntas e os que dão as respostas.

Na passada terça-feira, as dificuldades de um programa deste tipo foram por de mais evidentes.

Na berlinda estava Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, 78 anos de idade, mais de meio século de luta pela democracia, pelo socialismo. Na assistência, uma centena de pessoas dos mais diferentes matizes políticos e ideológicos.

Numa antecipação do acontecimento, por razões publicitárias e pela esperança de transformar desejos em realidades, a RPT anunciava um cenário de acção e drama que o 'Público' traduziu como a hora dos ofendidos, dos humilhados, dos desiludidos, dos dissidentes. A montanha pariu um rato.

Ofendido e desiludido estava o homem forte da televisão, Eduardo Moniz, que logo no início do programa perguntou a Álvaro Cunhal se, passado o tempo das "criancinhas ao pequeno-almoço", estávamos agora na época dos "dissidentes ao jantar". E isto porque nenhum dos nomes sonantes dos ditos aceitou o convite para publicamente "dar a cara" no confronto com o secretário-geral do PCP.

A resposta era por de mais evidente: mal vão os tempos para os dissidentes do PCP. Dar a cara tem que se lhe diga.

Na falta das 'estrelas', restaram os 'figurantes'. O que nada teria de mal, não fora a pobreza do desempenho. É que a provocação não teve a elevação do confronto ideológico nem o trabalho de casa foi capaz de vestir a roupagem da lição bem estudada. Com qualquer outro entrevistado talvez até nem se notasse, mas Álvaro Cunhal é um político demasiado experiente. Ganhou aos pontos.

Quem não ganhou, a não ser com a experiência, foram os muitos convidados do programa que saíram dos estúdios do Lumiar indignados com a descoberta de que afinal serviram apenas de cenário. Passar mais de uma hora de braço no ar à espera de oportunidade para questionar o entrevistado e nunca ver chegar a sua vez, está longe de ser agradável. Sobreitudo quando se é preterido a favor da 'cábula' trazida de casa ou da tacanhez dos espíritos que conseguem o absurdo de assacar ao PCP a responsabilidade pelo drama de Timor-Leste.

O programa de Moniz só teria a ganhar se ao invés de terminar nos estúdios acabasse na rua, com os comentários da assistência.

Mas isto de dar a cara, já o afirmámos, tem muito que se lhe diga.

Poucos serão os políticos com a frontalidade suficiente para dizer 'de caras' que se sentem amargurados, profundamente amargurados, face aos problemas com que se debate o mundo de hoje, mas tão confiantes na justeza da sua luta por um ideal como quando a iniciaram.

AF

Comissão Executiva da CGTP-IN

Tudo que corre mal o Governo «bota fora»

Segundo despacho da Lusa, a CGTP-IN acusou na segunda-feira o Governo de se estar a livrar de responsabilidades que lhe cabiam, para não ter de enfrentar os problemas que surgem nos mais vairados sectores. «Tudo o que começa a correr mal é descarregado para fora dos ministérios», afirmou na conferência de Imprensa o coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, dando como exemplo o caso da autonomia das Universidades.

Este encontro com os jornalistas teve como objectivo divulgar as conclusões da reunião da Comissão Executiva da CGTP-IN, tendo Carvalho da Silva acusado o Governo pela forma chocan-

te «como está a tratar de questões sociais tão importantes, fazendo-as depender apenas de números», comprometendo o futuro de muitos portugueses, enquanto tenta «corporativizar as relações laborais». Quanto à promulgação da Lei da Greve, o dirigente da CGTP-IN considera «que ela se concretizou num cenário pouco claro, pois as dúvidas quanto à constitucionalidade formal do diploma não foram esclarecidas», reafirmando a CGTP-IN «que não se verificam excessos no seu exercício». Entretanto nesta sua reunião, a Comissão Executiva da CGTP-IN definiu as principais áreas de intervenção reivindicativa para os próximos tempos.

Escândalo na UGT

Na passada sexta-feira, a Direcção da UGT produziu mais um escândalo, durante a (suposta) primeira reunião do seu Conselho Geral. A história, de tão confusa, exige algum pormenor.

Por imperativo estatutário, o Conselho Geral da UGT (órgão máximo entre congressos) deve ter a sua 1ª reunião quatro meses após um congresso, tendo nela assento os representantes eleitos de todos os sindicatos filiados nesta central.

Cumprindo a data exigida pelos estatutos, a reunião foi marcada para sexta-feira passada, mas com duas bizarras. A primeira, por se ter verificado falta de *quorum* na reunião, devido à não nomeação de muitos representantes dos sindicatos filiados. A segunda, pela convocação paralela, para o mesmo período e local, de um seminário sobre Maastricht, sob a explicação de que era necessário "enquadrar" as duas iniciativas para fazer face às despesas (!). Este facto motivou a contestação dos representantes das listas unitárias, que levantaram a acusação de "a direcção da UGT estar claramente a condicionar a autonomia, democraticidade e liberdade do órgão" por intervenção de factos e entidades exteriores ao Movimento Sindical, abandonando os trabalhos da parte da manhã, em sinal de protesto, regressando à tarde.

Trabalhos de um Conselho Geral que decorreram, também bizarramente, sob a capa de um "período de debate sindical" inserido no Seminário (!), tendo-se esgotado a ordem de trabalhos

nesse mesmo dia, apesar de estar prevista para dois. Como não havia *quorum* para deliberar, e suscitada a questão pelos representantes das listas unitárias, a Mesa foi obrigada a considerar os documentos votados como "recomendações".

"Recomendações" que se mostraram, aliás, pouco recomendáveis, nomeadamente ao rejeitarem uma moção (das listas unitárias) que pretendia a inadmissibilidade de qualquer acordo de política de rendimentos e preços, ou ao aprovarem (com os votos contra das listas unitárias) umas "orientações para a negociação colectiva e a concertação" que apontam para mais uma conciliação com o patronato e o Governo...

Morreu Fernando Piteira Santos

Fernando Piteira Santos, destacado antifascista, faleceu na passada segunda-feira, após prolongada doença. O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou um comunicado em que se afirma:

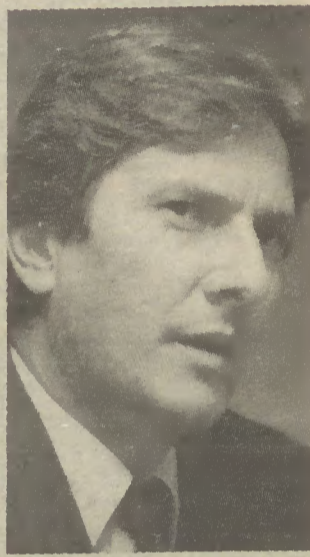
O PCP manifesta o seu pesar pelo falecimento de Fernando Piteira Santos, destacado antifascista com toda uma vida marcada pelo combate à ditadura que longamente oprimiu o povo português, pela contribuição para a luta do povo português pela conquista da liberdade, para a defesa do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

A morte de Fernando Piteira Santos representa, no momento actual, uma perda para o movimento democrático, para todos



Eleições em Angola

À hora do fecho desta edição desconhecia-se ainda o resultado das eleições em Angola, as primeiras realizadas livremente, em paz. Revelando um elevado nível de consciência cívica, os angolanos acorreram em massa às urnas, com a alegria de quem sabe estar a construir por suas mãos o futuro do país. Um tema para desenvolvimento no próximo número.



Collor destituído

O Congresso brasileiro decidiu, por esmagadora maioria, afastar o presidente Collor de Mello e autorizar o seu julgamento por "crime político". Na terça-feira, 441 deputados (contra 38) decidiram impedir Collor de exercer a Presidência, substituindo-o pelo vice-presidente Itamar Franco. No Parlamento cantou-se o hino nacional. Nas ruas, os brasileiros fizeram a festa. A democracia ganha pontos no Brasil.

Adiada a greve em museus e palácios

Na sequência de uma entrevista, efectuada em 16 de Setembro de 1992, entre o Instituto Português de Museus, o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, os trabalhadores dos Museus e Palácios, perante o avanço do processo negocial e num espírito de diálogo e de inexistência de conflitos que possam pôr em causa as nego-

ciações, decidiram desconvocar a greve ao próximo feriado de 5 de Outubro.

Esta tomada de posição prende-se com uma proposta de revalorização de algumas carreiras específicas, apresentada pelo IPM e pelo IPPAAR, e com a formação de um grupo de trabalho composto por esses dois Institutos, pela FNSFP e, sempre que possível, por um elemento da Direcção-Geral da Administração Pública.

aqueles que, na diversidade das suas posições e opções, continuam a pautar a sua intervenção política pela necessidade de uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

Também a CGTP-IN, na mensagem de condolências enviada pela sua Comissão Executiva à família, afirma que o falecimento de Fernando Piteira Santos, figura altamente prestigiada da vida nacional, representa uma perda irreparável para o nosso país.

A mensagem da CGTP-IN recorda «a firme e determinada acção do combatente antifascista, a contribuição inestimável que sempre deu à causa da democracia e da liberdade, numa permanente

atividade de intervenção cívica em que se reconhece a sua profunda identificação com os anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo português».

O funeral de Fernando Piteira Santos realizou-se na passada terça-feira em Lisboa. O Partido Comunista Português fez-se representar por Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP e director do «Avante!», Octávio Pato, do Secretariado, Carlos Aboim Inglês, da CCCQ, e António Abreu, do Comité Central.

Usaram da palavra o Presidente da República, dr. Mário Soares, António Abreu, Manuel Alegre, da Comissão Nacional do PS, e Armando Castanheira, em representação da URAP.